



Município da Marinha Grande
Câmara Municipal

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
07/09/2017.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 23

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
07/09/2017.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 23

Aos sete dias do mês de setembro de dois mil e dezassete, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal da Marinha Grande, sob a presidência do Presidente, Paulo Jorge Campos Vicente, com a presença dos seguintes Senhores Vereadores:

- Alexandra Filipa de Araújo Seara Dengucho;
- António Manuel Jesus Ferreira dos Santos;
- Aurélio Pedro Monteiro Ferreira;
- Carlos Alberto Fernandes Logrado;
- Cidália Maria de Oliveira Rosa Ferreira;
- Vítor Manuel Fernandes Pereira.

O Sr. Presidente abriu a reunião, eram 09:35 horas, com a ordem do dia abaixo relacionada.

Nenhum dos membros do executivo presentes declarou qualquer impedimento na votação dos assuntos objeto de deliberação nesta reunião, salvo os casos em que na deliberação se menciona expressamente a causa do impedimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

ORDEM DO DIA

1. PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO
2. APROVAÇÃO DA ATA N.º 14, DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 07 DE JUNHO DE 2017
3. APROVAÇÃO DA ATA N.º 15, DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 07 e 20 DE JUNHO DE 2017
4. APROVAÇÃO DA ATA N.º 16, DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 19 DE JUNHO DE 2017
5. APROVAÇÃO DA ATA N.º 17, DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 29 DE JUNHO DE 2017
6. REQ. N. 424/17, DATADO DE 2017/03/14 – PC N.º 507/16, DATADO DE 2016/12/12 – RAMIRO ALBERTO DOS SANTOS PALMA E MARIA TERESA XAREPE MADEIRA

7. REQ. N. 1041/17, DATADO DE 2017/06/16 – PC N.º 10/17, DATADO DE 2017/01/17 – CASCOVIDRO-COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS DE VIDRO,LDA.
8. REQ. N. 1436/17, DATADO DE 2017/08/14 – PC N.º 324/17, DATADO DE 2017/07/24 – ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DA MARINHA GRANDE
9. REQ. N. 1303/17, DATADO DE 2017/07/24 – PC N.º 324/17, DATADO DE 2017/07/24 – ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DA MARINHA GRANDE
10. REQ. N. 1433/17, DATADO DE 2017/08/14 – PC N.º 339/14, DATADO DE 2014/10/07 – CARLOS MANUEL ROLDÃO ALVES VIEIRA E OUTROS
11. REQ. N. 1427/17, DATADO DE 2017/08/11 – PC N.º 432/16, DATADO DE 2016/10/13 – SANTA CASA DA MISERICORDIA DA MARINHA GRANDE
12. REQ. N. 1726/16, DATADO DE 2016/10/13 – PC N.º 432/16, DATADO DE 2016/10/13 – SANTA CASA DA MISERICORDIA DA MARINHA GRANDE
13. REQ. N. 1763/16, DATADO DE 2016/10/19 – PC N.º 441/16, DATADO DE 2016/10/19 – DORA HELENA NUNES CAVALEIRO
14. REQ. N. 1413/17, DATADO DE 2017/08/0 – PC N.º 499/16, DATADO DE 2016/12/07 – AUGUSTO BATISTA DIAS E MARIA HORTENSE PEREIRA SAPATEIRO BATISTA DIAS
15. REQ. N. 936/17, DATADO DE 2017/06/01 – PC N.º 23/17, DATADO DE 2017/01/24 – CECÍLIA MARGARIDA MARGATO PEDROSA
16. REQ. N. 1294/17, DATADO DE 2017/07/21 – PC N.º 61/17, DATADO DE 2017/02/17 – FILIPE BENTO COELHO NOVO
17. REQ. N. 1141/17, DATADO DE 2017/06/30 – PC N.º 272/17, DATADO DE 2017/06/30 – BOLLINGHAUS STEEL, S.A.
18. REQ. N. 1495/17, DATADO DE 2017/08/24 – PC N.º 370/2017, DATADO DE 2017/07/14 – GLASSMUNDI – VIDROS DO MUNDO UNIPESOAAL LDA
19. REQ. N. 713/17, DATADO DE 2017/04/26 – PC N.º 45/17, DATADO DE 2017/02/08 – METALCOBRE COMERCIALIZAÇÃO DE METAIS LDA
20. REQ. N. 456/17, DATADO DE 2017/03/20 – PC N.º 93/17, DATADO DE 2017/03/20 – PEDRO BERNARDO - ESTRUTURAS E MOLDES UNIPESOAAL LDA

21. REQ. N. 574/12, DATADO DE 2012/04/02 – PC N.º 584/02, DATADO DE 2002/06/27 – SOCIEDADE DESPORTIVA E RECREATIVA DO PILADO ESCOURA
22. REQ. N. 1211/17, DATADO DE 2017/07/10 – PC N.º 528/05, DATADO DE 2005/07/19 – AUGUSTO TOMÉ PENELA
23. REQ. N. 1211/17, DATADO DE 2017/07/10 – PC N.º 528/05, DATADO DE 2005/07/19 – AUGUSTO TOMÉ PENELA
24. E/6913/2017 - PEDIDO DE OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO COM ABERTURA DE VALA PARA EXECUÇÃO RAMAIS DOMICILIÁRIOS DE GÁS NATURAL - LUSITANIAGÁS - COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A
25. REQ. N. 1055/17, DATADO DE 2017/06/20 – PC N.º 250/17, DATADO DE 2017/06/20 – PEREIRA COSTA & GAMEIROS, LDA.
26. REQ. N. 1182/17, DATADO DE 2017/07/06 – PC N.º 286/17, DATADO DE 2017/07/06 – IMARJORCIL - COMPRA E VENDA DE IMÓVEIS, LDA.
27. ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS
28. AUTORIZAÇÃO PARA PAGAMENTO DE TAXAS EM PRESTAÇÕES
29. PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO POR DANOS EM VIATURA AUTOMÓVEL - REQUERENTES: MARCO ANDRÉ MAIA DA SILVA – ALEGAÇÕES - INDEFERIMENTO FINAL
30. EMPREITADA DE: REABILITAÇÃO DO PAVILHÃO GIMNODESPORTIVO NERY CAPUCHO – CONCURSO PÚBLICO N.º 15/2017 – DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA PARA APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO
31. EMPREITADA DE: REQUALIFICAÇÃO DA RUA ESQUERDA E RUA DA ALMOINHA VELHA – CONCURSO PÚBLICO N.º 20/2017 – DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA PARA APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO
32. RECEPÇÃO PROVISÓRIA PARCIAL
33. RECEPÇÃO PROVISÓRIA FINAL
34. REABILITAÇÃO DE PAVIMENTO E EXECUÇÃO DE INFRAESTRUTURAS NA RUA DAS CHEDAS – PASSAGEM DE COLETOR. TERRENO DO SR. JOAQUIM DE OLIVEIRA GOMES

35. ALARGAMENTO DA RUA DA CERCA – CEDÊNCIA DE 138,00M² DE TERRENO INTEGRADO NA HERANÇA DE ANÍBAL ASCENSO ANDRÉ
36. REQUALIFICAÇÃO DA ESTRADA VIEIRA DE LEIRIA/PRAIA DA VIEIRA – CEDÊNCIA DE 4,40M² DE TERRENO DA SR.^a OLINDA RODRIGUES GOMES PRIOR
37. REQUALIFICAÇÃO DA ESTRADA VIEIRA DE LEIRIA/PRAIA DA VIEIRA - CEDÊNCIA DE 5,80M² DE TERRENO DA SR.^a SUSANA PARREIRA ABREU
38. REQUALIFICAÇÃO DA RUA SOCIEDADE INSTRUTIVA E RECREATIVA 1.^a DE DEZEMBRO – CEDÊNCIA DE 14,30M² DE TERRENO INTEGRADO NA HERANÇA DE DIAMANTINO PEREIRA DOS SANTOS
39. EXECUÇÃO DA RUA NOVA DO MOÍNHU DE CIMA E INFRAESTRUTURAS DE SANEAMENTO DOS ARRUAMENTOS ADJACENTES – CEDÊNCIA 32,00M² DE TERRENO DO SR. JOSÉ GREGÓRIO MARQUES
40. REQUALIFICAÇÃO DA RUA E TRAVESSA DAS ANDORINHAS – CEDÊNCIA DE 16,00M² DE TERRENO DA EMPRESA MARICORDEIRO – CONSTRUÇÃO CIVIL E OBRAS PÚBLICAS
41. REQUALIFICAÇÃO DA RUA E TRAVESSA DAS ANDORINHAS – CEDÊNCIA DE 107,00M² DE TERRENO DA EMPRESA OURILIZ – SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES, LD.^a
42. REQUALIFICAÇÃO DA RUA E TRAVESSA DAS ANDORINHAS – CEDÊNCIA DE 16,2M² DE TERRENO DA SR.^a ERMELINDA GUERRA
43. REQUALIFICAÇÃO DA RUA E TRAVESSA DAS ANDORINHAS – CEDÊNCIA DE 10,00M² DE TERRENO INTEGRADO NA HERANÇA DE JOSÉ MARIA MARQUES DA COSTA)
44. REQUALIFICAÇÃO DA RUA E TRAVESSA DAS ANDORINHAS – CEDÊNCIA DE 224,00M² DE TERRENO, INTEGRADO NA HERANÇA DE JOAQUIM DA SILVA FRADE
45. REQUALIFICAÇÃO DA RUA E TRAVESSA DAS ANDORINHAS – CEDÊNCIA DE 23,00M² DE TERRENO INTEGRADO NA HERANÇA DE ANTÓNIO MARIA DA SILVA JÚNIOR
46. REQUALIFICAÇÃO DA RUA E TRAVESSA DAS ANDORINHAS – CEDÊNCIA DE 171,00M² DE TERRENO DO SR. JOSÉ MANUEL DE JESUS

47. REQUALIFICAÇÃO DA RUA E TRAVESSA DAS ANDORINHAS – CEDÊNCIA DE 25M² DE TERRENO INTEGRADO NA HERANÇA DE JOAQUINA ROSÁLIA
48. REQUALIFICAÇÃO DA RUA E TRAVESSA DAS ANDORINHAS – CEDÊNCIA DE 28,00M² DE TERRENO DA SR.^a MARIA ISABEL DA ENCARNÇÃO GUERRA MENDES FERNANDES
49. REQUALIFICAÇÃO DA RUA E TRAVESSA DAS ANDORINHAS - PASSAGEM DE COLETOR PLUVIAL E DOMÉSTICO NO TERRENO DA EMPRESA NOGUEIRA MATOS, LD.^a
50. ESTABELECIMENTO DE BEBIDAS “ROSIS PUB” – S. PEDRO DE MOEL – EXPLORADOR: MANUEL LEMOS DO NASCIMENTO – VIOLAÇÃO DO LIMITE MÁXIMO DO CRITÉRIO DE INCOMODIDADE NO PERÍODO NOTURNO. RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO.
51. AQUISIÇÃO DE PRÉDIO RÚSTICO, SITO NOS TALHÕES, FREGUESIA DE VIEIRA DE LEIRIA, PROPRIEDADE DE JÚLIA ANGÉLICA ASCENSO – CABEÇA DE CASAL DA HERANÇA DE (NIF 744318190)
52. DOAÇÃO DO FUNDO DOCUMENTAL DE LUIZ-MANUEL
53. DOAÇÃO DE EQUIPAMENTO À ESCOLA EB DE CASAL DE MALTA
54. DOAÇÃO DE BENS AOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO JARDIM DE INFÂNCIA DA AMIEIRINHA, JARDIM DE INFÂNCIA DE CASAL DE MALTA E ESCOLA EB DA MOITA
55. NOTIFICAÇÃO DA PROPOSTA DE DECISÃO DE APROVAÇÃO DA CANDIDATURA N.º CENTRO-07-2114-FEDER-000018 “REGIÃO DE LEIRIA - REDE CULTURAL” - ABERTURA DE CONTA BANCÁRIA
56. 14.^a MODIFICAÇÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2017, 3.^a REVISÃO
57. REMODELAÇÃO DO CENTRO DE SAÚDE DA MARINHA GRANDE – CONCURSO PÚBLICO N.º 30/2017 - PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO
58. REQUALIFICAÇÃO DA EB GUILHERME STEPHENS - CONCURSO PÚBLICO N.º 16/2017 - PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO

59. REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE - P.A. N.º 81/2014-AP/DOT - PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO
60. FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES AOS ALUNOS QUE FREQUENTAM O 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO DA ALBERGARIA E PICASSINOS E JARDIM DE INFÂNCIA DA PEDRULHEIRA, INTEGRADOS NO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS MARINHA GRANDE NASCENTE, PARA OS MESES DE FEVEREIRO A JUNHO DE 2018 - PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO
61. “REGIÃO DE LEIRIA — REDE CULTURAL” — PROTOCOLO DE PARCERIA CELEBRADO ENTRE A CIMRL E OS MUNICÍPIOS PARA CANDIDATURA AO AVISO N.º CENTRO-14-2016-03 — DOMÍNIO SUSTENTABILIDADE E EFICIÊNCIA NO USO DE RECURSOS - PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO
62. P.A. N.º 15/2016 - SERVIÇOS DE RECOLHA E TRANSPORTE DE RSU PRODUZIDOS NO CONCELHO DA MARINHA GRANDE PARA O PERÍODO DE 54 MESES - PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO — REVISÃO DE PREÇOS
63. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ESTERILIZAÇÃO DOS ANIMAIS ALOJADOS NO CENTRO DE RECOLHA OFICIAL DA MARINHA GRANDE PARA O PERÍODO DE 01/10/2017 A 30/09/2018 - PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO
64. P.A. N.º 27/2016-AP/DCD - CONFEÇÃO E FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, FORNECIMENTO DE LANCHES E TRANSPORTE DE REFEIÇÕES, PARA O ANO LECTIVO 2016/2017. APROVAÇÃO DE SERVIÇOS A MENOS E LIBERAÇÃO DA CAUÇÃO.

65. P.A. N.º 34/2016-AP/DCD - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO, ACOMPANHAMENTO E DINAMIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO, SOCIOEDUCATIVAS E SOCIOCULTURAIS NAS ESCOLAS DO ENSINO PRÉ-ESCOLAR DO CONCELHO, E APOIO E MONITORIZAÇÃO DE CANTINAS ESCOLARES E REFEIÇÕES NO ANO LETIVO DE 2016/2017. APROVAÇÃO DE SERVIÇOS A MENOS E LIBERAÇÃO DA CAUÇÃO.
66. COMUNICAÇÃO DA CELEBRAÇÃO OU RENOVAÇÃO DE CONTRATOS DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO ARTIGO 49.º, N.ºS 4 E 12, DA LEI DO ORÇAMENTO DO ESTADO PARA O ANO DE 2017.
67. *“TRANSPORTES ESCOLARES E DE INTERESSE MUNICIPAL E RELEVANTE NO ÂMBITO DE PROJETOS EDUCATIVOS, CULTURAIS, SOCIAIS E DESPORTIVOS APOIADOS PELO MUNICÍPIO - ANO 2018”*. ABERTURA DE PROCEDIMENTO.
68. PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO: ACESSO AO REFEITÓRIO DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS MARINHA GRANDE POENTE – ANO LETIVO 2017/2018
69. PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO: ACESSO AO REFEITÓRIO DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS MARINHA GRANDE NASCENTE – SETEMBRO DE 2017 A JANEIRO DE 2018
70. DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2016 – RETIFICAÇÃO DO VALOR DO ENDIVIDAMENTO REPORTADO A 31.12.2016
71. CUMPRIMENTO DO PRECEITUADO NA ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ART.º 15.º DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI N.º 22/2015 DE 17 DE MARÇO – ADENDA À DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTOS EM ATRASO EXISTENTES A 31 DE DEZEMBRO DE 2016 REFERENTES A RECEITAS FISCAIS, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA B) DO N.º 1 DO ART.º 15.º DO MESMO DIPLOMA – RECEITAS FISCAIS
72. AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS ATENTO PRECEITUADO NO ARTIGO 12.º DO DECRETO-LEI N.º 127/2012 DE 21 DE JUNHO – INFORMAÇÃO DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS PELA CÂMARA MUNICIPAL, AO ABRIGO DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA, NO PERÍODO DE 1 DE JANEIRO A 31 DE AGOSTO DE 2017
73. ATUALIZAÇÃO ANUAL DE RENDAS SOB O REGIME DE ARRENDAMENTO APOIADO PARA ENTRADA EM VIGOR A PARTIR DE NOVEMBRO DE 2017
74. ATUALIZAÇÃO BIANUAL DE RENDAS SOB O REGIME DE ARRENDAMENTO APOIADO PARA ENTRADA EM VIGOR A PARTIR DE NOVEMBRO DE 2017

75. TRANSMISSÃO DO DIREITO DO ARRENDAMENTO DA HABITAÇÃO SITA NA RUA ANTÓNIO LOPES N.º 81, CAMARNAL, A FAVOR DE DEOLINDA EDUARDO AMARAL FERNANDES, POR MORTE DO TITULAR DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO – RAUL FERNANDES.
76. APRECIAÇÃO DE CANDIDATURAS APRESENTADAS NO 2º TRIMESTRE DE 2017 e DE CANDIDATURAS APRESENTADAS NO 1º TRIMESTRE DE 2017, SUJEITAS A PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS, RELATIVAS AO INCENTIVO À NATALIDADE E APOIO À FAMÍLIA NO CONCELHO DA MARINHA GRANDE
77. ANÁLISE, CLASSIFICAÇÃO E PROPOSTA DE ADMISSÃO DE CANDIDATURAS PARA ATRIBUIÇÃO DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA CULTURAL EM 2017 – SPM – ASSOCIAÇÃO PARA A PROMOÇÃO DO TURISMO DE S. PEDRO DE MUEL
78. RESUMO DE TESOURARIA
79. PROCESSO DE AQUISIÇÃO Nº 90/2017 – AP/DFTI – CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS DO MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE E RESPECTIVO PARECER A EMITIR POR AUDITOR EXTERNO PARA O ANO DE 2017 – PROPOSTA A REMETER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE PARA EFEITOS DO CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO ART.º 77.º, N.º 1 DA LEI N.º 73/2013 DE 3 DE SETEMBRO.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

1 - PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO

Nos termos do previsto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 49.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi concedido um período para intervenção e esclarecimento ao público.

Inscreveram-se e foram atendidos os seguintes munícipes:

1 - Sr. António Emílio Santos Oliveira, residente na Rua das Raízes, n.º 38, Casal Galego, Marinha Grande, que se inscreveu mais uma vez para falar sobre um Pedido de Viabilidade (ofício 828/17). Referiu que teve uma reunião com o Sr. Presidente em 10/04/2017, onde lhe disseram para entregar um pedido de informação prévia, que entregou a 05/05/2017, mas só teve resposta a 10/08/2017.

Marcou um atendimento com o Arqt.^o Ricardo para dia 18/08/2017, às 11:30 horas, onde esteve também o seu técnico, Sr. Vítor Santos. O atendimento atrasou-se e o técnico da Câmara exaltou-se e não se resolveu nada. Marcaram-lhe depois uma reunião com o Eng.^o Rui Vicente, dia 01/09/2017, e a resposta que obteve não está correta, porque lhe invocou um artigo que só se aplica a construções novas. O seu técnico enviou uma carta para a Câmara, cuja cópia fez entrega nesta reunião a todos os Srs. Vereadores. Seguidamente leu a resposta que lhe foi dada e que se resume quase ao seguinte, de acordo com a sua interpretação "deita-se a casa abaixo e faz um passeio como deve ser".

2 – Sr.^a Anabela Machado Carpinteiro, residente na Portela, Marinha Grande, que se inscreveu para falar sobre o facto de ter sido excluída do concurso para atribuição de habitação social por ter uma dívida de águas, que está a pagar, e por não concordar com a situação.

A munícipe não esteve presente.

3 – Sr. António José Castro Faustino, morador na Rua 6 de Outubro, Lote 42 - Casal d'Areia, que se inscreveu para falar sobre o Mercado do levante da Marinha Grande. Referiu que o seu advogado já mandou e-mail's sobre este assunto. Em 12/08/2017 foi-lhes dito pelo Sr. Presidente que tinham que sair do lugar para dar lugar a outras pessoas. No sábado puseram a carrinha na feira, no lugar que ocupam há 10 anos seguidos. A PSP foi-lhes fazer perguntas, não tinham qualquer documento que os proibisse, e nesse dia ainda venderam lá, mas o Sr. Francisco disse-lhes que no próximo sábado não podiam ali vender, porque tinham que dar o lugar a outras pessoas que estavam em lugar onde havia obras. Nesse sábado o lugar estava vedado com fitas da Câmara e depois foi ocupado pelos outros vendedores. No dia 28/08/2017 houve uma reunião em que foram atribuídos os novos lugares e com outros preços. Não faz birra por causa do lugar, mas a localização faz toda a diferença. Vende plantas e precisa de se ver e estar onde as pessoas vejam, porque é um artigo que se não for visto não se vende e se não se vender estraga-se. Terminou a intervenção referindo que não concorda que se substitua uma pessoa por outra.

4 - Sr. Virgílio Manuel Ferreira Marques, residente na Rua das Fontainhas, nº 103, Comeira, Marinha Grande, que veio informar o executivo dos problemas que tem tido com algumas pessoas de etnia cigana. No dia 25/08/2017, ele e toda a sua família, foram assaltados e agredidos gravemente. Os seus bens e a sua propriedade foram severamente danificados causando grandes prejuízos. Apresentou queixa na PSP, mas esta não controla. A Marinha Grande não tem segurança, e por isso pede a ajuda da autarquia.

5 – Arqt.º. Luís Ramos, técnico responsável pelo projeto referente à construção de uma unidade fabril na Rua do Vale, Moita, PC n.º 93/2017. Trata-se de uma indústria de moldes, cujo processo entrou em março passado, em junho falou com o Arqt.º Fava, que lhe disse que o processo ia avançar. Como não teve informações até à semana passada, ligou e falou com o Arqt.º, que lhe disse que havia um problema de acessibilidades e de RAN, o que não é verdade. Parece-lhe que é um projeto aliciante para o concelho, mas que desta forma será inviabilizado, pondo em causa postos de trabalho, e o empresário até pondera sair para o concelho de Alcobaça ou Leiria.

6 - Sr. Rodrigo Leal Oliveira, residente na Rua dos Outeiros, Vieira de Leiria, que falou sobre os seguintes assuntos:

- 1) Pedido de água para o quiosque do jardim, em Vieira de Leiria, que foi indeferido, por alegarem que é um local precário, quando já ali está instalado há muitos anos. Desde junho/2016 até março/2017 não obteve resposta. Quando pediu para falar com o Sr. Presidente teve logo resposta, a indeferir o pedido. Pediu para falar com a Chefe da Divisão e só foi atendido uma hora depois. Na sua opinião, ao negar a instalação da água, a Câmara não cumpre com as regras da higiene e segurança do trabalho, porque a água é um bem essencial.
- 2) Terrenos dos seus pais, na Rua Fonte Santa: as águas pluviais da Rua dos Outeiros, Travessa do Mirante e Rua Gago Coutinho e Sacadura Cabral, vão parar a este terreno e ao do vizinho. Pretende que os responsáveis estudem esta situação, porque o terreno não é nenhuma ETAR nem lugar de despejo. Sobre este assunto fez entrega de um requerimento, dirigido ao Sr. Presidente da Câmara, cuja cópia se anexa à presente ata (**Anexo 1**).
- 3) Lomba da Rua Professor Correia Roseira, n.º 35, proveniente do ramal do gás, que com a passagem dos carros provoca trepidação e abre rachas nas casas.
- 4) Eucaliptal na Rua Fonte Santa, cujas raízes chegam à estrada dificultando a circulação.

7 - Sr. Américo Lourenço da Silva, residente na Rua Joaquim Coelho, n.º 956, Lagoa, Ortigosa, que pediu a limpeza do lixo e da areia que estão depositados na Praia da Vieira, atrás dos lugares da venda ambulante.

8 - Sr. Vítor Veloso de Matos, residente na Rua Central, 172, Garcia, Marinha Grande, que pretende saber o ponto de situação do assunto que apresentou na reunião do dia 17/08/2017, relativo ao mau estado da Estrada da Garcia e ao barulho que a circulação de carros e camiões provoca e que não o deixa dormir.

9 - Sr. Joaquim Andrade, residente na Praceta do Vidreiro, nº 4 - 2º esq. Marinha Grande, que abordou os seguintes assuntos, que constam detalhadamente do documento que entregou e que se anexa à presente ata (**Anexo 2**):

- 1) Falta de sinalética;
- 2) Iluminação pública: postes desligados há vários meses;
- 3) Lixo público: falta de lavagem dos contentores;
- 4) Parque Mártires do Colonialismo: falta de bebedouros, de sanitários, placa identificativa da obra;
- 5) Avenida Vítor Galo: buracos;
- 6) Tampas do saneamento;
- 7) Diversos alertas: rachas nos pilares do Arquivo Municipal, faturas de água com a morada errada, falta de aviso de encerramento do Museu Joaquim Correia, falta de publicidade da exposição Amigos das Artes, destruição da sepultura dos seus pais.

10 - Sr. Carlos Franco, residente na Marinha Grande, que se inscreveu para falar sobre o Orçamento Participativo 2017 – OP 2017. Apresentou uma proposta para o ringue da escola da Comeira. Inicialmente foi excluída, depois de uma reunião com a comissão técnica foi admitida e agora tem que sensibilizar a população para que votem nela. Contempla a requalificação do ringue desportivo e do espaço verde, e, na sua opinião, é uma obra que a Câmara deveria fazer. Ainda sobre o OP 2017, disse que está confuso com a proposta n.º 3, referente à construção de um patidrófono, ou pista de patinagem, junto ao PME. Será que faz sentido junto a um parque de exposições? A Câmara irá fazê-lo se ganhar? Não deveria ser a Câmara a planear a construção das infraestruturas desportivas? Tanto quanto sabe 100.000€ não dá para fazer esta pista de patinagem de velocidade, de modo a ser considerada a única da região centro.

O Sr. Presidente respondeu o seguinte:

- ⇒ Sr. Emílio – na reunião que teve consigo explicou-lhe a situação, pediu aos serviços para reanalisarem o processo mas ainda não tem a resposta da Chefe da DOT.
- O **munícipe** contestou a informação e referiu que o Sr. Presidente lhe mandou meter o projeto sabendo qual era a resposta.
- O **Sr. Presidente** disse que o informou de que deveria pedir uma viabilidade, não meter um projeto. Dar-lhe-á mais tarde a resposta.
- ⇒ Vendedores – foi feita a reorganização do espaço e dos vendedores, devido às obras dos campos de ténis. Foi lá pessoalmente e depois, no dia 28/08/2017, fez a reunião com a Chefe da Divisão. Foi tido em conta a tipologia de produtos e a metragem que cada um ocupava. Todos chegaram a acordo nessa reunião.
- Os **vendedores** presentes contestaram esta afirmação.
- O **Sr. Presidente** prosseguiu, dizendo que todos estiveram de acordo com os lugares, com exceção destes Srs. Informou ainda que a carta enviada pelo seu advogado vai ser analisada e respondida dentro das normas legais.
- O **munícipe** interrompeu, referindo que o Sr. Presidente não está a falar a verdade.

O **Sr. Presidente** propôs-lhe fazer uma reunião consigo, se assim o quiser, para mais esclarecimentos.

- ⇒ Sr. Virgílio – a situação relatada, e que a Sr.^a Vereadora com o pelouro da ação social está a acompanhar, é de há muitos anos, e envolve a Segurança Social e a própria PSP. Esta vigilância não cabe à Câmara.
- ⇒ Arqt.^o Luís Ramos – o processo está agendado para a reunião de hoje, é o ponto 20 da ordem do dia, e a proposta é para indeferir. Está disponível para reunir com o empresário e com o técnico.

⇒ Sr. Rodrigo:

- 1) O quiosque não foi concessionado, tem apenas uma autorização de utilização do espaço público, que decorre ao longo do tempo. A atividade económica exercida, segundo o CAE, é a venda de jornais e revistas. A colocação de água vem fazer com que a situação seja definitiva, sem que o espaço nunca tenha ido a hasta pública. Para os fins do CAE a situação está bem, para outros fins o lugar terá que ser posto em hasta pública.
- 2) Rua dos Outeiros – o Sr. Presidente informou, mas o município contestou essa informação.
- 3) Rua Professor Gilberto Roseira – vai ver com os técnicos para tentar minimizar a depressão no pavimento.
- 4) Eucaliptos na Rua da Fonte Santa – os proprietários já foram notificados para fazerem a limpeza dos terrenos.

- ⇒ Sr. Américo – informou que vai contactar a Junta de Freguesia para a limpeza do local.
- ⇒ Sr. Vítor Veloso – quando o Sr. aqui veio a primeira vez pediu logo aos serviços para verem a situação e minimizarem os efeitos, designadamente as tampas que batiam. Se ainda não foram é porque não houve tempo, devido às férias, mas vai insistir. Em relação à depressão do pavimento é uma situação mais difícil de resolver.
- ⇒ Sr. Andrade – vai analisar, uma vez que deixou as situações por escrito.
- ⇒ Orçamento Participativo – o regulamento esteve em discussão pública, e é de acordo com ele que é feito o Orçamento Participativo. É um exercício do direito e dever de cidadania dos cidadãos. As propostas vão a votação e a Câmara executará a proposta votada pelos cidadãos. A Câmara não tem interferência direta, uma vez que há uma comissão técnica que reúne e analisa as propostas apresentadas.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O Sr. Vereador Carlos Logrado cumprimentou todos os presentes e referiu o seguinte:

- ⇒ Disse que é com alegria que vê a casa cheia. É bom, é a participação, mas quase todos os assuntos são assuntos que o executivo não sabe e não quer resolver. É isso que resulta das palavras dos intervenientes.
- ⇒ Vendedores de tremoços da Praia da Vieira – fizeram um abaixo-assinado há meses e não há resposta. É um assunto que com uma máquina se resolvia rapidamente, mas não querem, o Presidente não quer resolver. É uma mentira pegada, são permanentemente enganados. A Câmara não é sempre “pessoa séria”. Quem vota tem que o fazer em pessoas com experiência.
- O **Sr. Presidente** interrompeu, dizendo que não se está em campanha eleitoral, está-se na reunião da Câmara Municipal.
- O **Sr. Vereador Carlos Logrado** protestou e disse que o Sr. Presidente não o manda calar. Esta Câmara não faz porque não tem gente capaz para fazer e não quer fazer. Esta casa é uma casa sem “rei nem roque”. Jamais um técnico impediria uma construção na Moita. A Câmara põe numa mão os incentivos e na outra as dificuldades. Mas os políticos não são todos iguais.
- Os vendedores da Vieira têm que se indignar. O Sr. Presidente disse-me, olhos nos olhos, que não queria fazer aquela limpeza. O Presidente não sabe mandar, é um administrativo, que sempre viveu do Estado.
- O que foi feito no mercado foram favores a algumas pessoas para cativar votos. Os vendedores têm medo de protestar, os munícipes têm medo de reclamar, mas têm que o fazer. Até a própria oposição é ostracizada pelo executivo.

O Sr. Vereador Vítor Pereira cumprimentou todos os presentes e referiu o seguinte:

- ⇒ Referiu que era fácil dizer aqui que a CDU é que é boa e cada um dizer que é o seu partido, mas as reuniões da Câmara não são comícios eleitorais e têm que ter dignidade. O Sr. Vereador Logrado aproveitou para vir aqui fazer um comício porque tem mais pessoas do que aquelas que ele tem tido.
- ⇒ Disse que está espantado com a posição do Presidente da Câmara de Coimbra, ao defender o aeroporto em “cascos de rolha”, quando ele defendeu o aeroporto em Monte Real.
- ⇒ Imagem dos autocarros da TUMG – deu aqui os parabéns pela uniformização, mas agora apareceu um TUMG amarelo.
- ⇒ Munícipes:
 - Sr. António Oliveira – disse uma coisa que considera grave: o técnico perguntou-lhe se tinha licença de uso e porte de arma. É grave e tem que ser esclarecido.

- Sr. António Faustino – está de acordo com o reordenamento, mas o Sr. ocupa um lugar há 10 anos, e há aspetos jurídicos e de direitos adquiridos que devem ser vistos e analisados.
- Ciganos – é notícia de primeira página do jornal, mas é um assunto que não se confina à CMMG, tem que ver com outras entidades, nomeadamente a Segurança Social e a PSP, e o problema é que ninguém quer mexer no assunto. É urgente fazer uma intervenção e muito rapidamente.
- Quiosque – o assunto tem que se resolver.
- Sr. Andrade – agradeceu as questões colocadas.
- Orçamento Participativo – sempre foi contra, porque não vê necessidade quando se estão a fazer coisas que compete à Câmara fazer. Não se pode estar a fingir que se faz. Deve-se é ir aos lugares e perguntar às pessoas quais são as suas carências.

A Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho cumprimentou todos os presentes e referiu o seguinte:

- ⇒ Não vai fazer um comício, porque não é o lugar e porque há questões do concelho a colocar e o tempo é curto.
- ⇒ Sr. António Oliveira – “casa acorrentada nas Cruzes”. É uma expressão curiosa. Já aqui veio muitas vezes e a resposta do Sr. Presidente é sempre a mesma: vai ver. Também falou de uma questão que preocupa a CDU, que é o valor exorbitante das taxas. Parece-lhe que há contradição nas respostas da Câmara, que são diversas.
- ⇒ Sr. Faustino – lamenta que o Sr. Presidente justifique com a necessidade de ordenar por tipo de produto e que não seja uma justificação verdadeira, porque o Sr. disse que é para colocar outras pessoas, que serão pessoas da Vieira. Afinal quem fala a verdade? Não é assim que se gere aquele espaço. É o ganha-pão daquelas pessoas há 10 anos e sempre naquele lugar, e é um produto específico e que não é de primeira necessidade. Há que haver respeito. Até concorda com o Sr. Vereador Logrado quando diz que não teria saído do lugar. Também não o faria, nem que viesse a PSP.
- ⇒ Ciganos – a CDU teve uma reunião com a PSP onde colocaram estas preocupações. Mesmo sabendo que a competência não é da autarquia, entende que tem que haver mais envolvimento da Câmara. Há uma figura que é o Conselho Local de Segurança, que poderá fazer parceria com as forças de segurança. A CDU fá-lo-á.
- ⇒ Indústria de moldes na Moita – lamenta que não se tenha ido ao local e que se queira apoiar o investimento e não se encontrem outras soluções. Sugere que vão ao local e que depois voltem a conversar. Se um Presidente de Câmara tiver possibilidade de instalar mais uma indústria no seu concelho tudo deve fazer para não deixar fugir o industrial. Entende que o Presidente tem que pôr os pés ao caminho, lamentando que já aqui venha hoje uma proposta de indeferimento.

- ⇒ Água para o quiosque – já sabia da situação e não percebe. Se tem que se fazer um concurso público então que se faça, mas não se "chute para canto". A água é necessária, até por uma questão de higiene. Pede ao Sr. Presidente que veja e faça alguma coisa.
- ⇒ Sr. Andrade – como de costume, tem razão nas situações apontadas.
- ⇒ Vendedor da Vieira – a CDU já reclamou sobre este assunto na Assembleia de Freguesia, e o assunto não é novidade. Fica contente que o Sr. Presidente queira fazer alguma coisa para resolver.
- ⇒ Felicitações: Nuno Saraiva, Bruno Jordão e árbitros marinhenses.
- ⇒ Alertas: paralelos soltos junto à Segurança Social da Marinha Grande, pavimento caótico junto ao Parque das Merendas, a TUMG que não passa no Pero Neto, a Biblioteca Municipal que precisa de obras urgentes, lamentar o facto de S. Pedro de Moel ter ficado sem água em pleno verão e noutros locais a água não ter pressão e ser castanha.
- ⇒ Dossier sobre o saneamento de Picassinos: porque é que fica sem saneamento?
- ⇒ Qual o ponto de situação das obras no Parque Municipal de Exposições?
- ⇒ Viu o Presidente da Câmara de Coimbra, ladeado pelo Primeiro-Ministro, a dizer que o aeroporto do centro deve ir para Cernache. Cada município do PS em campanha, com o Primeiro-Ministro ao lado, diz que o aeroporto deve ir para um lado. Para que foi o estudo que a CMMG pagou?

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira cumprimentou todos os presentes e referiu o seguinte sobre as intervenções dos munícipes:

- ⇒ Ainda bem que os munícipes cá vieram, mas infelizmente nada do que se ouviu hoje é novo. O problema principal é que a Câmara trata mal os munícipes e os industriais. Os problemas têm que ser resolvidos fora desta reunião, e se aqui vêm não deveria ser por estas razões. O Sr. Presidente não foi capaz de os resolver nestes 4 anos, mas a incapacidade não é só sua, é do seu gabinete. E o mais grave é a discricionariedade: fazemos o que queremos, quando queremos e a quem queremos. Não concorda e por isso é que se está como está.
- ⇒ Sr. António – até pode não ter razão, mas não pode ser tratado desta forma.
- ⇒ Sr. Faustino – só quem não sabe a história do mercado. Se se queria alterar os lugares tinha que ser feito de outra forma. O que se fez foi com intenção.
- ⇒ Segurança – o Sr. Virgílio disse que vive em insegurança, e lembra que também já aqui falou sobre este assunto.
- ⇒ Quiosque – será que é melhor fechar o quiosque? É o ponto de água que ali o vincula?
- ⇒ Vendedores de tremoços – era preciso vir aqui o assunto? Existe há anos. O Sr. Presidente foi Presidente da Junta durante anos e não o fez.
- ⇒ Estrada da Garcia – há anos que foi à Garcia e entregou um documento ao Sr. Presidente sobre o problema.

- ⇒ Sr. Andrade – mais uma resma de problemas que tem vindo a apresentar.
- ⇒ Orçamento Participativo – é a descredibilização total do OP, quando este deveria ser apenas um contributo e alerta para o orçamento da Câmara. Fica-se a saber que a Vieira não tem propostas e que há vontade de se fazer um projeto em detrimento de outro, e depois excluem-se.
- ⇒ Processo de indústria na Moita – vem hoje à reunião, e por isso propõe que se discuta em primeiro lugar, enquanto aqui estão os interessados. Como Vereador quer saber o que se passa neste processo.

Tendo em conta que o Sr. Vereador enviou a restante intervenção por escrito, passa-se a reproduzir o seu conteúdo:

1. *Felicitei a cavaleira marinhense Magda Soares, por se ter classificado em segundo lugar no Campeonato de Portugal de juniores em hipismo.*
2. *Felicitei os marinhenses Ivan Caçador e Eurico Nicolau por lhes ter sido atribuído o galardão de melhor dupla de árbitros de andebol nacional na VII Gala do Andebol 2017. De realçar que é a sexta vez que recebem este galardão, demonstrando a magnitude deste feito.*
3. *Felicitei o judoca marinhense Nuno Saraiva, pela presença no Mundial de judo e pelos 2 combates que venceu e que lhe permite entrar no projeto Olímpico.*
4. *Felicitei o atleta do Sporting Marinhense Filipe Vaz, por estar a disputar o Mundial de hóquei em patins na China, em representação da seleção de Moçambique*
5. *Um município abordou-me dizendo que tem repetidamente informado o Gabinete de apoio ao Presidente e não tem obtido resposta para alguns problemas que considera graves. Como exemplo os cemitérios.
A capela do cemitério de Casal Galego está num estado lamentável de conservação, tanto exterior como interior, e enviou-me fotos. Por outro lado a capela do cemitério da Marinha Grande está em boas condições, não se compreendendo a "diferença" nas capelas dos cemitérios.*
6. *Para além das capelas, as placas à entrada dos mesmos têm as letras com falta de pintura e já é difícil de ler. Questiona o município se um dos coveiros (João) ganha dinheiro a pintar as lápides, por que razão não lhe dizem para fazer a renovação das placas. Sugere ainda outra solução, pedir aos vendedores das campas em mármore e instaladores das mesmas de oferecerem esta renovação; tem ainda uma outra e última hipótese, diz que se a camara autorizar ele mesmo encontra alguém e faz o trabalho, prevendo um encargo financeiro de 40 ou 50 euros.*
7. *Outro assunto que me chegou vindo de municípios tem a ver com as braças duma árvore que está no cruzamento da Rua da Indústria com a Rua Arala Pinto, perto do Lidl. As braças estão a chegar à estrada, escondendo o sinal STOP e das*

passadeiras. Para além das pessoas já não poderem passar no passeio, torna-se perigoso para os veículos porque não vêm o sinal STOP. ”

O Sr. Vereador António Santos cumprimentou todos os presentes, agradeceu a presença dos munícipes e referiu o seguinte:

- ⇒ Não pensava falar, mas tem que dizer que concorda com o que o Sr. Vereador Vítor disse.
- ⇒ Sr. António – em tempos, quando aqui estive e trouxe umas fotos, ficou preocupado, foi lá ver, até convidou dois colegas, telefonou-lhe mas não lhe atendeu o telefone. Contudo, queria que o problema se resolvesse, porque tudo tem uma solução. Preocupou-se com o problema, queria saber e tentar resolver, mas não conseguiu.

O Sr. Presidente respondeu o seguinte:

- ⇒ Público – o que é de execução tomou nota para encaminhar para os serviços.
- ⇒ Aeroporto – está-se em campanha eleitoral. O estudo técnico é sobre a viabilidade económica da adaptação da BA 5 para a aviação civil e para mostrar ao Governo para se saber da viabilidade.
- ⇒ Mercado – o Sr. Presidente pediu à **Chefe da DAM, Dr.ª Lina Frazão**, para vir à reunião falar sobre a reorganização.

A **Dr.ª Lina Frazão** referiu que recebeu o dossier do mercado em 2013, com esta estrutura precária.

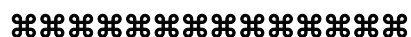
Esclareceu que o direito ocasional de ocupação é a forma atual de ocupação dos lugares do mercado. A estes feirantes nunca lhes foi atribuído um direito. Todos os feirantes têm um direito ocasional de ocupação, com exceção de dois vendedores que tinham ido do interior do anterior mercado. Não há um lugar marcado, e já em 2013 questionou isso. Não havia uma organização do mercado. Foram sendo colmatadas algumas lacunas em termos de higiene e saúde. Arrastou-se a questão dos vendedores de pintos, que estavam em zona de alimentação. Agora surgiu a questão das obras. No dia 28/08/2017 foram todos convocados para uma reunião, onde foi apresentada uma planta com a reorganização dos lugares em função da tipologia e com a área que ocupavam. O vendedor de plantas foi colocado ao pé dos produtos frescos e hortícolas. Até agora esta é a única reclamação. O que se tentou fazer foi a melhor organização do mercado e agradecer a todas as pessoas. Infelizmente não agrada a este Senhor.

O **vendedor** em questão queria intervir mas o **Sr. Presidente** não autorizou.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** disse que ouviu a explicação e não concorda absolutamente nada. Admitindo que tudo tem suporte legal (que duvida), pergunta se 10 anos não é tempo suficiente para ter direitos adquiridos? Mesmo que não houvesse esta reclamação, esta alteração é uma situação atroz. Falar de questões de higiene neste mercado?! Pode-se atenuar, mas aquele mercado não tem condições de higiene. Recomenda que se reveja o dossier. O assunto não é para técnicos, é um assunto político, as diretrizes para a mudança devem ser dadas pelo Presidente, de acordo com o seguinte: menor impacto possível para os vendedores. A localização implica a redução de receitas, a estrutura de custos é a mesma mas os lucros reduzem. A Dr.ª Lina não está a ser bem dirigida e a culpa é do Presidente da Câmara. Assim, recomenda-lhe, com urgência: há forma de reorganizar o mercado sem tirar as pessoas dos seus lugares. Como? Reduzindo as áreas de circulação externa, e depois pedindo o encolher dos locais que ocupam mais espaço. Assim não prejudica ninguém. Aos vendedores aconselha a fazerem uma providência cautelar e a ocuparem os seus lugares habituais.

A **Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho** disse que lhe parece que a reorganização foi feita em função do espaço que ocupam e não do tipo de produto. Os critérios têm que ser também ponderados em termos políticos. Pede ao Sr. Presidente que pondere esta questão.

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** referiu que não está em causa o trabalho mas sim os pressupostos. Desde que o mercado está naquele local, há 10 anos, que os vendedores estão naqueles lugares. A feira do levante foi sendo organizada pelos próprios vendedores, à medida que iam chegando. Não precisavam nem do Presidente da Câmara nem da PSP. A Câmara “comeu-lhes” um espaço definitivamente com a construção dos campos de ténis. Parece-lhe que os vendedores de roupa estão descontentes. Durante 10 anos pode não ter havido leis mas houve regras.



Seguidamente, e na sequência da proposta do Sr. Vereador Aurélio Ferreira, o Sr. Presidente perguntou a todos os Srs. Vereadores se queriam discutir já o **ponto 20**. Todos aceitaram discuti-lo de imediato.

20 - REQ. N. 456/17, DATADO DE 2017/03/20 – PC N.º 93/17, DATADO DE 2017/03/20 – PEDRO BERNARDO - ESTRUTURAS E MOLDES UNIPessoal LDA

O **Sr. Presidente** solicitou a presença na reunião do **Arqt.º Alexandre Fava, técnico da DOT** que analisou o processo, que veio explicar quais as normas urbanísticas da freguesia da Moita.

Referiu que há uma carta de REN e RAN para a freguesia, e que tudo o resto é um vazio.

A gestão é feita verificando, em primeiro lugar, se o terreno está abrangido por qualquer um destes regimes da REN e RAN, e pela verificação da existência ou não de infraestruturas que possam suportar a intervenção urbanística em causa.

No processo em apreço, há um pedido de construção de uma nave industrial, numa mancha livre de RAN, mas também o pedido de construção de um pavilhão que está em cima da mancha. Houve uma reunião com o técnico onde se colocou a possibilidade de irem diretamente colocar a questão à Comissão da RAN para isentar. Esse contacto teria sido feito e a Comissão terá dito que não. A razão da proposta aqui presente deve-se ao facto de o pedido abranger as duas situações. Mas há um “escape” para a falta de infraestruturas, caso o requerente, em sede de audiência prévia, venha dizer que se compromete a fazê-las.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** agradeceu a vinda dos munícipes, pois permitiu resolver o problema. Entende que aquilo que aqui foi hoje dito já devia ter sido feito numa conversa prévia com os técnicos. Assim, em vez de esperarem 6 meses por resposta tê-la-iam obtido logo e hoje estar-se-ia já a aprovar o projeto.

A **Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho** referiu que esta conversa prévia deveria existir sempre assim que entra um projeto para a criação de postos de trabalho.

Depois de prestados todos os esclarecimentos, o Sr. Presidente colocou a votação a seguinte proposta:

805 - Presente **pedido** com o registo n.º 456/17, datado de 20/03/2017, **relativo à viabilidade de construção de uma unidade industrial** num terreno situado na rua do Vale, Moita, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial de Alcobaça sob o n.º 638 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 851-P, da freguesia da Moita e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o pedido de informação prévia n.º 93/17, com data de entrada de 20/03/2017, apresentado por **PEDRO BERNARDO - ESTRUTURAS E MOLDES UNIPessoal LDA**, com o NIPC 508 321 468, com sede na rua do Olheirão, n.º 12, freguesia da Moita e concelho da Marinha Grande;

Presente informação técnica, datada de 30/08/2017, que refere não ser viável a pretensão por ser a mesma passível de indeferimento, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 24º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9/09, e do n.º 5 do mesmo articulado legal, respetivamente por se pretender licenciar construção em área afeta a Reserva Agrícola Nacional (RAN), em violação da alínea a) do artigo 21º do regime jurídico da RAN, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 73/2009, de 31 de março, com a redação dada pelo Decreto-lei n.º 199/2015, de 16 de setembro, que estabelece a interdição de construção nesta área, não se enquadrando a utilização respetiva no conjunto das exceções estabelecidas no artigo 22º do mesmo diploma legal e por ausência de infraestruturas viárias e de rede de abastecimento de água e saneamento;

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 07/09/2017.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 23

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

Notificar a empresa requerente, PEDRO BERNARDO - ESTRUTURAS E MOLDES UNIPessoal LDA, com o NIPC 508 321 468, com sede na rua do Olheirão, nº 12, freguesia da Moita e concelho da Marinha Grande, para se pronunciar por escrito, no prazo de quinze dias a contar da data da notificação, nos termos dos artigos 121º e 122º do CPA, da sua intenção de informar não ser viável a sua pretensão de construir uma unidade industrial num terreno situado na rua do Vale, Moita, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial de Alcobaça sob o nº 638 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo nº 851-P, da freguesia da Moita e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o pedido de informação prévia nº 93/17, com data de entrada de 20/03/2017, nos moldes apresentados, por ser a mesma passível de indeferimento, ao abrigo da alínea a) do nº 1 do artigo 24º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei nº 555/99, de 16/12, com a redação dada pelo Decreto-Lei nº 136/2014, de 9/09, e do nº 5 do mesmo articulado legal, respetivamente por se pretender licenciar construção em área afeta a Reserva Agrícola Nacional (RAN), em violação da alínea a) do artigo 21º do regime jurídico da RAN, aprovado pelo Decreto-Lei nº 73/2009, de 31 de março, com a redação dada pelo Decreto-lei nº 199/2015, de 16 de setembro, que estabelece a interdição de construção nesta área, não se enquadrando a utilização respetiva no conjunto das exceções estabelecidas no artigo 22º do mesmo diploma legal, e por ausência de infraestruturas viárias e de rede de abastecimento de água e saneamento.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

2 - APROVAÇÃO DA ATA Nº 14, DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 07 DE JUNHO DE 2017

787 - Presente a ata nº 14, da reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada no dia 07 de junho de 2017, cuja leitura foi dispensada por ter sido previamente distribuída.

A Câmara delibera, nos termos do nº 2 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a sua redação final.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

3 - APROVAÇÃO DA ATA Nº 15, DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 07 e 20 DE JUNHO DE 2017

788 - Presente a ata nº 15, da reunião extraordinária da Câmara Municipal, realizada no dia 07 e 20 de junho de 2017, cuja leitura foi dispensada por ter sido previamente distribuída.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 07/09/2017.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 23

A Câmara delibera, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a sua redação final.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

4 - APROVAÇÃO DA ATA N.º 16, DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 19 DE JUNHO DE 2017

789 - Presente a ata n.º 16, da reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada no dia 19 de junho de 2017, cuja leitura foi dispensada por ter sido previamente distribuída.

A Câmara delibera, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a sua redação final.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

5 - APROVAÇÃO DA ATA N.º 17, DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 29 DE JUNHO DE 2017

790 - Presente a ata n.º 17, da reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada no dia 29 de junho de 2017, cuja leitura foi dispensada por ter sido previamente distribuída.

A Câmara delibera, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a sua redação final.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

O Sr. Presidente interrompeu a reunião das 12:30 horas às 14:10 horas, para almoço.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

6 - REQ. N. 424/17, DATADO DE 2017/03/14 – PC N.º 507/16, DATADO DE 2016/12/12 – RAMIRO ALBERTO DOS SANTOS PALMA E MARIA TERESA XAREPE MADEIRA

791 - Presente pedido com o registo n.º 424/17, datado de 14/03/2017, solicitando a aprovação do projeto de arquitetura relativo ao processo de licenciamento de alterações e

ampliação de edifício e muros, construção de anexo e alteração de uso para comércio ou serviços de um edifício sito na rua da Linha, n.º 8, Picassinos, Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 16547 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 18998-P, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 507/16, com data de entrada de 12/12/2016, apresentado por **RAMIRO ALBERTO DOS SANTOS PALMA e MARIA TERESA XAREPE MADEIRA**, respetivamente com o NIF 176 990 020 e 204 101 310, residentes na rua Álvaro Ferreira da Silva, n.º 30, fração I, freguesia e concelho da Marinha Grande;

Presente informação técnica, datada de 17/08/2017, que atesta encontrar-se o projeto de arquitetura em condições de ser deferido.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos da alínea a) do n.º 3 do artigo 20º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o projeto de arquitetura relativo ao processo de licenciamento de alterações e ampliação de edifício e muros, construção de anexo e alteração de uso para comércio ou serviços de um edifício sito na rua da Linha, n.º 8, Picassinos, Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 16547 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 18998-P, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 507/16, com data de entrada de 12/12/2016, apresentado por RAMIRO ALBERTO DOS SANTOS PALMA e MARIA TERESA XAREPE MADEIRA, respetivamente com o NIF 176 990 020 e 204 101 310, residentes na rua Álvaro Ferreira da Silva, n.º 30, fração I, freguesia e concelho da Marinha Grande, ficando o licenciamento do processo condicionado à apresentação, no prazo de seis meses a contar da data da notificação da presente deliberação, de acordo com o disposto no n.º 4 do artigo 20º do RJUE, dos projetos de especialidade aplicáveis.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

7 - REQ. N. 1041/17, DATADO DE 2017/06/16 – PC N.º 10/17, DATADO DE 2017/01/17 – CASCOVIDRO-COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS DE VIDRO,LDA.

792 - Presente pedido com o registo n.º 1041/17, datado de 16/06/2017, relativo ao pedido de **aprovação do projeto de arquitetura referente à construção de um edifício destinado a indústria e muros de vedação**, no prédio situado na rua do Casal da Lebre, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 19918 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 2268, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 10/17, com data de entrada de 17/01/2017, apresentado por **CASCOVIDRO-COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS DE VIDRO,LDA.**, com o NIPC 501 654 526, com sede na rua dos Outeirinhos, n.º 75, freguesia e concelho da Marinha Grande;

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 07/09/2017.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 23

Presente informação técnica, datada de 01/09/2017, que atesta encontrar-se o projeto de arquitetura em condições de ser deferido.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos da alínea a) do n.º 3 do artigo 20.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o projeto de arquitetura referente à construção de um edifício destinado a indústria e muros de vedação, no prédio situado na rua do Casal da Lebre, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 19918 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 2268, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 10/17, com data de entrada de 17/01/2017, apresentado por CASCOVIDRO-COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS DE VIDRO,LDA., com o NIPC 501 654 526, com sede na rua dos Outeirinhos, n.º 75, freguesia e concelho da Marinha Grande, ficando o licenciamento da presente operação urbanística condicionado à apresentação, no prazo de seis meses a contar da data da notificação da presente deliberação, dos projetos de especialidade aplicáveis, de acordo com o disposto no n.º 4 do artigo 20º do RJUE.

Mais delibera ACEITAR a cedência, para domínio público, da área de 1.728,20 m2, destinada a arruamento, proveniente do prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 19918 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 2268, da freguesia e concelho da Marinha Grande.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

8 - REQ. N. 1436/17, DATADO DE 2017/08/14 – PC N.º 324/17, DATADO DE 2017/07/24 – ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DA MARINHA GRANDE

793 - Presente requerimento n.º 1436/17, datado de 2014/08/14, constante do processo camarário n.º 324/17, subscrito por ASSOCIAÇÃO HUMANITARIA DE BOMBEIROS VOLUNTARIOS DA MARINHA GRANDE, com o NIPC 501137106, com sede na rua dos Bombeiros Voluntários, freguesia e concelho de Marinha Grande, referente ao pedido de licenciamento da obra de *“Ampliação e requalificação das camaratas femininas”*, incidente sobre um prédio urbano sito na rua dos Bombeiros Voluntários, freguesia e concelho de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 19904 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 2579 da freguesia e concelho de Marinha Grande.

Presente parecer favorável emitido pela Direção Regional de Cultura do Centro, face à localização do prédio em Zona Especial de Proteção ao edifício que foi residência de Guilherme e João Diogo Stephens.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
07/09/2017.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 23

Presente parecer técnico sobre o assunto, datado de 2017/08/22, que refere que o projeto de arquitetura se encontra apto a merecer aprovação, com determinadas condições.

Após a análise do pedido de licenciamento da obra de “*Ampliação e requalificação das camaratas femininas*”, incidente sobre um prédio urbano sito na rua dos Bombeiros Voluntários, freguesia e concelho de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 19904 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 2579 da freguesia e concelho de Marinha Grande, com o número de processo 324/17, com data de entrada em 2017/07/24, apresentado por ASSOCIAÇÃO HUMANITARIA DE BOMBEIROS VOLUNTARIOS DA MARINHA GRANDE, com o NIPC 501137106, com sede na rua dos Bombeiros Voluntários, freguesia e concelho de Marinha Grande, e considerando os pareceres técnicos que sobre ele recaíram, a Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE – DEFERIR o mesmo, com o condicionalismo da apresentação, no prazo máximo de seis meses a contar da data de notificação, dos Projetos das Especialidades aplicáveis, nos termos do disposto no n.º 4 do art. 20.º do RJUE.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

9 - REQ. N. 1303/17, DATADO DE 2017/07/24 – PC N.º 324/17, DATADO DE 2017/07/24 – ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DA MARINHA GRANDE

794 - Presente requerimento, com registo de entrada n.º 1303/07/17, de 24-07-2017, apresentado pela ASSOCIAÇÃO HUMANITARIA DE BOMBEIROS VOLUNTARIOS DA MARINHA GRANDE, com o NIPC 501137106, com sede na rua dos Bombeiros Voluntários, freguesia e concelho de Marinha Grande, a **solicitar a isenção do pagamento de taxas** devidas pelo licenciamento da operação urbanística de requalificação e ampliação das camaratas femininas do Corpo de Bombeiros Voluntários da Marinha Grande, cujo processo tramitou sob o n.º 324/17.

A Câmara Municipal apreciou o referido o pedido e considerando que:

- O Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande prevê, na alínea a) do n.º 2 do seu artigo 119.º, que pode haver lugar à isenção do pagamento das taxas, por deliberação fundamentada, no caso das pessoas coletivas de utilidade pública administrativa, desde que legalmente constituídas, relativamente a pretensões que visem a prossecução dos respetivos fins estatutários;

- A requerente solicitou a isenção de pagamento de taxas devidas pelo licenciamento da operação urbanística de requalificação e ampliação das camaratas femininas do seu corpo de Bombeiros;

- A requerente é, de acordo com o artigo 1.º dos seus estatutos, uma pessoa coletiva de utilidade pública administrativa;
- De acordo com o artigo 3.º dos referidos estatutos, a interessada tem escopo principal a proteção de pessoas e bens, detendo e mantendo para o efeito um corpo de bombeiros voluntários;
- A operação urbanística em causa tem como escopo a criação de melhores condições para todos aqueles que prestam serviço a toda a comunidade, nomeadamente através do socorro a doentes, feridos e náufragos e combate a incêndios;
- As obras em apreço contribuem para a prossecução dos fins consignados no referido artigo 3.º;

Delibera, reunidos que estão os pressupostos legais, conceder ao abrigo da alínea a) do n.º 2 do artigo 119.º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, à ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DA MARINHA GRANDE, com o NIPC 501137106, com sede na Rua dos Bombeiros Voluntários, freguesia e concelho da Marinha Grande, a ISENÇÃO DO PAGAMENTO DAS TAXAS previstas no ponto n.º 5, alíneas i), ii), iii) e iv) do ponto n.º 5.1 e alínea i) do ponto 6.1, do quadro IV do anexo I do referido Regulamento, no valor de 499,56€ (quatrocentos e noventa e nove euros e cinquenta e seis cêntimos), respeitantes ao licenciamento da operação urbanística de remodelação e ampliação das camaratas femininas do Corpo de Bombeiros Voluntários da Marinha Grande, cujo processo tramitou sob o n.º 324/17.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

10 - REQ. N. 1433/17, DATADO DE 2017/08/14 – PC N.º 339/14, DATADO DE 2014/10/07 – CARLOS MANUEL ROLDÃO ALVES VIEIRA E OUTROS

795 - Presente **pedido** com o registo n.º 1433/17, datado de 14/08/2017, **relativo a alterações a realizar em obra**, titulada pelo alvará n.º 18/16, emitido a 16/06/2016, que foi objeto de embargo decretado pelo Sr. Presidente da Câmara a 26/04/2016, no prédio sito na avenida Marginal, n.º 8, em S. Pedro de Moel, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 3692 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 2976, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 339/14, com data de entrada de 07/10/2014, apresentado por **CARLOS MANUEL ROLDÃO ALVES VIEIRA**, com o NIF 121 468 763, **ANA MARGARIDA VIEIRA DA SILVA DOMINGOS SILVÉRIO**, com o NIF 197 402 119, **JORGE GUILHERME VIEIRA MARIA DA SILVA**, com o NIF 210 756 608, **PEDRO MIGUEL VIEIRA MARIA DA SILVA**, com o NIF 186 693 176 e **FERNANDO ROLDÃO ALVES VIEIRA**, com o 160 571 545, residentes, respetivamente, na rua Maestro Frederico de Freitas, n.º 11, 1ª Dto., Lisboa, na rua Marquês de Pombal, n.º 92, 1ª, Marinha

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 07/09/2017.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 23

Grande, na rua Luis de Camões, n.º 45-B, R/C Dto., Marinha Grande, na rua das Figueiras, n.º 26, 1.º F, Cruzes, Marinha Grande, e na rua Diogo Cão, n.º 1, 12.º Dto., Portela, Loures;

Presente parecer favorável da Agência Portuguesa do Ambiente (APA) relativo ao presente projeto de alterações, datado de 2/08/2017, a que corresponde o título de licença de utilização dos recursos hídricos n.º L010942.2017.RH5A, válido até 3/08/2018;

Presente informação técnica, datada de 30/08/2017, que atesta encontrar-se o processo em condições de ser deferido;

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o pedido de licenciamento relativo a alterações a realizar em obra, titulada pelo alvará n.º 18/16, emitido a 16/06/2016, que foi objeto de embargo decretado pelo Sr. Presidente da Câmara a 26/04/2016, no prédio sito na avenida Marginal, n.º 8, em S. Pedro de Moel, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 3692 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 2976, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 339/14, com data de entrada de 07/10/2014, apresentado por CARLOS MANUEL ROLDÃO ALVES VIEIRA, com o NIF 121 468 763, ANA MARGARIDA VIEIRA DA SILVA DOMINGOS SILVÉRIO, com o NIF 197 402 119, JORGE GUILHERME VIEIRA MARIA DA SILVA, com o NIF 210 756 608, PEDRO MIGUEL VIEIRA MARIA DA SILVA, com o NIF 186 693 176 e FERNANDO ROLDÃO ALVES VIEIRA, com o 160 571 545, residentes, respetivamente, na rua Maestro Frederico de Freitas, n.º 11, 1.º Dto., Lisboa, na rua Marquês de Pombal, n.º 92, 1.º, Marinha Grande, na rua Luis de Camões, n.º 45-B, R/C Dto., Marinha Grande, na rua das Figueiras, n.º 26, 1.º F, Cruzes, Marinha Grande, e na rua Diogo Cão, n.º 1, 12.º Dto., Portela, Loures.

Mais delibera INFORMAR os requerentes do seguinte:

1 - Nos termos do disposto no n.º 7 do artigo 27.º do RJUE, deverá requerer o averbamento do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários, nomeadamente o original do alvará de obras n.º 18/16.

2 - Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande (RMEUMMG), em vigor, a concessão da respetiva autorização de utilização ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

11 - REQ. N. 1427/17, DATADO DE 2017/08/11 – PC N.º 432/16, DATADO DE 2016/10/13 – SANTA CASA DA MISERICORDIA DA MARINHA GRANDE

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 07/09/2017.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 23

796 - Presente **pedido** com os registos n.º 1726/16, de 13/10/2016, 26/17, de 10/01/2017 e 1427/17, de 11/08/2017, **relativo a obras de urbanização**, a realizar nas ruas D. Júlia Soares Vieira Matias e de Fontenay-sous-Bois, que se reportam ao processo de licenciamento n.º 432/16, com data de entrada de 13/10/2016, apresentado pela **SANTA CASA DA MISERICORDIA DA MARINHA GRANDE**, com o NIPC 500 892 113, com sede na rua Fonte dos Ingleses, n.º 69, Outeirinhos, freguesia e concelho da Marinha Grande;

Presente Autorização de Utilização dos Recursos Hídricos, emitida pela Agência Portuguesa do Ambiente, com o n.º A011044.2017.RH4A, a 3/08/2017, relativa às obras de urbanização pretendidas;

Presente informação técnica, datada de 17/01/2017, que atesta encontrarem-se os projetos das infraestruturas apresentados, relativos às obras de urbanização, em condições de ser aprovados;

Presente informação técnica, datada de 23/08/2017, que atesta encontrar-se o processo em condições de ser deferido.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o pedido de licenciamento relativo a obras de urbanização, a realizar nas ruas D. Júlia Soares Vieira Matias e de Fontenay-sous-Bois, que se reportam ao processo de licenciamento n.º 432/16, com data de entrada de 13/10/2016, apresentado pela **SANTA CASA DA MISERICORDIA DA MARINHA GRANDE**, com o NIPC 500 892 113, com sede na rua Fonte dos Ingleses, n.º 69, Outeirinhos, freguesia e concelho da Marinha Grande.

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

2 - Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, deverá informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.

3.- Deverá apresentar caução para a garantia da boa execução das obras de urbanização, nos termos do disposto no artigo 54.º do RJUE, no valor de 48.545,10 € (quarenta e oito mil, quinhentos e quarenta e cinco euros e dez cêntimos);

4.- Após conclusão dos trabalhos, deverão ser apresentadas as respetivas Telas Finais. Delibera, igualmente, deferir a minuta de contrato de obras de urbanização anexa ao presente processo, cujo texto se transcreve:

“CONTRATO DE URBANIZAÇÃO

(Artigo 55º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro)

Entre:

CÂMARA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE, detentora do NIPC 505 776 758, com sede na Praça Guilherme Stephens, 2430-522, Marinha Grande, freguesia e concelho da Marinha Grande, representada, nos termos gerais, pelo seu Presidente, Paulo Jorge Campos Vicente, que outorga em execução da deliberação tomada em reunião de Câmara havida a 07/07/2016, adiante designada por **PRIMEIRA OUTORGANTE**;

E

SANTA CASA DA MISERICORDIA DA MARINHA GRANDE, com o NIPC 500 892 113, com sede na rua Fonte dos Ingleses, n.º 69, Outeirinhos, freguesia e concelho da Marinha Grande, representada pelos seus representantes legais, adiante designada por **SEGUNDA OUTORGANTE**;

CONSIDERANDO QUE A **SEGUNDA OUTORGANTE** apresentou, com o processo n.º 432/16, a 13 de outubro de 2016, a totalidade dos elementos relativos ao respetivo projeto de obras de urbanização, tendo este sido deferido, nos termos do disposto no artigo 23º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, adiante designado como **RJUE**, em reunião de Câmara de ____/____/____;

FOI AJUSTADO E RECIPROCAMENTE ACEITE, NOS TERMOS E PARA OS EFEITOS DO DISPOSTO NO ARTIGO 25º DO **RJUE**, O CONTRATO DE URBANIZAÇÃO CONSTANTE DAS CLÁUSULAS SEGUINTE:

CLÁUSULA 1ª

- 1) A **SEGUNDA OUTORGANTE** submeteu a controlo prévio da **PRIMEIRA OUTORGANTE** a operação urbanística relativa a obras de urbanização, a realizar nas ruas D. Júlia Soares Vieira Matias e de Fontenay-sous-Bois, na Marinha Grande.
- 2) Esta operação urbanística pressupõe a realização de obras de urbanização sujeitas à realização de contrato de urbanização.

CLÁUSULA 2ª

O presente contrato é celebrado nos termos do artigo 26º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (**RJUE**), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, obrigando-se a **SEGUNDA OUTORGANTE** a proceder à execução das obras de urbanização, relativas a infraestruturas viárias, rede de abastecimento de águas, rede de

drenagem de águas residuais domésticas, rede de drenagem de águas residuais pluviais e muro de suporte de terras.

CLÁUSULA 3ª

As obras mencionadas na cláusula anterior são as constantes dos projetos específicos constantes do processo de licença de obras de urbanização n.º 432/16, aprovados em reunião de Câmara de ___ de _____ de 2017, em nome da SEGUNDA OUTORGANTE.

CLÁUSULA 4ª

- 1) O valor das obras a realizar é de 48.545,10 € (quarenta e oito mil, quinhentos e quarenta e cinco euros e dez cêntimos).
- 2) O valor mencionado no número anterior é fixo e independente de quaisquer alterações que ocorram no decurso das obras objeto do presente contrato.

CLÁUSULA 5ª

- 1) A SEGUNDA OUTORGANTE prestará caução para garantir a boa e regular execução das obras previstas no presente contrato.
- 2) A caução prevista no número anterior, de valor correspondente ao valor previsto na cláusula n.º 4, nos termos do n.º 3 do artigo 54º do RJUE, poderá ser prestada, por acordo entre as partes, mediante depósito em dinheiro, garantia bancária ou seguro caução.
- 3) A PRIMEIRA OUTORGANTE procederá, por solicitação da SEGUNDA OUTORGANTE, à redução e cancelamento da caução, nos termos do artigo 54º do RJUE.

CLÁUSULA 6ª

- 1) As obras previstas no presente contrato deverão ser realizadas no prazo de ____ meses, a contar da data de emissão do respetivo alvará de licença de construção.
- 2) O prazo referido no número anterior poderá ser alterado, por solicitação da SEGUNDA OUTORGANTE, nos termos do artigo 53º do RJUE.

CLÁUSULA 7ª

- 1) A PRIMEIRA OUTORGANTE disporá dos poderes de fiscalização que legalmente lhe assistem, em matéria de realização das obras de urbanização, no que respeita à realização, pela SEGUNDA OUTORGANTE, das obras previstas no presente contrato.
- 2) Sempre que em ação de fiscalização a PRIMEIRA OUTORGANTE detete que a realização das obras previstas no presente contrato não obedece aos projetos aprovados e às condições neles fixadas, pode ordenar à SEGUNDA OUTORGANTE que proceda à regularização da situação, fixando-lhe o prazo necessário.
- 3) Sempre que se verifique uma situação de incumprimento, por parte da SEGUNDA OUTORGANTE, das obras a que se reporta o presente contrato, resultante, designadamente, de não acatamento de instruções dadas no âmbito do número anterior, suspensão não autorizada ou abandono injustificado das obras, a PRIMEIRA OUTORGANTE pode promover, por conta da SEGUNDA OUTORGANTE, a realização das obras em causa.

4) Na situação prevista no número anterior, as despesas serão pagas por força da caução prestada, nos termos da cláusula 5ª do presente contrato.

CLÁUSULA 8ª

Às receções provisória e definitiva das obras previstas no presente contrato, aplicar-se-á o disposto no artigo 87º do RJUE.”

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

12 - REQ. N. 1726/16, DATADO DE 2016/10/13 – PC N.º 432/16, DATADO DE 2016/10/13 – SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DA MARINHA GRANDE

797 - Presente requerimento, com registo de entrada n.º 1726/16, datado de 13-10-2016, em nome da **SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DA MARINHA GRANDE**, com sede em Rua Fontes dos Ingleses, n.º 69, Lugar dos Outeirinhos, freguesia e Concelho da Marinha Grande, em que é **requerida a isenção de taxas devidas pelo licenciamento das obras de urbanização** – requalificação da Rua D. Júlia Soares Vieira Matias e Rua Fontenay-sous-Bois - cujo processo tramitou sob o número 432/16.

A Câmara Municipal apreciou o referido pedido e considerando que:

- A **SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DA MARINHA GRANDE** é uma instituição particular de solidariedade social que tem por objetivo satisfazer carências sociais do concelho da Marinha Grande;
- Apoia a terceira idade e famílias carenciadas, intervém em áreas da saúde, nomeadamente através de cuidados continuados que assegura e presta serviços com vista à promoção do desenvolvimento da criança;
- As obras em causa destinam-se a requalificar a Rua D. Júlia Soares Vieira Matias e a Rua Fontenay-sous-Bois que passarão a servir a unidade de cuidados continuados integrados, cujo licenciamento se encontra em curso (processo n.º 509/15);
- As mencionadas obras de urbanização, ao melhorar as condições de acessibilidade da futura unidade de cuidados continuados integrados, visam a prossecução dos fins estatutários da requerente, que consistem, entre outros, na satisfação de carências sociais – n.º 1 do artigo 1.º dos seus estatutos;
- A interessada é uma instituição legalmente constituída;
- Encontram-se preenchidos os requisitos exigidos pelo Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, na alínea a), do n.º 2, do seu artigo 119.º.
- A interessada presta serviços de inegável interesse público;

A Câmara Municipal delibera, ao abrigo da referida alínea a) do n.º 2 do artigo 119.º do citado Regulamento, ISENTAR as taxas devidas pela Irmandade da SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DA MARINHA GRANDE, com sede em Rua Fontes dos Ingleses, n.º 69, Lugar dos Outeirinhos, freguesia e Concelho da Marinha Grande, no montante de

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
07/09/2017.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 23

2.973,86 euros (dois mil novecentos e setenta e três euros e oitenta e seis cêntimos), relativas à emissão do alvará de obras de urbanização nas identificadas ruas, cujo cálculo consta de informação técnica datada 28 de agosto de 2017, que aqui se dá por integralmente reproduzida e se anexa à presente deliberação.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

13 - REQ. N. 1763/16, DATADO DE 2016/10/19 – PC N.º 441/16, DATADO DE 2016/10/19 – DORA HELENA NUNES CAVALEIRO

798 - Presente pedido com o registo n.º 1763/16, datado de 19/10/2016, relativo a **legalização de alterações a um edifício de habitação e serviços**, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 3413 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 2021, da freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 441/16, com data de entrada de 19/10/2016, apresentado por **DORA HELENA NUNES CAVALEIRO**, com o NIF 185401066, residente na rua Pires de Campos, n.º 90, Vieira de Leiria, freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande.

Presente informação técnica, datada de 14/08/2017, que atesta encontrar-se o processo em condições de ser deferido.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, o pedido de licenciamento relativo a **legalização de alterações a um edifício de habitação e serviços**, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 3413 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 2021, da freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 441/16, com data de entrada de 19/10/2016, apresentado por **DORA HELENA NUNES CAVALEIRO**, com o NIF 185401066, residente na rua Pires de Campos, n.º 90, Vieira de Leiria, freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande.

Mais delibera INFORMAR o requerente do seguinte:

1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
07/09/2017.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 23

2 - Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande (RMEUMMG), em vigor, a concessão da respetiva autorização de utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

14 - REQ. N. 1413/17, DATADO DE 2017/08/0 – PC N.º 499/16, DATADO DE 2016/12/07 – AUGUSTO BATISTA DIAS E MARIA HORTENSE PEREIRA SAPATEIRO BATISTA DIAS

799 - Presente requerimento n.º 1413/17, datado de 2017/08/09, constante do processo camarário n.º 499/16, subscrito por **AUGUSTO BATISTA DIAS**, com o NIF 196041970 e por **MARIA HORTENSE PEREIRA SAPATEIRO BATISTA DIAS**, com o NIF 168120526, ambos residentes na rua Manuel Balseiro Guerra, n.º 45, Vieira de Leiria, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, referente ao pedido de licenciamento da obra de “*Construção de moradia unifamiliar, anexo e muros de vedação*”, incidente sobre dois prédios urbanos, sitos na rua Álvaro Filipe Gouveia Pedrosa, lugar de Talhões da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, descritos na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob os números 1284 e 7563, e inscritos nas matrizes sob os artigos números 5384 e 5549, respetivamente, dispondo de projeto de arquitetura aprovado por deliberação camarária datada de 2017/02/20.

Presente parecer técnico dos serviços datado de 2017/09/01, referente aos projetos das especialidades apresentados.

Após a análise do pedido de licenciamento da obra de “*Construção de moradia unifamiliar, anexo e muros de vedação*”, incidente sobre dois prédios urbanos, sitos na rua Álvaro Filipe Gouveia Pedrosa, lugar de Talhões da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, descritos na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob os números 1284 e 7563, e inscritos nas matrizes sob os artigos números 5384 e 5549, respetivamente, com o número de processo 499/16, com data de entrada em 2016/12/07, apresentado por **AUGUSTO BATISTA DIAS, com o NIF 196041970 e por **MARIA HORTENSE PEREIRA SAPATEIRO BATISTA DIAS**, com o NIF 168120526, ambos residentes na rua Manuel Balseiro Guerra, n.º 45, Vieira de Leiria, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, e considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE – DEFERIR o mesmo, com os seguintes condicionalismos:**

- 1. Os muros de vedação deverão ser executados em alvenaria, devidamente rebocados e pintados, de acordo com a alínea a) do art. 18.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande.**

2. Execução de todos os trabalhos que se vierem a verificar por necessários em consequência da realização da obra, nomeadamente um passeio na extensão total do prédio confinante com a rua Álvaro Filipe Gouveia Pedrosa, sendo os materiais a aplicar no passeio, idênticos aos existentes na envolvente, ou seja, calçada em pedra calcária, devendo considerar-se a colocação de película de plástico preto entre a camada base e a almofada de assentamento, de modo a evitar o crescimento das ervas.

Mais delibera INFORMAR o requerente que, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

15 - REQ. N. 936/17, DATADO DE 2017/06/01 – PC N.º 23/17, DATADO DE 2017/01/24 – CECÍLIA MARGARIDA MARGATO PEDROSA

800 - Presente requerimento n.º 936/17, datado de 2017/06/01, constante do processo camarário n.º 23/17, subscrito por **CECÍLIA MARGARIDA MARGATO PEDROSA**, com o NIF 233056335, residente na rua da Fonte Velha, n.º 21, 2.º Dto., lugar de Embra, freguesia e concelho de Marinha Grande, a **solicitar o licenciamento da obra de “*Construção de uma moradia unifamiliar e muros de vedação*”**, incidente sobre um prédio rústico, sito na rua 1.º de Dezembro, lugar de Machinha, freguesia de Moita, concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 1273 e inscrito na matriz sob o artigo n.º 2274, dispondo de projeto de arquitetura aprovado por deliberação camarária datada de 2017/05/04.

Presente parecer técnico dos serviços, datado de 2017/08/25, relativo aos projetos das especialidades apresentados.

Após a análise do pedido de licenciamento da obra de “*Construção de uma moradia unifamiliar e muros de vedação*”, incidente sobre um prédio rústico, sito na rua 1.º de Dezembro, lugar de Machinha, freguesia de Moita, concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 1273 e inscrito na matriz sob o artigo n.º 2274, com o número de processo 23/17, com data de entrada em 2017/01/24, apresentado por **CECÍLIA MARGARIDA MARGATO PEDROSA**, com o NIF 233056335, residente na rua da Fonte Velha, n.º 21, 2.º Dto., lugar de Embra, freguesia e concelho de Marinha Grande, e considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/14, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE – DEFERIR o mesmo, com os seguintes condicionalismos:

1. Cedência para domínio público da faixa de terreno com a área de 86,15m², ao longo da frente do prédio confinante com a rua 1.ª de Dezembro, conforme configuração constante da peça gráfica correspondente à *"Planta de Situação"*, com o n.º *"ARQ-01 Adit."*, datada de Março de 2017, entregue a coberto do requerimento n.º 475/17, datado de 2017/03/22, ficando a emissão da Autorização de Utilização, condicionada à apresentação de certidão emitida pela Conservatória do registo Predial, devidamente atualizada.

2. O muro de vedação deverá ser executado em alvenaria, devidamente rebocado e pintado, de acordo com a alínea a) do artigo 18.º do Regulamento Municipal de edificação e urbanização do Município da Marinha Grande.

Mais delibera INFORMAR a requerente que, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

16 - REQ. N. 1294/17, DATADO DE 2017/07/21 – PC N.º 61/17, DATADO DE 2017/02/17 – FILIPE BENTO COELHO NOVO

801 - Presente processo camarário n.º 61/17, registado em 2017/02/17, referente ao **pedido de licenciamento de obras de alteração e ampliação de moradia, obras de construção de anexo e muro de vedação, legalização de obra de construção de anexos e de demolição de construções**, no prédio urbano sito na Rua dos Eucaliptos, n.º 47, lugar de Ordem, freguesia e concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial sob o artigo n.º 6428, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 18912, apresentado por **FILIPE BENTO COELHO NOVO**, com o NIF 212716280, residente na Rua dos Eucaliptos, n.º 47, lugar de Ordem, freguesia e concelho de Marinha Grande, cujo projeto de arquitetura foi aprovado com condicionalismos na reunião de Câmara Municipal de 2017/06/19.

Presentes projetos das especialidades, devidamente instruídos com declaração de responsabilidade do seu autor, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 1 do artigo 10.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro.

Presente parecer técnico, datado de 2017/08/18, que atesta, terem sido apresentados os projetos das especialidades necessários à operação urbanística, encontrando-se devidamente instruídos e em condições para que a Câmara Municipal tome uma deliberação final sobre o pedido.

Após análise do processo camarário n.º 61/17, registado em 2017/02/17, referente ao pedido de licenciamento de obras de alteração e ampliação de moradia, obras de construção de anexo e muro de vedação, legalização de obra de construção de anexos e de demolição de construções, no prédio urbano sito na Rua dos Eucaliptos, n.º 47, lugar de Ordem, freguesia e concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial sob o artigo n.º 6428, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 18912, apresentado por Filipe Bento Coelho Novo, com o NIF 212716280, residente na Rua dos Eucaliptos, n.º 47, lugar de Ordem, freguesia e concelho de Marinha Grande, cujo projeto de arquitetura foi aprovado com condicionalismos na reunião de Câmara Municipal de 2017/06/19, bem como o parecer técnico datado de 2017/08/18, a Câmara Municipal delibera nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 23º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, DEFERIR o mesmo.

Delibera ainda INFORMAR o requerente do seguinte:

1- Mantém-se a decisão expressa no n.º 2 da Deliberação de Câmara de 2017/06/19, que aprovou o projeto de arquitetura, a qual se transcreve e passa a fazer parte integrante da presente deliberação:

Aceitar a cedência para domínio público da faixa de terreno com a área de 21 m2, ao longo da frente do prédio confinante com a Rua dos Eucaliptos, conforme descrição e configuração constante da peça gráfica correspondente à "*Planta de Implantação, Desenho n.º 1.2A*", com data de maio de 2017, entregue a coberto do requerimento n.º 946/17, registado em 2017/06/02, ficando a emissão da Autorização de Utilização, condicionada à apresentação da certidão emitida Conservatória do Registo Predial, devidamente atualizada.

2- Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverão, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

3- Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.

4- Deverá assegurar a execução do passeio em blocos retangulares de betão com 0,20mX0,10mX0,06m (pavê) assente em base em tout-venant com 0,15 m de espessura e lancil de betão com dimensões de 0,12m (largura à vista) x 0,25m (altura) x 0,15 m (largura de base).

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
07/09/2017.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 23

5- Deverá assegurar a instalação do recetáculo postal domiciliário a ser efetuada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 06 de Abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04 de Setembro, e pela Declaração de Retificação n.º 22-E/98.

6- Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, a concessão da respetiva autorização de utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

17 - REQ. N. 1141/17, DATADO DE 2017/06/30 – PC N.º 272/17, DATADO DE 2017/06/30 – BOLLINGHAUS STEEL, S.A.

802 - Presente pedido com o registo n.º 1141/17, datado de 30/06/2017, relativo à **execução de vedação de terreno e pavimentação para instalação de parque de estacionamento**, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 8016 e inscrito na matriz predial rústica sob os artigos n.º 2712, 2756, 2757 e 2758, da freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 272/17, com data de entrada de 30/06/2017, apresentado por **BOLLINGHAUS STEEL, S.A.**, com o NIPC 503 752 533, com sede na travessa da Indústria, n.º 6, freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande;

Presente informação técnica, datada de 4/09/2017, que atesta encontrar-se o processo em condições de ser deferido.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o pedido de licenciamento relativo à execução de vedação de terreno e pavimentação para instalação de parque de estacionamento, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 8016 e inscrito na matriz predial rústica sob os artigos n.º 2712, 2756, 2757 e 2758, da freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 272/17, com data de entrada de 30/06/2017, apresentado por **BOLLINGHAUS STEEL, S.A.**, com o NIPC 503 752 533, com sede na travessa da Indústria, n.º 6, freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande.

Mais delibera INFORMAR o requerente do seguinte:

1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

2 - Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.

3 –Deverá assegurar a gestão de resíduos da construção e demolição (RCD), de acordo com o constante no Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de março. Para o efeito, deverá efetuar e manter, conjuntamente com o livro de obra, o registo de dados de resíduos de construção e demolição, nos termos do disposto na alínea f) do art. 11.º do referido diploma, de acordo com o modelo constante no seu Anexo II.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**18 - REQ. N. 1495/17, DATADO DE 2017/08/24 – PC N.º 370/2017, DATADO DE 2017/07/14
– GLASSMUNDI – VIDROS DO MUNDO UNIPESSOAL LDA**

803 - Presentes requerimentos com registos de entrada n.º 1258/17 e 1495/17, datados de 14/07/2017 e 24/08/2017, respetivamente, apresentados por **GLASSMUNDI - VIDROS DO MUNDO UNIPESSOAL LDA**, com o NIPC 508 036 704, com sede na avenida José Gregório, n.º 59, freguesia e concelho da Marinha Grande, **solicitando a emissão de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal** na regularização do seu estabelecimento, sito na avenida José Gregório, n.º 59, freguesia e concelho da Marinha Grande, ao abrigo da alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 21/2016, de 19 de julho, aplicável por força do n.º 1 do artigo 17.º do mesmo diploma.

O Decreto-Lei n.º 165/2014, de 05 de novembro, que estabelece o regime de regularização extraordinário de estabelecimentos industriais, explorações pecuárias, explorações de pedreiras e das explorações onde se realizam operações de gestão de resíduos, veio possibilitar a sua regularização quando não disponham de título válido de instalação ou de título de exploração ou de exercício de atividade, incluindo as situações de desconformidade com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública, sendo que as alterações introduzidas pela Lei n.º 21/2016, de 19 de julho, procederam à prorrogação do prazo e à extensão do âmbito e do regime inicialmente estabelecidos para apresentação dos processos de regularização.

O diploma em causa aplica-se, ainda, à alteração ou ampliação das referidas unidades produtivas que possuam título de exploração válido e eficaz, mas cuja alteração ou ampliação não sejam compatíveis com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública.

Para o efeito, deve ser instruído um pedido, pelos interessados, com um conjunto de documentos que permita recolher informação relevante que habilite as entidades competentes a ponderarem os vários interesses económicos, sociais e ambientais em presença e, consequentemente, tomarem uma decisão ajustada a cada situação.

Com vista a beneficiar deste regime de regularização a sociedade **GLASSMUNDI - VIDROS DO MUNDO UNIPessoal LDA**, com o NIPC 508 036 704, com sede na avenida José Gregório, n.º 59, freguesia e concelho da Marinha Grande, apresentou um requerimento a fim de obter uma deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização do seu estabelecimento industrial, sito na avenida José Gregório, n.º 59, freguesia e concelho da Marinha Grande, por parte da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal.

Considerando que:

- A sociedade GLASSMUNDI - VIDROS DO MUNDO UNIPessoal LDA, com o NIPC 508 036 704, com sede na avenida José Gregório, n.º 59, freguesia e concelho da Marinha Grande, possui um estabelecimento industrial que se dedica à execução e decoração de peças de vidro, cuja unidade industrial pretende regularizar;
- A regularização destina-se a obter o título válido de exercício da atividade e a adequar as atuais instalações aos critérios regulamentares e legais aplicáveis à sua atividade, melhorando as condições de trabalho nas instalações existentes;
- Com a ampliação efetuada nas instalações existentes verifica-se um índice de construção bruto de 0,89;
- Por se localizar num espaço abrangido pela restante área urbana do aglomerado urbano da Marinha Grande, de acordo com o PDM da Marinha Grande, verifica-se que este valor viola o disposto no n.º 8 do artigo 5º do regulamento deste Plano, que estabelece um índice de construção bruto máximo de 0,6 para este espaço urbano;
- A sociedade iniciou a sua atividade nestas instalações em 2007;
- Emprega 18 pessoas nos seus quadros;
- A deslocalização do estabelecimento traria custos inportáveis que, de acordo com a interessada, ascenderiam aos 525.000,00 €, valor bastante superior ao da sua faturação anual que foi, para o ano de 2016, de 375.563,00 €;
- A manutenção desta atividade é, também, garantia da manutenção dos postos de trabalho, circunstância relevante numa época em que o desemprego continua a assumir valores muito elevados;
- Garante a produção das decorações e acabamentos finais em peças de vidro produzidas por várias unidades industriais de vidro da região;
- Todos esses fatores contribuem para que a regularização, já descrita, do estabelecimento assuma um interesse público municipal que importa reconhecer;

A Câmara Municipal delibera, de acordo com a competência que lhe é conferida pela alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 21/2016, de 19 de julho, aplicável por força do n.º 1 do artigo 17.º do mesmo diploma, SUBMETTER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL a presente proposta de

reconhecimento do interesse público municipal na regularização do estabelecimento industrial - correspondente à unidade sita na avenida José Gregório, n.º 59, freguesia e concelho da Marinha Grande, propriedade de GLASSMUNDI - VIDROS DO MUNDO UNIPessoal LDA, com o NIPC 508 036 704, com sede na avenida José Gregório, n.º 59, freguesia e concelho da Marinha Grande.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

19 - REQ. N. 713/17, DATADO DE 2017/04/26 – PC N.º 45/17, DATADO DE 2017/02/08 – METALCOBRE COMERCIALIZAÇÃO DE METAIS LDA

804 - Presente **pedido** com os registos n.º 209/17 e 713/17, datados de 08/02/2017 e 26/04/2017, respetivamente, **relativos ao pedido de informação prévia referente à construção de um edifício destinado a indústria** no prédio sito da rua das Cavadinhas, Tojeira de Picassin, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 16565 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 906, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo n.º 45/17, com data de entrada de 08/02/2017, apresentado por **METALCOBRE COMERCIALIZAÇÃO DE METAIS LDA**, com o NIPC 503 580 201, com sede na Rua 2, n.º 51 - Pero Neto, freguesia e concelho da Marinha Grande;

Presente informação técnica, datada de 8/06/2017, que atesta verificar-se a conformidade da proposta com os parâmetros urbanísticos definidos para o local pelo PDM da Marinha Grande;

Presente informação técnica, datada de 29/06/2017, que refere a necessidade de reforçar e requalificar as infraestruturas públicas que servem o terreno;

Presente informação técnica datada de 24/08/2017, propondo que se informe ser viável a proposta, condicionada a execução, pelo requerente, das obras de urbanização necessárias ao reforço e requalificação das infraestruturas públicas existentes no local;

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

INFORMAR, nos termos do n.º 1 do artigo 16º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, SER VIÁVEL a construção de edifício destinado a indústria, no prédio sito da rua das Cavadinhas, Tojeira de Picassin, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 16565 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 906, da freguesia e concelho da Marinha Grande, com as dimensões e configuração constantes na presente proposta, ficando o deferimento do respetivo processo de licenciamento condicionado à execução e reforço das infraestruturas urbanas afetadas, para o que deverá, a par do respetivo

processo de licenciamento, apresentar um processo de obras de urbanização, seguindo os pressupostos constantes da Portaria n.º 113/2015, de 22 de abril, que assegure a execução dos seguintes trabalhos:

- 1.- Requalificação, ao longo da frente do terreno, da configuração da Rua das Cavadinhas, contemplando a criação de estacionamento público longitudinal ao longo desta via e a alteração dos portões de acesso à propriedade para os extremos nascente e poente desta, devendo o alinhamento do muro e respetivo passeio respeitar os alinhamentos preconizados no estudo de traçado elaborado para o local pelos serviços da Divisão de Ordenamento do Território (DOT), podendo este ser fornecido, mediante solicitação do requerente, em formato digital;
- 2.- Execução de rede de águas pluviais que assegure a drenagem gravítica para o coletor público mais próximo, devendo a execução desta rede ser realizada em tubo corrugado em polipropileno com um diâmetro de 400mm;
- 3.- Pavimentação da rua das Cavadinhas, com uma camada de desgaste em betão betuminoso, na extensão da propriedade do requerente.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

20 - REQ. N. 456/17, DATADO DE 2017/03/20 – PC N.º 93/17, DATADO DE 2017/03/20 – PEDRO BERNARDO - ESTRUTURAS E MOLDES UNIPESSOAL LDA

805 – Processo discutido no início da reunião.

21 - REQ. N. 574/12, DATADO DE 2012/04/02 – PC N.º 584/02, DATADO DE 2002/06/27 – SOCIEDADE DESPORTIVA E RECREATIVA DO PILADO ESCOURA

806 - Presente pedido de licenciamento referente à obra de "Construção de bancada desportiva", a que foi atribuído o número de processo 584/02, incidente sobre um prédio rústico sito na rua do Campo de Futebol, lugar de Pilado, freguesia e concelho de Marinha Grande, apresentado por **SOCIEDADE DESPORTIVA E RECREATIVA DO PILADO ESCOURA**, com o NIPC 501804218, com sede na rua da Coletividade, n.º 3, lugar de Pilado, freguesia e concelho de Marinha Grande.

Presente deliberação camarária datada de 2014/08/14, pela qual foi concedido à requerente, em sede de audiência prévia, nos termos dos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, o prazo de 15 dias para se pronunciar sobre a intenção da Câmara Municipal declarar a caducidade da licença para a realização da operação urbanística referida.

Presente parecer técnico datado de 2017/08/14, referindo que se encontra ultrapassado o prazo concedido à requerente, sem que esta tenha apresentado quaisquer alegações subjacentes à referida intenção.

A Câmara Municipal analisou a pretensão bem como o parecer técnico que sobre ela recaiu, datado de 2017/08/14, que propõe a declaração de caducidade da licença para realização de operação urbanística e, tendo verificado que depois de devidamente notificada em sede de audiência prévia, a requerente nada alegou em relação à referida intenção, e:

1. Considerando que a interessada, SOCIEDADE DESPORTIVA E RECREATIVA DO PILADO ESCOURA, com o NIPC 501804218, com sede na rua da Coletividade, n.º 3, lugar de Pilado, freguesia e concelho de Marinha Grande, foi notificado da deliberação final de deferimento do pedido de licenciamento referente à obra de “Construção de bancada desportiva”, a que foi atribuído o número de processo 584/02, incidente sobre um prédio rústico sito na rua do Campo de Futebol, lugar de Pilado, freguesia e concelho de Marinha Grande, tomada em reunião camarária de 2009/12/22, comunicada através do ofício n.º 1968/09, de 2009/12/28, rececionado em 2010/01/06;
2. Considerando que sobre a data da notificação desta deliberação o interessado tinha o prazo de um ano para requerer o respetivo alvará de construção, ou seja, até 2011/01/06 (n.º 1 do artigo 76.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010 de 2 de setembro;
3. Considerando que o prazo inicialmente conferido foi prorrogado, a pedido do interessado, por mais um ano, por despacho do Sr. Presidente da Câmara datado de 2011/03/24, nos termos do n.º 2 do art. 76.º do RJUE, comunicado através do ofício n.º 222/11, de 2011/03/28, rececionado em 2011/04/07;
4. Considerando que o interessado tinha até ao dia 2012/04/07 para requerer a emissão do respetivo alvará e que não o fez;
5. Considerando que o decurso desse prazo sem ter sido requerida a emissão do respetivo alvará, tem como consequência a caducidade da licença para a realização da dita operação urbanística – n.º 2 do artigo 71.º do RJUE;
6. Considerando que na presente data se encontram reunidas as condições, impostas por lei para ser declarada a caducidade da licença;

Delibera tomar uma decisão final sobre o assunto, DECLARANDO, ao abrigo do n.º 2 do artigo 71.º Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, A CADUCIDADE DA LICENÇA referente ao processo n.º 584/02, para a realização da obra de “Construção de bancada desportiva”, incidente sobre um prédio rústico sito na rua do Campo de Futebol, lugar de Pilado, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 13793 e inscrito na matriz predial sob o n.º 16082, apresentado por SOCIEDADE DESPORTIVA E RECREATIVA DO PILADO ESCOURA, com o NIPC 501804218, com sede na rua da Coletividade, n.º 3, lugar de Pilado, freguesia e concelho de Marinha Grande, por

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
07/09/2017.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 23

terem decorridos os prazos previstos no referido regime jurídico, para que a requerente solicitasse a emissão do respetivo alvará.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

22 - REQ. N. 1211/17, DATADO DE 2017/07/10 – PC N.º 528/05, DATADO DE 2005/07/19 – AUGUSTO TOMÉ PENELA

807 - Presente processo referente ao **pedido de licenciamento relativo à obra de construção de edifício, destinado a Clínica**, a que foi atribuído o número de processo 528/05, incidente sobre um prédio sito na João Gouveia Pedrosa (anteriormente designada por Rua L), Talhões, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 6042 e inscrito na matriz predial rústica, sob os artigos n.º 5361 e 5622, da freguesia de Vieira de Leiria, apresentado por **AUGUSTO TOMÉ PENELA**, com o NIF 126 716 412, com residência na Rua Engr.º Lopes Serra, n.º 10, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, aprovado por deliberação camarária tomada na reunião de 2006/11/02, e titulada pelo Alvará de Licença de Construção n.º 173/07, emitido em 2007/06/28, e válido até 2008/06/23, cujo prazo foi prorrogado por mais 180 dias, por despacho do, à época, Vereador do Urbanismo, datado de 2008/06/30, cuja validade terminou em 2008/12/21.

Presente informação técnica datada de 2017/08/30, sobre os condicionalismos que enquadram a intenção de declarar a caducidade da licença.

Considerando que:

- Por deliberação camarária tomada na reunião de 2006/11/02, foi deferido o pedido de licenciamento relativo à obra de Construção de edifício, destinado a Clínica, a que foi atribuído o número de processo 528/05, incidente sobre um prédio sito na Rua João Gouveia Pedrosa (anteriormente designada por Rua L), Talhões, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo da Marinha Grande sob o n.º 6042 e inscrito na matriz predial rústica, sob os artigos n.º 5361 e 5622, da freguesia de Vieira de Leiria.

- O titular do processo, AUGUSTO TOMÉ PENELA, com o NIF 126 716 412, com residência na Rua Engr.º Lopes Serra, n.º 10, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, vem requerer uma licença especial para conclusão da obra, a qual apenas pode ser solicitada quando as obras já tenham atingido um elevado estado de execução, mas a licença haja caducado;

- Estão reunidas as condições legais previstas no n.º 88.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, para concessão de licença especial para conclusão de obras inacabadas, mostrando-se necessário, apenas, declarar a caducidade da licença concedida a 2006/11/02.

A Câmara Municipal, verificando que na presente data se encontra ultrapassado o prazo previsto para a execução da obra titulada pelo Alvará de Licença de Construção n.º 173/07, emitido em 2007/06/28 e válido até 2008/06/23, cujo prazo foi prorrogado por mais 180 dias, por despacho do, à época, Vereador do Urbanismo, datado de 2008/06/30, cuja validade terminou em 2008/12/21, sem que a obra se encontre concluída, no uso da competência conferida pelo n.º 5 do referido artigo 71.º do RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 09/09, delibera DECLARAR A CADUCIDADE da licença concedida por deliberação camarária, tomada na reunião de Câmara Municipal, realizada em 2006/11/02 relativo à obra de construção de edifício, destinado a Clínica, a que foi atribuído o número de processo 528/05, incidente sobre um prédio sito na João Gouveia Pedrosa (anteriormente designada por Rua L), Talhões, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo da Marinha Grande sob o n.º 6042 e inscrito na matriz predial rústica, sob os artigos n.º 5361 e 5622, da freguesia de Vieira de Leiria, apresentado por AUGUSTO TOMÉ PENELA, com o NIF 126 716 412, com residência na Rua Engr.º Lopes Serra, n.º 10, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, ao abrigo do disposto na alínea d) do n.º 3 do mencionado artigo 71.º.

Mais delibera NÃO PROCEDER à audiência prévia do interessado, uma vez que os elementos constantes do processo, respeitantes à concessão de licença especial, para conclusão de obras inacabadas, conduzirão, tal como prevê o artigo 124.º do Código do Procedimento Administrativo, a uma decisão inteiramente favorável ao mesmo.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

23 - REQ. N. 1211/17, DATADO DE 2017/07/10 – PC N.º 528/05, DATADO DE 2005/07/19 – AUGUSTO TOMÉ PENELA

808 - Presente processo referente ao **pedido de licenciamento relativo à obra de construção de edifício, destinado a Clínica**, a que foi atribuído o número de processo 528/05, incidente sobre um prédio sito na Rua João Gouveia Pedrosa (anteriormente designada por Rua L), Talhões, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo da Marinha Grande sob o n.º 6042 e inscrito na matriz predial rústica, sob os artigos n.º 5361 e 5622, da freguesia de Vieira de Leiria, apresentado por **AUGUSTO TOMÉ PENELA**, com o NIF 126 716 412, com residência na Rua Engr.º Lopes Serra, n.º 10, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, aprovado por deliberação camarária tomada na reunião de 2006/11/02, e titulada pelo Alvará de Licença de Construção n.º 173/07, emitido em 2007/06/28, e válido até 2008/06/23; cujo prazo foi prorrogado por mais 180 dias, por despacho do, à época, Vereador do Urbanismo, datado de 2008/06/30, cuja validade terminou em 2008/12/21.

Presente pedido **de concessão de licença especial para conclusão de obras inacabadas**, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 88.º do RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 09/09, registado sob o requerimento n.º 1211/17, datado de 2017/07/10.

Presente parecer dos serviços sobre o assunto, datado de 2017/08/30.

A Câmara analisou o referido pedido de concessão de licença especial para conclusão de obras inacabadas e considerando que:

- Por deliberação camarária tomada na reunião de 2006/11/02, foi deferido o pedido de licenciamento relativo à obra de Construção de edifício, destinado a Clínica, a que foi atribuído o número de processo 528/05, incidente sobre um prédio sito na Rua João Gouveia Pedrosa (anteriormente designada por Rua L), Talhões, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo da Marinha Grande sob o n.º 6042 e inscrito na matriz predial rústica, sob os artigos n.º 5361 e 5622, da freguesia de Vieira de Leiria;
- O Artigo 88.º do RJUE – Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 09/09, prescreve que *“[q]uando as obras já tenham atingido um estado avançado de execução mas a licença ou comunicação prévia haja caducado, pode ser requerida a concessão de licença especial para a sua conclusão, desde que não se mostre aconselhável a demolição da obra, por razões ambientais, urbanísticas, técnicas ou económicas”*;
- A Câmara Municipal declarou, ao abrigo do disposto na alínea d) do n.º 3 do artigo 71.º do RJUE, a caducidade da referida licença concedida por deliberação camarária, de 2006/11/02, por se encontrar ultrapassado o prazo previsto para a execução da obra titulada pelo Alvará de Licença de Construção n.º 173/07, emitido em 2007/06/28, cuja validade terminou em 2008/12/21, sem que a obra se encontre concluída;
- As fotos que instruem o pedido em apreço, o teor da memória descritiva apresentada e a informação da fiscalização, datada de 2017/08/29, que aqui se dá por integralmente reproduzida, demonstram que a obra objeto da pretensão encontra-se em avançado estado de execução;
- Para além da construção se encontrar em avançado estado de execução, a sua demolição não se mostra aconselhável, pois a obra, no estado em que se encontra, foi executada ao abrigo de um alvará válido e demoli-la acarreta custos desnecessários, já que o interessado demonstra vontade em concluí-la;
- Uma edificação inacabada apresenta um impacto urbanístico negativo, pelo que a sua conclusão contribui para um correto ordenamento do território;
- Se mostram, preenchidos os requisitos exigidos pelo n.º 1 do artigo 88.º do RJUE, para a concessão da licença especial para obras inacabadas.

A Câmara Municipal delibera: DEFERIR o pedido de licença especial para conclusão da obra ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 88.º do RJUE Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 09/09, em virtude de as obras de construção de edifício, destinado a Clínica, a que foi atribuído o número de processo 528/05, incidente

sobre um prédio sito na João Gouveia Pedrosa (anteriormente designada por Rua L), Talhões, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo da Marinha Grande sob o n.º 6042 e inscrito na matriz predial rústica, sob os artigos n.º 5361 e 5622, da freguesia de Vieira de Leiria, apresentado por AUGUSTO TOMÉ PENELA, com o NIF 126 716 412, com residência na Rua Engr.º Lopes Serra, n.º 10, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, terem já atingido um elevado grau de execução, encontrando-se em fase de acabamentos, o requerente ter manifestado interesse na sua conclusão e uma obra inacabada ter um impacto urbanístico negativo na paisagem.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

24 - E/6913/2017 - PEDIDO DE OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO COM ABERTURA DE VALA PARA EXECUÇÃO RAMAIS DOMICILIÁRIOS DE GÁS NATURAL - LUSITANIAGÁS - COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A

809 - Presente requerimento com o registo de entrada número E/6913/2017, datado de 2017/07/25, de ocupação da via pública, apresentado por LUSITANIAGÁS - COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A., com o NIPC 502761024, para abertura de vala para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a cabo na Rua Firmino Rodrigues, freguesia e concelho de Marinha Grande, num total de 1,00 metros, em zona de berma/valeta com pavimento em calçada; na Rua Alfredo Gândara/ Rua da Várzea, freguesia e concelho de Marinha Grande, num total de 1,50 metros, em zona de passeio com pavimento em calçada; na Travessa do Portinho, freguesia e concelho de Marinha Grande, num total de 2,00 metros, em pavimento em semi-penetração; na Rua 1.º de Dezembro, freguesia e concelho de Marinha Grande, num total de 4,50 metros, em pavimento da faixa de rodagem em betão betuminoso com cortes e reparações e na Rua Gervásio José Birne, freguesia e concelho de Marinha Grande, num total de 2,00 metros, em zona de passeio.

Presente parecer técnico da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datado de 2017/08/11, sobre o assunto.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera, nos termos do disposto na alínea e) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 7.º do RJUE - Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9/09:

1 - Emitir parecer FAVORÁVEL ao pedido de ocupação da via pública para abertura de vala, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a cabo na Rua Firmino Rodrigues, freguesia e concelho de Marinha Grande, num total de 1,00 metros, em zona de berma/valeta com

pavimento em calçada; na Rua Alfredo Gândara/ Rua da Várzea, freguesia e concelho de Marinha Grande, num total de 1,50 metros, em zona de passeio com pavimento em calçada; na Travessa do Portinho, freguesia e concelho de Marinha Grande, num total de 2,00 metros, em pavimento em semi-penetração; na Rua 1.ª de Dezembro, freguesia e concelho de Marinha Grande, num total de 4,50 metros, em pavimento da faixa de rodagem em betão betuminoso com cortes e reparações e na Rua Gervásio José Birne, freguesia e concelho de Marinha Grande, num total de 2,00 metros, em zona de passeio, com os seguintes condicionalismos:

- a) Os pavimentos deverão ser repostos nas devidas condições, assim como toda a sinalização horizontal eventualmente danificada;
- b) Para o efeito, deverão contactar previamente os serviços da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, para acompanhamento da execução dos trabalhos;
- c) Deverão, ainda, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.ª, 86.ª, 87.ª, 88.ª e 89.ª do RMEUMG - Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, em vigor, e demais legislação aplicável.

2 - Emitir parecer DESFAVORÁVEL ao pedido de ocupação da via pública para abertura de vala, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a cabo na Rua Firmino Rodrigues, freguesia e concelho de Marinha Grande, num total de 1,00 metros, em zona de berma/valeta com pavimento em calçada; na Rua Alfredo Gândara/ Rua da Várzea, freguesia e concelho de Marinha Grande, num total de 1,50 metros, em zona de passeio com pavimento em calçada, caso seja necessário abrir vala na faixa de rodagem, com corte do betuminoso, atendendo que a faixa de rodagem deste arruamento foi recentemente pavimentada em betão betuminoso.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

25 - REQ. N. 1055/17, DATADO DE 2017/06/20 – PC N.º 250/17, DATADO DE 2017/06/20 – PEREIRA COSTA & GAMEIROS, LDA.

810 - Presente requerimento n.º 1055/17, datado de 2017/06/20, constante do processo camarário n.º 250/17, referente ao *“Pedido de emissão de certidão de destaque de parcela”*, a incidir sobre o prédio rústico, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 13725 e inscrito na matriz predial rústica sob o número 2627, com a área de 4.670,00m², localizado no gaveto da rua Filarmónica Recreativa Amieirinhense com a rua do Corgo Sul, lugar de Comeira, freguesia e concelho de Marinha Grande, nos termos previstos no n.º 4 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
07/09/2017.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 23

Presente parecer técnico dos serviços datado de 2017/09/04, que atesta estarem preenchidos os requisitos legais necessários ao deferimento da operação de destaque requerida, bem como à emissão da respetiva certidão comprovativa.

Após análise da pretensão, bem como o referido parecer técnico datado de 2017/09/04, a Câmara delibera DEFERIR a operação de destaque em referência, por se encontrarem reunidas as condições expressas no n.º 4 do artigo 6.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, dado o prédio se situar em perímetro urbano e as duas parcelas resultantes do destaque, confrontarem com arruamento público.

Mais delibera MANDAR EMITIR a respetiva certidão de destaque para efeitos de registo predial, nos termos do n.º 9 do artigo 6.º do RJUE, devendo nela constar a obrigatoriedade de inscrição do ónus de não fracionamento das parcelas resultantes do destaque, por um período de 10 anos contados da data do mesmo, nos termos do n.º 6 e n.º 7 do citado artigo 6.º, sem o que não poderá ser licenciada ou comunicada qualquer obra de construção nessas parcelas.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

26 - REQ. N. 1182/17, DATADO DE 2017/07/06 – PC N.º 286/17, DATADO DE 2017/07/06 – IMARJORCIL - COMPRA E VENDA DE IMÓVEIS, LDA.

811 - Presente requerimento n.º 1182/17, datado de 2017/07/06, constante do processo camarário n.º 286/17, em nome de IMARJOSIL - COMPRA E VENDA DE IMÓVEIS, LDA., com o NIPC 504038079, com sede em rua da Feira, freguesia de Bidoeira de Cima, concelho de Leiria, referente ao “*Pedido de emissão de certidão de destaque de parcela*”, a incidir sobre o prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande, sob o n.º 19043, e inscrito na matriz predial rústica sob o n.º 11406, com a área total de 7.398,00m2, localizado no lugar de Comeira, freguesia e concelho de Marinha Grande, nos termos previstos no n.º 4 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro.

Presente parecer técnico dos serviços datado de 2017/08/25, que atesta estarem preenchidos os requisitos legais necessários ao deferimento da operação de destaque requerida, bem como à emissão da respetiva certidão comprovativa.

Após análise da pretensão, bem como o referido parecer técnico datado de 2017/08/25, a Câmara delibera DEFERIR a operação de destaque em referência, por se encontrarem reunidas as condições expressas no n.º 4 do artigo 6.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, dado

o prédio se situar em perímetro urbano e as duas parcelas resultantes do destaque, confrontarem com arruamento público, sendo que, da área inicial do prédio com 7.398,00m², será destacada uma parcela com a área de 595,10m², ficando a parcela remanescente com a área de 6.802,90m².

Mais delibera MANDAR EMITIR a respetiva certidão de destaque para efeitos de registo predial, nos termos do n.º 9 do artigo 6.º do RJUE, devendo nela constar a obrigatoriedade de inscrição do ónus de não fracionamento das parcelas resultantes do destaque, por um período de 10 anos contados da data do mesmo, nos termos do n.º 6 e n.º 7 do citado artigo 6.º, sem o que não poderá ser licenciada ou comunicada qualquer obra de construção nessas parcelas.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

27 - ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS

812 - A Fábrica da Igreja Paroquial da Marinha Grande – Igreja da Amieira, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento da taxa municipal, para a realização da atividade a seguir elencada:

- Licença especial de ruído para a realização das festas anuais da Igreja a realizar nos dias 09 e 10 de setembro de 2017;
- Licença de Recintos Improvisados;

Presente a informação nº 69/LS de 04 de setembro de 2017, fundamentada de facto e de direito nos termos do nº 6 do artigo 14º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande.

A Câmara Municipal, nos termos da alínea a) e b) do nº 3 do artigo 14.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande, pode isentar as Juntas de Freguesia, as associações de bombeiros, as fundações, as associações culturais, desportivas e recreativas legalmente constituídas, fábricas da igreja, agrupamentos de escolas e associações de pais e encarregados de educação legalmente constituídas e sem fins lucrativos, com sede no concelho da Marinha Grande, do pagamento das taxas previstas no citado Regulamento.

Assim, ao abrigo da competência prevista na alínea a) e b) do nº 3 e n.º 6 do artigo 14.º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande, a Câmara Municipal delibera, relativamente à atividade identificada, isentar a Fábrica da Igreja Paroquial da Marinha Grande – Igreja da Amieira, do pagamento das taxas devidas pela emissão das licenças especiais de ruído e das licenças de instalação e funcionamento de recintos Itinerantes e improvisados.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

28 - AUTORIZAÇÃO PARA PAGAMENTO DE TAXAS EM PRESTAÇÕES

813 - Presentes os requerimentos:

- Registo de entrada E/7671/2017 datado de 21-08-2017 em que Ânia Carina Medeiros Neto, solicita à Câmara Municipal o pagamento da taxa de concessão da sepultura perpétua nº 291 do Cemitério de Casal Galego, no valor de 1.000,00€, em 8 prestações mensais;

- Registo de entrada E/7864/2017 datado de 29-08-2017 em que Luis Miguel Varelas Custódio, solicita à Câmara Municipal o pagamento da taxa de concessão da sepultura perpétua nº 645 do Cemitério de Casal Galego, no valor de 1.000,00€, em 8 prestações mensais;

- Registo de entrada E/7503/2017 em que de Sukhpal Sukhpal, solicita à Câmara Municipal o pagamento da taxa de ocupação de espaço público com esplanada e toldo, na Avenida Victor Gallo, n.º 15, no valor de 900,00€, em 8 prestações mensais;

Nos termos do n.º 1 do artigo 17.º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande, a Câmara Municipal pode autorizar o pagamento em prestações das taxas nele previstas, mediante requerimento fundamentado e acompanhado dos elementos previstos no n.º 2 do citado artigo.

Presentes as informações nº 2/LS, 5/LS e 6/LS de 04 de setembro de 2017 onde se confirma que o pedido está instruído e acompanhado dos elementos previstos no n.º 2 do artigo 17.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande.

Assim, ao abrigo da competência prevista no nº 1 do artigo 17.º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande, a Câmara Municipal delibera autorizar a Ânia Carina Medeiros Neto, o pagamento da taxa de concessão da sepultura perpétua nº 291 do Cemitério de Casal Galego, no valor de 1.000,00€, em 8 prestações mensais; a Luís Miguel Varelas Custódio o pagamento da taxa de concessão da sepultura perpétua nº 645 do Cemitério de Casal Galego, no valor de 1.000,00€, em 8 prestações mensais; a Sukhpal Sukhpal o pagamento da taxa de ocupação de espaço público com esplanada e toldo, na Avenida Victor Gallo, n.º 15, no valor de 900,00€ em 8 prestações mensais.

Mais delibera anular a guia de receita nº 9662/2/2017 de 02 de agosto de 2017, no valor de 1.000,00€, em nome de Ânia Carina Medeiros Neto, emitida na sequência da concessão a título perpétuo da sepultura nº 291 e a guia de receita nº 9667/2/2017 de 02 de agosto de 2017, no valor de 1.000,00€, em nome de Luís Miguel Varelas Custódio, emitida na sequência da concessão a título perpétuo da sepultura nº 645, para que sejam emitidas as guias de receita referentes às prestações.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**29 - PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO POR DANOS EM VIATURA AUTOMÓVEL -
REQUERENTES: MARCO ANDRÉ MAIA DA SILVA – ALEGAÇÕES - INDEFERIMENTO FINAL**

814 - Presente requerimento apresentado em 06-06-2017, via e-mail, de Mara Cabral, alegadamente representante da seguradora do lesado, Marco André Maia da Silva, titular do NIF 230063535, residente na Estrada da Portela, n.º 12, Brenha, 3080-437 Figueira da Foz, acompanhado de carta deste último, na qual descreve as circunstâncias em que ocorreu o incidente com o veículo que conduzia no passado dia 15-04-2017, cerca das 17H50, na Estrada de acesso à Valorlis, em Albergaria, Marinha Grande, e rebentou o pneu frontal direito quando passou sobre um buraco no pavimento.

Presente Participação da PSP-Polícia de Segurança Pública que se deslocou ao local.

Presente informação da DISU-Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos sobre os factos relatados pelos requerentes.

Presente Informação jurídica n.º 1/1717/2017-FO, de 19-06-2017, na qual se apreciam os factos invocados e as provas produzidas, e se conclui pela não verificação cumulativa de todos os pressupostos da responsabilidade civil extracontratual (das pessoas coletivas públicas no domínio dos atos de gestão pública) designadamente o pressuposto do nexo de causalidade entre um eventual facto ilícito imputável ao município e o dano eventualmente sofrido pelo proprietário do veículo.

Presente deliberação camarária de 29-06-2017 e respetiva notificação de audiência prévia ao requerente, efetuada por ofício S/2330/2017, de 10-07-2017.

Presentes alegações apresentadas, tempestivamente, pelo interessado, em 26-07-2017, devidamente apreciadas pelos serviços da DJC, em parecer 1/2391/2017, de 23-08-2017, que conclui pela improcedência das alegações apresentadas e propõe o indeferimento final do pedido.

Nestes termos, a Câmara Municipal concordando com os fundamentos de facto e de direito constantes da citada informação n.º 1/2391/2017 - FO, que aqui se dá por integralmente reproduzida, delibera indeferir o pedido de indemnização apresentado por Marco André Maia da Silva, em virtude de não se mostrarem verificados todos os pressupostos cumulativos da responsabilidade civil extracontratual, designadamente o pressuposto do nexo de causalidade entre um eventual facto ilícito imputável ao município e o dano eventualmente sofrido pelo proprietário do veículo, para o qual não foi indiferente a falta de prudência e de moderação da condução pelo condutor do veículos, nos termos exigidos pelo art.º 24.º do Código da Estrada.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**30 - EMPREITADA DE: REABILITAÇÃO DO PAVILHÃO GIMNODESPORTIVO NERY
CAPUCHO – CONCURSO PÚBLICO N.º 15/2017 – DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA PARA
APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO**

815 - Por deliberação de 17 de agosto passado, foi adjudicado o contrato que tem por objeto a reabilitação do Pavilhão Gimnodesportivo Nery Capucho.

O empreiteiro foi notificado para prestar a caução e apresentar os documentos de habilitação.

O prazo de prestação da caução termina no dia 7 de setembro, pelo que não pode, em sequência, ser aprovada a minuta do contrato, na medida em que o prazo ainda se encontra a decorrer e aquela ainda não foi submetida.

A minuta do contrato a celebrar apenas pode ser aprovada após a prestação da caução, de acordo com o artigo 98.º, n.º 1, do Código dos Contratos Públicos.

Assim, a Câmara Municipal delibera delegar no Presidente da Câmara Municipal, Paulo Jorge Campos Vicente, a competência para aprovar a minuta do contrato, que tem por objeto a “Reabilitação do Pavilhão Gimnodesportivo Nery Capucho”, após a prestação da caução devida, nos termos conjugados dos artigos 33.º, n.º 1, alínea f) e 34.º, n.º 1, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, dos artigos 36.º, n.º 1 e 98.º, n.º 1, do Código dos Contratos Públicos e do artigo 29.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**31 - EMPREITADA DE: REQUALIFICAÇÃO DA RUA ESQUERDA E RUA DA ALMOINHA
VELHA – CONCURSO PÚBLICO N.º 20/2017 – DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA PARA
APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO**

816 - Por deliberação de 17 de agosto passado, foi adjudicado o contrato que tem por objeto a requalificação da Rua Esquerda e da Rua da Almoinha Velha.

O empreiteiro foi notificado para prestar a caução e apresentar os documentos de habilitação.

O prazo de prestação da caução termina no dia 7 de setembro, pelo que não pode, em sequência, ser aprovada a minuta do contrato, na medida em que o prazo ainda se encontra a decorrer e aquela ainda não foi submetida.

A minuta do contrato a celebrar apenas pode ser aprovada após a prestação da caução, de acordo com o artigo 98.º, n.º 1, do Código dos Contratos Públicos.

Assim, a Câmara Municipal delibera delegar no Presidente da Câmara Municipal, Paulo Jorge Campos Vicente, a competência para aprovar a minuta do contrato, que tem por objeto a “Requalificação da Rua Esquerda e da Rua da Almoinha Velha”, após a prestação da caução devida, nos termos conjugados dos artigos 33.º, n.º 1, alínea f) e 34.º, n.º 1, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, dos artigos 36.º, n.º 1 e 98.º, n.º 1, do Código dos Contratos Públicos e do artigo 29.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

32 - RECEPÇÃO PROVISÓRIA PARCIAL

817 - Presente Auto de Recepção Provisória Parcial da obra de “Reabilitação e promoção da acessibilidade no largo da República - Vieira de Leiria - Concurso público n.º 04/2016”, adjudicada por despacho do Sr. Presidente da Câmara, de quatro de abril de dois mil e dezasseis, à empresa Franco & Ruben, Construções, Ld.ª, pelo valor de 168.825,85 € (cento e sessenta e oito mil oitocentos e vinte e cinco euros e oitenta e cinco cêntimos), relativamente à qual, e para elaboração do Auto de Recepção Provisória Final, deve ser entregue o Plano de Gestão de Resíduos atualizado.

A Câmara Municipal, verificando pelo auto referido que os trabalhos foram executados de acordo com as regras de arte e prescrições técnicas aplicáveis e de acordo com o contrato e as instruções dos Serviços de Fiscalização da Câmara, delibera aprovar o auto supra referido, nos exatos termos constantes do mesmo, de acordo e para os efeitos previstos no artigo 395.º do Código dos Contratos Públicos.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

33 - RECEPÇÃO PROVISÓRIA FINAL

818 - Presente Auto de Recepção Provisória Final da obra de “Reabilitação e promoção da acessibilidade no largo da República - Vieira de Leiria - Concurso público n.º 04/2016”, adjudicada por despacho do Sr. Presidente da Câmara, de quatro de abril de dois mil e dezasseis, à empresa Franco & Ruben, Construções, Ld.ª, pelo valor de 168.825,85 € (cento e sessenta e oito mil oitocentos e vinte e cinco euros e oitenta e cinco cêntimos).

A Câmara Municipal, verificando pelo auto referido que a obra foi executada de acordo com as regras de arte e prescrições técnicas aplicáveis e de acordo com o contrato e as

instruções dos Serviços de Fiscalização da Câmara, delibera receber provisoriamente a obra antes enunciada, de acordo e para os efeitos do previsto no artigo 395º. do Código dos Contratos Públicos.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

34 - REABILITAÇÃO DE PAVIMENTO E EXECUÇÃO DE INFRAESTRUTURAS NA RUA DAS CHEDAS – PASSAGEM DE COLETOR. TERRENO DO SR. JOAQUIM DE OLIVEIRA GOMES

819 - Para a reabilitação de pavimento e execução de infraestruturas na rua das Chedas, foram realizados os contactos necessários à efetivação do acordo tendo-se nesta sequência elaborado a ficha de contacto, que foi assinada pelos intervenientes, para passagem de coletor no terreno do prédio rústico propriedade de Joaquim de Oliveira Gomes, NIF 160 365 201, que confronta a Norte com Caminho Público, a Sul com limite do concelho, a Nascente com Caminho Público e a Poente Caminho Público, inscrito na respetiva matriz sob o artigo n.º 2, freguesia de Vieira de Leiria. O proprietário do imóvel, autoriza a passagem do coletor na sua propriedade, nos termos do Decreto-Lei n.º 34 021/44, de 11 de Outubro, tendo como contrapartida a remoção das árvores de fruto existentes no terreno e o seu transporte a vazadouro.

Assim, a Câmara Municipal, obtida a expressa anuência do proprietário, de acordo com a ficha anexa, delibera aprovar a execução e instalação nos termos fixados, com caráter permanente e não oneroso, de um coletor no prédio rústico, inscrito na respetiva matriz sob o artigo n.º 2, freguesia de Vieira de Leiria, a favor de Joaquim de Oliveira Gomes, obrigando-se à remoção das árvores de fruto existentes no terreno e o seu transporte a vazadouro, conforme consta da ficha anexa elaborada pelos nossos Serviços Técnicos, assinada pelo proprietário e pelo Sr. Presidente Paulo Jorge Campos Vicente, e que aqui se dá por reproduzida.

Mais delibera emitir a correspondente certidão.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

35 - ALARGAMENTO DA RUA DA CERCA – CEDÊNCIA DE 138,00M2 DE TERRENO INTEGRADO NA HERANÇA DE ANÍBAL ASCENSO ANDRÉ

820 - Para o alargamento da rua da Cerca, foram realizados os contactos necessários à efetivação do acordo tendo-se nesta sequência elaborada ficha de contacto, que foi assinada pelos intervenientes, para cedência de terreno necessário do prédio rústico, integrado na herança de Aníbal Ascenso André, representada por Joaquim Fragoso Ascenso André, na qualidade de cabeça de Casal, NIF 180 992 058, que confronta a Norte com

Aníbal Ascenso André, a Sul com rua António Teodósio Pereira, a Nascente com Celeste Guerra Botas e a Poente com rua da Cerca, inscrito na respetiva matriz sob o artigo n.º 276. O proprietário do imóvel concordou com a cedência do terreno de 138,00m² solicitando que a área cedida para domínio público tenha como contrapartida a construção de muro em betão armado para suporte das terras da rua da Cerca, sendo o mesmo encimado por um murete em alvenaria de 0,80m de altura, com 0,70m de rede de vedação. Será executado um passeio com 1,60m de largura.

A Câmara depois de analisar o assunto delibera ratificar a negociação da cedência de parcela de terreno de 138,00m², do prédio rústico, integrado na herança de Aníbal Ascenso André, representada por Joaquim Fragoso Ascenso André, na qualidade de cabeça de Casal, inscrito na respetiva matriz sob o artigo n.º 276, freguesia de Vieira de Leiria, para o alargamento da rua da Cerca, que passa a integrar o domínio público, obrigando-se à construção de muro em betão armado para suporte das terras da rua da Cerca, sendo o mesmo encimado por um murete em alvenaria de 0,80m de altura, com 0,70m de rede de vedação e execução de passeio com 1,60m de largura, conforme consta da ficha anexa elaborada pelos nossos Serviços Técnicos, assinada pelo proprietário e pelo Sr. Vereador Paulo Jorge Campos Vicente, e que aqui se dá por reproduzida, devendo o proprietário, na sequência desta cedência, promover a atualização da respetiva área junto dos serviços públicos competentes.

Mais delibera emitir a correspondente certidão.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

36 - REQUALIFICAÇÃO DA ESTRADA VIEIRA DE LEIRIA/PRAIA DA VIEIRA – CEDÊNCIA DE 4,40M² DE TERRENO DA SR.ª OLINDA RODRIGUES GOMES PRIOR

821 - Para a requalificação da estrada Vieira de Leiria/Praia da Vieira, foram realizados os contactos necessários à efetivação do acordo tendo-se nesta sequência elaborado a ficha de contacto, que foi assinada pelos intervenientes, para cedência de terreno necessário do prédio rústico propriedade de Olinda Rodrigues Gomes Prior, NIF 120 902 753, que confronta a Norte com Estrada Nacional, a Sul com Joaquim da Silva Vicente, a Nascente com Emília Balseiro Abreu e a Poente com Luzia Pedro de Jesus, inscrito na respetiva matriz sob o artigo n.º 5727. A proprietária do imóvel concordou com a cedência do terreno de 4,40m², solicitando que a área cedida para domínio público tenha como contrapartida a execução de uma entrada com 3,00m de largura para serventia à propriedade, autorizando o acesso às máquinas, para execução das obras com a condição de deixarem o terreno limpo.

A Câmara depois de analisar o assunto delibera ratificar a negociação da cedência de parcela de terreno de 4,40m², do prédio rústico de que é proprietária Olinda Rodrigues Gomes Prior, inscrito na respetiva matriz sob o artigo n.º 5727, que confronta a Norte

com Estrada Nacional, a Sul com Olinda Rodrigues Gomes Prior, a Nascente com Emília Balseiro Abreu e a Poente com Luzia Pedro de Jesus, para a requalificação da estrada Vieira de Leiria/Praia da Vieira, que passa a integrar o domínio público, obrigando-se à execução de uma entrada com 3,00m de largura para serventia à propriedade, tendo obtido a anuência da proprietária para acesso às máquinas durante a execução das obras, desde que se deixe o terreno limpo, aquando do termo destas, conforme consta da ficha anexa elaborada pelos nossos Serviços Técnicos, assinada pela proprietária e pelo Sr. Presidente Paulo Jorge Campos Vicente, e que aqui se dá por reproduzida, devendo a proprietária, na sequência desta cedência, promover a atualização da respetiva área junto dos serviços públicos competentes.

Mais delibera emitir a correspondente certidão.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

37 - REQUALIFICAÇÃO DA ESTRADA VIEIRA DE LEIRIA/PRAIA DA VIEIRA - CEDÊNCIA DE 5,80M² DE TERRENO DA SR.ª SUSANA PARREIRA ABREU

822 - Para a requalificação da estrada Vieira de Leiria/Praia da Vieira, foram realizados os contactos necessários à efetivação do acordo tendo-se nesta sequência elaborado a ficha de contacto, que foi assinada pelos intervenientes, para cedência de terreno necessário do prédio rústico propriedade de Susana Parreira Abreu, NIF 177 047 097, que confronta a Norte com Caminho, a Sul com estrada Nacional, a Nascente com Valdemar Gaspar Guerra e Outros e a Poente com Ribeiro da Tábua e Maria Pedro Carreira, inscrito na respetiva matriz sob o artigo n.º 5185. A proprietária do imóvel concordou com a cedência do terreno de 5,80m², solicitando que a área cedida para domínio público tenha como contrapartida a execução de uma entrada com 3,00m de largura e uma rampa de acesso à propriedade, autorizando o acesso às máquinas, para execução das obras com a condição de deixarem o terreno limpo.

A Câmara depois de analisar o assunto delibera ratificar a negociação da cedência de parcela de terreno de 5,80m², do prédio rústico de que é proprietária Susana Parreira Abreu, inscrito na respetiva matriz sob o artigo n.º 5185, que confronta a Norte com Susana Parreira Abreu, a Sul com estrada Nacional, a Nascente com Valdemar Gaspar Guerra e Outros e a Poente com Ribeiro da Tábua e Maria Pedro Carreira, para a requalificação da estrada Vieira de Leiria/Praia da Vieira – Construção de muro de suporte, que passa a integrar o domínio público, obrigando-se à execução de uma entrada com 3,00m de largura e uma rampa de acesso à propriedade, tendo obtido a anuência da proprietária para acesso às máquinas durante a execução das obras, desde que se deixe o terreno limpo, aquando do termo destas, conforme consta da ficha anexa elaborada pelos nossos Serviços Técnicos, assinada pela proprietária e pelo Sr. Presidente Paulo Jorge Campos Vicente, e que aqui se dá por reproduzida, devendo a

proprietária, na sequência desta cedência, promover a atualização da respetiva área junto dos serviços públicos competentes.

Mais delibera emitir a correspondente certidão.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

38 - REQUALIFICAÇÃO DA RUA SOCIEDADE INSTRUTIVA E RECREATIVA 1.ª DE DEZEMBRO – CEDÊNCIA DE 14,30M² DE TERRENO INTEGRADO NA HERANÇA DE DIAMANTINO PEREIRA DOS SANTOS

823 - Para a requalificação da Rua Sociedade Instrutiva e Recreativa 1.ª de Dezembro, foram realizados os contactos necessários à efetivação do acordo tendo-se nesta sequência elaborada ficha de contacto, que foi assinada pelos intervenientes, para cedência de terreno necessário do prédio urbano, integrado na herança de Diamantino Pereira dos Santos, representada por Maria da Encarnação de Jesus Vieira, na qualidade de cabeça de casal, NIF 113 638 752, que confronta a Norte com José Manuel Domingues, a Sul com Luis dos Santos Sismeiro, a Nascente com Caminho Público e a Poente com rua da Manuel Domingues Vieira, com artigo matricial urbano n.º 019029. A proprietária do imóvel, concordou com a cedência do terreno de 14,30m² solicitando que a área cedida para domínio público tenha como contrapartida a isenção de pagamento da taxa de ligação de saneamento doméstico.

A Câmara depois de analisar o assunto delibera ratificar a negociação da cedência de parcela de terreno de 14,30m², do prédio urbano, integrado na herança de Diamantino Pereira dos Santos, representada por Maria da Encarnação de Jesus Vieira, na qualidade de cabeça de casal, com artigo matricial urbano n.º 019029, que confronta a Norte com José Manuel Domingues, a Sul com Luis dos Santos Sismeiro, a Nascente com Caminho Público e a Poente com herança de Diamantino Pereira dos Santos, para a requalificação da Rua Sociedade Instrutiva e Recreativa 1.ª de Dezembro, que passa a integrar o domínio público, obrigando-se a isentar a proprietária do pagamento da taxa de ligação de saneamento doméstico, conforme consta da ficha anexa elaborada pelos nossos Serviços Técnicos, assinada pelo proprietário e pelo Sr. Presidente Paulo Jorge Campos Vicente, e que aqui se dá por reproduzida, devendo o proprietário, na sequência desta cedência, promover a atualização da respetiva área junto dos serviços públicos competentes.

Mais delibera emitir a correspondente certidão.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**39 - EXECUÇÃO DA RUA NOVA DO MOÍNHU DE CIMA E INFRAESTRUTURAS DE
SANEAMENTO DOS ARRUAMENTOS ADJACENTES – CEDÊNCIA 32,00M² DE TERRENO
DO SR. JOSÉ GREGÓRIO MARQUES**

824 - Para a execução da rua Nova do Moínho de Cima e infraestruturas de saneamento dos arruamentos adjacentes, foram realizados os contactos necessários à efetivação do acordo tendo-se nesta sequência elaborado a ficha de contacto, que foi assinada pelos intervenientes, para cedência de terreno necessário do prédio urbano propriedade de José Gregório Marques, NIF 116 963 778, que confronta a Norte com Estrada Nacional, a Sul com Caminho Público, a Nascente com Bocas do Casal e a Poente com Manuel Matias, inscrito na respetiva matriz sob o artigo n.º 10178. O proprietário do imóvel, concordou com a cedência do terreno de 32,00m², solicitando que a área cedida para domínio público tenha como contrapartida o recuo do muro e execução de uma nova entrada com 3,00m, com portão deslizante e construção de muretes ao longo da rampa interior, com caixa de receção do portão a instalar.

A Câmara depois de analisar o assunto delibera ratificar a negociação da cedência de parcela de terreno de 32,00m², do prédio urbano de que é proprietário José Gregório Marques, inscrito na respetiva matriz sob o artigo n.º 10178, que confronta a Norte com José Gregório Marques, a Sul com Caminho Público, a Nascente com Bocas do Casal e a Poente com Manuel Matias, para a execução da rua Nova do Moínho de Cima e infraestruturas de saneamento dos arruamentos adjacentes, que passa a integrar o domínio público, obrigando-se ao recuo do muro e execução de uma nova entrada com 3,00m, com portão deslizante e construção de muretes ao longo da rampa interior, com caixa de receção do portão a instalar, conforme consta da ficha anexa elaborada pelos nossos Serviços Técnicos, assinada pelo proprietário e pelo Sr. Presidente Paulo Jorge Campos Vicente, e que aqui se dá por reproduzida, devendo o proprietário, na sequência desta cedência, promover a atualização da respetiva área junto dos serviços públicos competentes.

Mais delibera emitir a correspondente certidão.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**40 - REQUALIFICAÇÃO DA RUA E TRAVESSA DAS ANDORINHAS – CEDÊNCIA DE
16,00M² DE TERRENO DA EMPRESA MARICORDEIRO – CONSTRUÇÃO CIVIL E OBRAS
PÚBLICAS**

825 - Para a requalificação da rua e travessa das Andorinhas, foram realizados os contactos necessários à efetivação do acordo tendo-se nesta sequência elaborado a ficha de contacto, que foi assinada pelos intervenientes, para cedência de terreno necessário do

prédio urbano propriedade da empresa Maricordeiro – Construção Civil e Obras Públicas, Ld.ª, NIPC 506 403 122, que confronta a Norte com Estrada, a Sul com Maria Alice Alves, a Nascente com Fernando da Conceição Relvas e a Poente com Teotónio Marques Bernardo, inscrito na respetiva matriz sob o artigo n.º 5752. O proprietário do imóvel, concordou com a cedência do terreno de 16,00m2, solicitando que a área cedida para domínio público tenha como contrapartida a ligação de águas pluviais ao saneamento pluvial, recolocação das caixas do contador fora das paredes exteriores e execução do passeio com cota inferior à cota de soleira das habitações e com lancil rebaixado para entrada de viaturas.

A Câmara depois de analisar o assunto delibera ratificar a negociação da cedência de parcela de terreno de 16,00m2, do prédio urbano, de que é proprietária a empresa Maricordeiro – Construção Civil e Obras Públicas, Ld.ª, inscrito na respetiva matriz sob o artigo n.º 5752, que confronta a Norte com Estrada, a Sul com Maricordeiro – Construção Civil e Obras Públicas, Ld.ª, a Nascente com Fernando da Conceição Relvas e a Poente com Teotónio Marques Bernardo, para a requalificação da rua e travessa das Andorinhas, que passa a integrar o domínio público, obrigando-se à ligação de águas pluviais ao saneamento pluvial, recolocação das caixas do contador fora das paredes exteriores e execução do passeio com cota inferior à cota de soleira das habitações e com lancil rebaixado para entrada e saída de viaturas, conforme consta da ficha anexa elaborada pelos nossos Serviços Técnicos, assinada pelo proprietário e pelo Sr. Presidente Paulo Jorge Campos Vicente, e que aqui se dá por reproduzida, devendo o proprietário, na sequência desta cedência, promover a atualização da respetiva área junto dos serviços públicos competentes.

Mais delibera emitir a correspondente certidão.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

41 - REQUALIFICAÇÃO DA RUA E TRAVESSA DAS ANDORINHAS – CEDÊNCIA DE 107,00M2 DE TERRENO DA EMPRESA OURILIZ – SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES, LD.ª

826 - Para a requalificação da rua e travessa das Andorinhas, foram realizados os contactos necessários à efetivação do acordo tendo-se nesta sequência elaborado a ficha de contacto, que foi assinada pelos intervenientes, para cedência de terreno necessário do prédio urbano propriedade da empresa Ouriliz – Sociedade de Construções, Ld.ª, NIPC 502 018 291, que confronta a Norte com Manuel Francisco Ferreira, a Sul com Adolfo Silva Santos, a Nascente com Rua das Andorinhas e a Poente com Sociedade de Construções, Ld.ª, inscrito na respetiva matriz sob o artigo n.º 12428. A empresa proprietária do imóvel concordou com a cedência do terreno de 107,00m2, solicitando que a área cedida para domínio público tenha como contrapartida a limpeza de detritos no terreno após a execução da empreitada.

A Câmara depois de analisar o assunto delibera ratificar a negociação da cedência de parcela de terreno de 107,00m², do prédio urbano de que é proprietária a empresa Ouriliz – Sociedade de Construções, Ld.ª, inscrito na respetiva matriz sob o artigo n.º 12428, que confronta a Norte com Manuel Francisco Ferreira, a Sul com Adolfo Silva Santos, a Nascente com Rua das Andorinhas e a Poente com Ouriliz, Construções, Ld.ª, para a requalificação da rua e travessa das Andorinhas, que passa a integrar o domínio público, obrigando-se à limpeza do terreno, após a execução da empreitada, conforme consta da ficha anexa elaborada pelos nossos Serviços Técnicos, assinada pelo proprietário e pelo Sr. Presidente Paulo Jorge Campos Vicente, e que aqui se dá por reproduzida, devendo o proprietário, na sequência desta cedência, promover a atualização da respetiva área junto dos serviços públicos competentes.

Mais delibera emitir a correspondente certidão.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

42 - REQUALIFICAÇÃO DA RUA E TRAVESSA DAS ANDORINHAS – CEDÊNCIA DE 16,2M² DE TERRENO DA SR.ª ERMELINDA GUERRA

827 - Para a requalificação da rua e travessa das Andorinhas, foram realizados os contactos necessários à efetivação do acordo tendo-se nesta sequência elaborado a ficha de contacto, que foi assinada pelos intervenientes, para cedência de terreno necessário do prédio urbano propriedade de Ermelinda Guerra, NIF 177 232 919, que confronta a Norte com Idalina Amorim, a Sul com José Espírito Santo Duarte, a Nascente com João Moiteiro Herdeiros e a Poente com rua das Andorinhas, inscrito na respetiva matriz sob o artigo n.º 10176. A proprietária do imóvel concordou com a cedência do terreno de 16,2m², solicitando que a área cedida para domínio público tenha como contrapartida a construção do novo muro antes da demolição do atual e o remate dos acessos internos.

A Câmara depois de analisar o assunto delibera ratificar a negociação da cedência de parcela de terreno de 16,2m², do prédio urbano de que é proprietária Ermelinda Guerra, inscrito na respetiva matriz sob o artigo n.º 10176, que confronta a Norte com Idalina Amorim, a Sul com José Espírito Santo Duarte, a Nascente com Ermelinda Guerra e a Poente com rua das Andorinhas, para a requalificação da rua e travessa das Andorinhas, que passa a integrar o domínio público, obrigando-se à construção do novo muro antes da demolição do atual e execução do remate dos acessos internos, conforme consta da ficha anexa elaborada pelos nossos Serviços Técnicos, assinada pelo proprietário e pelo Sr. Vereador Paulo Jorge Campos Vicente, e que aqui se dá por reproduzida, devendo o proprietário, na sequência desta cedência, promover a atualização da respetiva área junto dos serviços públicos competentes.

Mais delibera emitir a correspondente certidão.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

43 - REQUALIFICAÇÃO DA RUA E TRAVESSA DAS ANDORINHAS – CEDÊNCIA DE 10,00M2 DE TERRENO INTEGRADO NA HERANÇA DE JOSÉ MARIA MARQUES DA COSTA)

828 - Para a requalificação da rua e travessa das Andorinhas, foram realizados os contactos necessários à efetivação do acordo tendo-se nesta sequência elaborado a ficha de contacto, que foi assinada pelos intervenientes, para cedência de terreno necessário do prédio urbano integrado na herança de José Maria Marques da Costa, representada por Fernando de Oliveira da Costa, na qualidade de cabeça de casal, NIF 162 820 500, que confronta a Norte com rua dos Sapateiros, a Sul com rua das Andorinhas, a Nascente com Paulo Renato da Silva Luis e a Poente com rua das Andorinhas, inscrito na respetiva matriz sob o artigo n.º 5873. O proprietário do imóvel concordou com a cedência do terreno de 10,00m2, solicitando que a área cedida para domínio público tenha como contrapartida a reconstrução do novo muro com a recolocação do portão antes da demolição do atual e o fecho do muro lateral.

A Câmara depois de analisar o assunto delibera ratificar a negociação da cedência de parcela de terreno de 10,00m2, do prédio urbano integrado na herança de José Maria Marques da Costa, representada por Fernando de Oliveira da Costa, na qualidade de cabeça de casal, inscrito na respetiva matriz sob o artigo n.º 5873, que confronta a Norte com herança de José Maria Marques da Costa, a Sul com Paulo Renato Silva Dinis, a Nascente com Fernando de Oliveira da Costa e a Poente com rua das Andorinhas, para a requalificação da rua e travessa das Andorinhas, que passa a integrar o domínio público, obrigando-se à reconstrução do novo muro com a recolocação do portão antes da demolição do atual e o fecho do muro lateral, conforme consta da ficha anexa elaborada pelos nossos Serviços Técnicos, assinada pelo proprietário e pelo Sr. Presidente Paulo Jorge Campos Vicente, e que aqui se dá por reproduzida, devendo o proprietário, na sequência desta cedência, promover a atualização da respetiva área junto dos serviços públicos competentes.

Mais delibera emitir a correspondente certidão.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

44 - REQUALIFICAÇÃO DA RUA E TRAVESSA DAS ANDORINHAS – CEDÊNCIA DE 224,00M2 DE TERRENO, INTEGRADO NA HERANÇA DE JOAQUIM DA SILVA FRADE

829 - Para a requalificação da rua e travessa das Andorinhas, foram realizados os contactos necessários à efetivação do acordo tendo-se nesta sequência elaborado a ficha de contacto, que foi assinada pelos intervenientes, para cedência de terreno necessário do

prédio rústico, integrado na herança de Joaquim da Silva Frade, que confronta a Norte com Caminho, a Sul com Laurentino Moiteiro, a Nascente com José Batista e a Poente com Caminho, inscrito na respetiva matriz sob o artigo n.º 868. A proprietária do imóvel concordou com a cedência do terreno de 224,00m², solicitando que a área cedida para domínio público tenha como contrapartida a execução de murete em alvenaria com duas fiadas de tijolo, em toda a frente do terreno que confina com a rua das Andorinhas e rua das Rosas Silvestres, com entrada para a propriedade a definir pela proprietária.

A Câmara depois de analisar o assunto delibera ratificar a negociação da cedência de parcela de terreno de 224,00m², do prédio rústico, integrado na herança de Joaquim da Silva Frade, inscrito na respetiva matriz sob o artigo n.º 868, que confronta a Norte com Caminho, a Sul com herança de Joaquim da Silva Frade, a Nascente com herança de Joaquim da Silva Frade e a Poente com Caminho, para a requalificação da rua e travessa das Andorinhas, que passa a integrar o domínio público, obrigando-se à execução de murete em alvenaria com duas fiadas de tijolo, em toda a frente do terreno que confina com a rua das Andorinhas e rua das Rosas Silvestres, com entrada para a propriedade a definir pela proprietária, conforme consta da ficha anexa elaborada pelos nossos Serviços Técnicos, assinada pelo filho da proprietária (a rogo de) e pelo Sr. Presidente Paulo Jorge Campos Vicente, e que aqui se dá por reproduzida, devendo o proprietário, na sequência desta cedência, promover a atualização da respetiva área junto dos serviços públicos competentes.

Mais delibera emitir a correspondente certidão.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

45 - REQUALIFICAÇÃO DA RUA E TRAVESSA DAS ANDORINHAS – CEDÊNCIA DE 23,00M² DE TERRENO INTEGRADO NA HERANÇA DE ANTÓNIO MARIA DA SILVA JÚNIOR

830 - Para a requalificação da rua e travessa das Andorinhas, foram realizados os contactos necessários à efetivação do acordo tendo-se nesta sequência elaborado a ficha de contacto, que foi assinada pelos intervenientes, para cedência de terreno necessário do prédio urbano integrado na herança de António Maria da Silva Júnior, representada por Olinda Rosa da Silva Henriques, na qualidade de cabeça de casal, NIF 161 466 737, que confronta a Norte com Proprietário, a Sul com Serventia, a Nascente com Proprietário e a Poente com Serventia, inscrito na respetiva matriz sob o artigo n.º 5552. A proprietária do imóvel concordou com a cedência do terreno de 23,00m² e permite o corte dos arbustos e árvore afectados pela empreitada.

A Câmara depois de analisar o assunto delibera ratificar a negociação da cedência de parcela de terreno de 23,00m², do prédio urbano integrado na herança de António Maria da Silva Júnior, representada por Olinda Rosa da Silva Henriques, na qualidade de cabeça de casal, inscrito na respetiva matriz sob o artigo n.º 5552, que confronta a

Norte com herança de António Maria da Silva Júnior, a Sul com Serventia, a Nascente com Proprietário e a Poente com Serventia, para a requalificação da rua e travessa das Andorinhas, que passa a integrar o domínio público, conforme consta da ficha anexa elaborada pelos nossos Serviços Técnicos, assinada pelo proprietário e pelo Sr. Presidente Paulo Jorge Campos Vicente, e que aqui se dá por reproduzida, devendo o proprietário, na sequência desta cedência, promover a atualização da respetiva área junto dos serviços públicos competentes.

Mais delibera emitir a correspondente certidão.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

46 - REQUALIFICAÇÃO DA RUA E TRAVESSA DAS ANDORINHAS – CEDÊNCIA DE 171,00M² DE TERRENO DO SR. JOSÉ MANUEL DE JESUS

831 - Para a requalificação da rua e travessa das Andorinhas, foram realizados os contactos necessários à efetivação do acordo tendo-se nesta sequência elaborado a ficha de contacto, que foi assinada pelos intervenientes, para cedência de terreno necessário do prédio rústico, propriedade de José Manuel de Jesus, NIF 116 108 134, que confronta a Norte com Caminho, a Sul com António Batista Sobrinho, a Nascente com Caminho e a Poente com José Batista, inscrito na respetiva matriz sob o artigo n.º 1011 e descrito na Conservatório do Registo Predial com o n.º 1184/090368. O proprietário do imóvel, concordou com a cedência do terreno de 171,00m², solicitando que a área cedida para domínio público tenha como contrapartida a mudança da vedação para o novo alinhamento e a execução de uma entrada, com portão de 3,00m incluído, em zona definir.

A Câmara depois de analisar o assunto delibera ratificar a negociação da cedência de parcela de terreno de 171,00m², do prédio rústico, de que é proprietário José Manuel de Jesus, inscrito na respetiva matriz sob o artigo n.º 1011 e descrito na Conservatório do Registo Predial com o n.º 1184/090368, que confronta a Norte com Caminho, a Sul com José Manuel de Jesus, a Nascente com Caminho e a Poente com José Manuel de Jesus, para a requalificação da rua e travessa das Andorinhas, que passa a integrar o domínio público, obrigando-se à mudança da vedação para o novo alinhamento e à execução de uma entrada, com portão de 3,00m incluído, em zona definir., conforme consta da ficha anexa elaborada pelos nossos Serviços Técnicos, assinada pelo proprietário e pelo Sr. Vereador Paulo Jorge Campos Vicente, e que aqui se dá por reproduzida, devendo o proprietário, na sequência desta cedência, promover a atualização da respetiva área junto dos serviços públicos competentes.

Mais delibera emitir a correspondente certidão.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**47 - REQUALIFICAÇÃO DA RUA E TRAVESSA DAS ANDORINHAS – CEDÊNCIA DE 25M²
DE TERRENO INTEGRADO NA HERANÇA DE JOAQUINA ROSÁLIA**

832 - Para a requalificação da rua e travessa das Andorinhas, foram realizados os contactos necessários à efetivação do acordo tendo-se nesta sequência elaborado a ficha de contacto, que foi assinada pelos intervenientes, para cedência de terreno necessário do prédio urbano integrado na herança de Joaquina Rosália, representada por Maria Alice Rosália Catarino, na qualidade de cabeça de Casal, NIF 112 942 563, que confronta a Norte com Caminho Público, a Sul com Terrenos da C.J., a Nascente com José Miguel e a Poente com António Ferreira, inscrito na respetiva matriz sob o artigo n.º 7478. A proprietária do imóvel concordou com a cedência do terreno de 25m², sem contrapartidas.

A Câmara depois de analisar o assunto delibera ratificar a negociação da cedência de parcela de terreno de 25m², do prédio urbano integrado na herança de Joaquina Rosália, representada por Maria Alice Rosália Catarino, na qualidade de cabeça de Casal, inscrito na respetiva matriz sob o artigo n.º 7478, que confronta a Norte com Caminho Público, a Sul herança Joaquina Rosália, a Nascente com José Miguel e a Poente com António Ferreira, para a requalificação da rua e travessa das Andorinhas, que passa a integrar o domínio público, conforme consta da ficha anexa elaborada pelos nossos Serviços Técnicos, assinada pelo proprietário e pelo Sr. Vereador Paulo Jorge Campos Vicente, e que aqui se dá por reproduzida, devendo o proprietário, na sequência desta cedência, promover a atualização da respetiva área junto dos serviços públicos competentes.

Mais delibera emitir a correspondente certidão.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**48 - REQUALIFICAÇÃO DA RUA E TRAVESSA DAS ANDORINHAS – CEDÊNCIA DE 28,00M²
DE TERRENO DA SR.ª MARIA ISABEL DA ENCARNÇÃO GUERRA MENDES
FERNANDES**

833 - Para a requalificação da rua e travessa das Andorinhas, foram realizados os contactos necessários à efetivação do acordo tendo-se nesta sequência elaborado a ficha de contacto, que foi assinada pelos intervenientes, para cedência de terreno necessário do prédio rústico propriedade de Maria Isabel da Encarnação Guerra Mendes Fernandes, NIF 124 666 906, que confronta a Norte com José Guerra Mendes, a Sul com Serventia, a Nascente com Caminho Público e a Poente com Caminho de Ferro, inscrito na respetiva matriz sob o artigo n.º 952. A proprietária do imóvel concordou com a cedência do terreno de 28,00m², solicitando que a área cedida para domínio público tenha como contrapartida o corte da figueira com a remoção do cepo e a construção do novo muro em alvenaria, com portão deslizante de 3,00m de comprimento, com a mesma altura do confinante e recolocação da rede, antes da demolição do existente.

A Câmara depois de analisar o assunto delibera ratificar a negociação da cedência de parcela de terreno de 28,00m², do prédio rústico de que é proprietária Maria Isabel da Encarnação Guerra Mendes Fernandes, inscrito na respetiva matriz sob o artigo n.º 952, que confronta a Norte com José Guerra Mendes, a Sul com Serventia, a Nascente com Caminho Público e a Poente com Maria Isabel da Encarnação Guerra Mendes Fernandes, para a requalificação da rua e travessa das Andorinhas, que passa a integrar o domínio público, obrigando-se ao corte da figueira com a remoção do cepo e a construção do novo muro em alvenaria, com portão deslizante de 3,00m de comprimento, com a mesma altura do confinante e recolocação da rede, antes da demolição do existente, conforme consta da ficha anexa elaborada pelos nossos Serviços Técnicos, assinada pelo proprietário e pelo Sr. Presidente Paulo Jorge Campos Vicente, e que aqui se dá por reproduzida, devendo o proprietário, na sequência desta cedência, promover a atualização da respetiva área junto dos serviços públicos competentes.

Mais delibera emitir a correspondente certidão.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

49 - REQUALIFICAÇÃO DA RUA E TRAVESSA DAS ANDORINHAS - PASSAGEM DE COLETOR PLUVIAL E DOMÉSTICO NO TERRENO DA EMPRESA NOGUEIRA MATOS, LD.ª

834 - Considerando que foi possível chegar a acordo com a empresa Nogueira Matos, Ld.ª, NIPC 502 571 411, proprietária do prédio rústico, inscrito na respetiva matriz sob o artigo n.º 1017;

Considerando que o proprietário autoriza a passagem do coletor doméstico na sua propriedade, tendo como contrapartida a demolição de todas as estruturas confinantes com o bairro Moleirinho, mantendo-se o muro de vedação em alvenaria, rebocado e pintado.

Assim, a Câmara Municipal, obtida a expressa anuência do proprietário, delibera aprovar a execução e instalação, com caráter permanente e não oneroso, de um coletor doméstico no prédio rústico, inscrito na respetiva matriz predial sob o artigo n.º 1017, a favor de Nogueira Matos, Ld.ª, obrigando-se a proceder à demolição de todas as estruturas confinantes com o bairro Moleirinho, mantendo-se o muro de vedação em alvenaria, rebocado e pintado, conforme consta da ficha anexa elaborada pelos nossos Serviços Técnicos, assinada pelo proprietário e pelo Sr. Presidente Paulo Jorge Campos Vicente, e que aqui se dá por reproduzida.

Mais delibera emitir a correspondente certidão.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 07/09/2017.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 23

50 - ESTABELECIMENTO DE BEBIDAS “ROSIS PUB” – S. PEDRO DE MOEL – EXPLORADOR: MANUEL LEMOS DO NASCIMENTO – VIOLAÇÃO DO LIMITE MÁXIMO DO CRITÉRIO DE INCOMODIDADE NO PERÍODO NOTURNO. RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO.

835 - Presente relatório de avaliação de ruído, recebido em 18 de agosto passado, que evidencia um resultado de 13 dB(A), quando o limite máximo legal no período noturno é de 3 dB(A), cujo teor se dá por integralmente reproduzido.

Considerando que, por deliberação camarária, de 17 de agosto, foi determinada a notificação do responsável pela exploração do estabelecimento em causa para escolher entre diversas vias de solução do ruído incomodativo.

A Câmara Municipal delibera tomar conhecimento e remeter cópia do relatório ao responsável pela exploração do estabelecimento “Rosis Pub”.

A presente deliberação foi tomada por unanimidade.

51 - AQUISIÇÃO DE PRÉDIO RÚSTICO, SITO NOS TALHÕES, FREGUESIA DE VIEIRA DE LEIRIA, PROPRIEDADE DE JÚLIA ANGÉLICA ASCENSO – CABEÇA DE CASAL DA HERANÇA DE (NIF 744318190)

836 - Presente informação da Divisão de Ordenamento do Território nº CS/12/2017 de 23/03/2017, a justificar a necessidade de ocupação da parcela de terreno sita nos Talhões em Vieira de Leiria, para passagem de conduta adutora elevatória.

Presente relatório de avaliação datado de 04/04/2017, inerente à constituição de servidão administrativa, do qual resulta um valor de indemnização de 3,50€/m², que serviu de base ao cálculo do valor de aquisição, no total de 3.755,50€, considerando que o terreno tem a área de 1.073,00 m².

Presente informação do Serviço de Património I/1610/2017 de 31/08/2017, respeitante à aquisição de parcela de terreno, sita nos Talhões em Vieira de Leiria, propriedade de JÚLIA ANGÉLICA ASCENSO – CABEÇA DE CASAL DA HERANÇA DE (NIF 744318190), devidamente instruída com caderneta predial do artigo rústico 5649 da freguesia de Vieira de Leiria, não descrito na Conservatória do Registo Predial e justificativa da tramitação do processo.

Considerando que Câmara Municipal detém competência para adquirir, alienar ou onerar bens imóveis de valor até 1000 vezes a retribuição mensal mínima garantida (RMMG), de acordo com o artigo 33.º, n.º 1, alínea g), da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

A Câmara Municipal delibera, de acordo com o artigo 33.º, n.º 1, alínea g), da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, adquirir o prédio inscrito na matriz predial rústica da

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 07/09/2017.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 23

freguesia de Vieira de Leiria, sob o artigo 5649 a favor de JÚLIA ANGÉLICA ASCENSO – CABEÇA DE CASAL DA HERANÇA DE (NIF 744318190), não descrito na Conservatória do Registo Predial, pelo valor total de 3.755,50€.

A presente deliberação foi tomada por unanimidade.

52 - DOAÇÃO DO FUNDO DOCUMENTAL DE LUIZ-MANUEL

837 - Presente informação nº 1512/2017 de 21 de maio, da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento – Área de Cultura, a informar que o Arquivo Municipal possui à sua guarda o fundo documental do autor Luiz-Manuel, entregue para intervenção técnica em agosto de 2012 e que Janine Massard, viúva do escritor, tem intenção de doar ao Município da Marinha Grande, todo este espólio para que pudesse ser preservado e consultado pelos interessados.

A documentação abrange não só a atividade literária do autor mas também alguns documentos pessoais, constituído na sua maioria por correspondência que datam entre início do séc. XX e ano 2011.

Aos bens descritos, a doar à autarquia, foi atribuído pelo Arquivo Municipal, o valor de 25.000 Euros.

A Câmara Municipal analisou a informação e atendendo a que a documentação entregue reflete a atividade literária Portuguesa na Suíça de Luiz-Manuel e possui relevante interesse histórico, delibera, ao abrigo da alínea j) do n.º 1, do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, aceitar a doação do fundo documental de Luiz-Manuel, destinado a integrar o acervo do Arquivo Municipal da Marinha Grande, pelo valor total de 25.000 Euros.

A presente deliberação foi tomada por unanimidade.

53 - DOAÇÃO DE EQUIPAMENTO À ESCOLA EB DE CASAL DE MALTA

838 - Presente informação da Área de Património nº 1/2013/2017 de 14/07/2017, na qual é proposta a aceitação por parte desta autarquia de bens doados à Escola EB de Casal de Malta, adquiridos pela Associação de Pais e pelo Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente, conforme mapa que se segue.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 07/09/2017.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 23

Descrição do equipamento		Quantidade	Valor (€)	Fatura	Afetação
1	TELA ELÉTRICA SUSPENSÃO NAPOFIX 200X200CM	2	145,14€	148-4008493	ESCOLA EB CASAL DE MALTA
2	SUORTE EXTENSÍVEL PARA PROJETOR	4	228,72€	148-4008460	
3	SUORTE EXTENSÍVEL PARA PROJETOR	1	54,12€	148-4008573	
4	PROJETOR EPSON EB-X27	2	971,70€	148-4008571	
5	TELA ELÉTRICA SUSPENSÃO NAPOFIX 200X200CM	3	217,71€	148-4008494	
6	PROJETOR EPSON EB X27	3	1.457,55	148-4008555	
TOTAL			3.074,94€		

A Câmara Municipal analisou a informação e atendendo a que estes equipamentos contribuem para a melhoria das condições de funcionamento do referido Estabelecimento de Ensino, delibera, ao abrigo da alínea j) do n.º 1 do artigo 33º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, aceitar a doação dos equipamentos constantes do mapa supra.

A presente deliberação foi tomada por unanimidade.

54 - DOAÇÃO DE BENS AOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO JARDIM DE INFÂNCIA DA AMIEIRINHA, JARDIM DE INFÂNCIA DE CASAL DE MALTA E ESCOLA EB DA MOITA

839 - Presente informação da Área de Património nº I/1151/2017 de 07/06/2017, na qual é proposta a aceitação por parte desta autarquia de bens doados a diversos Estabelecimentos de Ensino do concelho da Marinha Grande, nomeadamente ao Jardim de Infância da Amieirinha, Jardim de Infância de Casal de Malta e Escola EB da Moita, adquiridos pela Associação de Pais, conforme mapa que se segue.

Descrição do equipamento	Valor (€)	Fatura	Afetação / Compartimento
TELEVISÃO SAMSUNG 24E310EW	209,98€	2740A/050829	JARDIM DE INFÂNCIA DA AMIEIRINHA
TELEVISÃO SAMSUNG 24E310EW	209,98€	2740A/050829	JARDIM DE INFÂNCIA DA AMIEIRINHA
TELEVISÃO LED UE32J4000	237,97€	AUR502/028378	JARDIM DE INFÂNCIA DE CASAL DE MALTA
COMPUTADOR DELL VOSTRO DT 3650 (N.º S367ZG2)	602,70€	308/2017	ESCOLA EB DA MOITA
COMPUTADOR DELL VOSTRO DT 3650 (N.º 3VX4ZG2)	602,70€	308/2017	ESCOLA EB DA MOITA
MICROSOFT OFFICE STANDARD 2016	79,95€	308/2017	ESCOLA EB DA MOITA
MICROSOFT OFFICE STANDARD 2016	79,95€	308/2017	ESCOLA EB DA MOITA
MONITOR PHILIPS LED 22" FHD – 223V5LHSB2	110,70€	308/2017	ESCOLA EB DA MOITA
MONITOR PHILIPS LED 22" FHD – 223V5LHSB2	110,70€	308/2017	ESCOLA EB DA MOITA
PLACA DE REDE TP-LINK WIRELESS 300MBPS	19,18€	308/2017	ESCOLA EB DA MOITA
TOTAL	2.263,81€		

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
07/09/2017.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 23

A Câmara Municipal analisou a informação e atendendo a que estes equipamentos contribuem para a melhoria das condições de funcionamento dos referidos Estabelecimentos de Ensino, delibera, ao abrigo da alínea j) do n.º 1 do artigo 33º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, aceitar a doação dos equipamentos constantes do mapa supra.

A presente deliberação foi tomada por unanimidade.

55 - NOTIFICAÇÃO DA PROPOSTA DE DECISÃO DE APROVAÇÃO DA CANDIDATURA N.º CENTRO-07-2114-FEDER-000018 *“REGIÃO DE LEIRIA - REDE CULTURAL”* - ABERTURA DE CONTA BANCÁRIA

840 - Considerando a submissão da candidatura *“Região de Leiria - Rede Cultural”* no âmbito do Aviso de Concurso nº CENTRO-14-2016-03, pela CIMRL.

Considerando a notificação da proposta de decisão de aprovação da candidatura n.º CENTRO-07-2114-FEDER-000018 *“Região de Leiria - Rede Cultural”*, datada de 12 de junho de 2017, conforme documento em anexo.

Considerando que foi requerido em 4 de setembro de 2017, pela CIMRL, documento comprovativo de titularidade da conta bancária a associar à operação, conforme email que se anexa.

Considerando que nos termos do ponto 2.9.10.1.2 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de Fevereiro “ (...) A abertura de contas bancárias é sujeita a prévia deliberação do órgão executivo, devendo as mesmas ser tituladas pela autarquia e movimentadas simultaneamente pelo tesoureiro e pelo presidente do órgão executivo ou por outro membro deste órgão em quem ele delegue (...)”.

A Câmara Municipal da Marinha Grande delibera, nos termos do ponto 2.9.10.1.2. do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de Fevereiro, autorizar a abertura de uma conta bancária na Caixa Geral de Depósitos com a designação *“Rede Cultural”*, na qual serão efetuados todos os movimentos financeiros da candidatura aprovada, sendo intervenientes na movimentação da mesma:

- Paulo Jorge Campos Vicente, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande;
- Cidália Maria Oliveira Rosa Ferreira, que substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos;

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 07/09/2017.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 23

- Paula Cristina Madeira da Silva Serra, na qualidade de Assistente Técnica do quadro da Câmara Municipal da Marinha Grande;
- Janete Rato Fernandes, na qualidade de Assistente Técnica do quadro da Câmara Municipal da Marinha Grande.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

56 - 14.ª MODIFICAÇÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2017, 3.ª REVISÃO

841 - Presente proposta da 14.ª Modificação, 3.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2017, acompanhada de mapa justificativo, constituída pelas seguintes alterações:

3.ª Revisão ao Orçamento da Despesa para 2017, no valor de 236.569,02 euros nos reforços e 236.569,02 euros nas anulações;

3.ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos para 2017, no valor de 128.500,00 euros nos reforços e 128.500,00 euros nas anulações e com reforço de dotação no valor de 212.603,40 euros e 44.280,00 euros, em 2018 e 2019, respetivamente;

3.ª Revisão ao Plano de Atividades Municipais para 2017, no valor de 91.509,00 euros nos reforços e 101.509,00 euros nas anulações, com anulação de dotação em 2018 de 212.603,40 euros e reforço de dotação no valor de 8.019,20 euros, 6.000,00 euros e 2.500,00 euros, em 2019, 2020 e 2021, respetivamente.

Considerando que a proposta apresentada cumpre o disposto no n.º 3 do art. 44.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, no que respeita aos limites consagrados para o ano de 2018.

Atentos os elementos apresentados e no cumprimento do disposto no ponto 8.3 do POCAL, aprovado pelo Decreto – Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, na sua redação atual, e na alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, **a Câmara Municipal, depois de analisar a proposta, delibera submeter à aprovação da Assembleia Municipal a 14.ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2017, constituída pela 3.ª Revisão ao Orçamento da Despesa, 3.ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos e 3.ª Revisão ao Plano de Atividades Municipais, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do art. 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua redação atual.**

A deliberação foi tomada por unanimidade.

57 - REMODELAÇÃO DO CENTRO DE SAÚDE DA MARINHA GRANDE – CONCURSO PÚBLICO N.º 30/2017 - PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO

842 - Nos termos do disposto no art.º 22º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, a autorização de despesas que deem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando que, nos termos da informação n.º 08/MO/2017, datada de 21 de agosto da Divisão de Ordenamento do Território, e da deliberação tomada em reunião da Câmara Municipal de 17 de agosto de 2017, pretende-se a abertura de procedimento de concurso público para “*Remodelação do Centro de Saúde da Marinha Grande*”, com um valor global de encargos de cerca de 748.456,44 euros, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, com um prazo de execução de 12 meses.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que se aplica ao procedimento que se pretende iniciar.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, adiante designada por LCPA, determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

Considerando que a despesa a incorrer é suportada por dotação na classificação orgânica/económica 07/07010307 e ação do Plano Plurianual de Investimentos 2016/1/38 com a designação “*Requalificação do Centro de Saúde da Marinha Grande*”.

Considerando que com a aprovação da 1.ª Revisão aos Documentos Previsionais para o ano de 2017, foi inscrita a dotação de 375.000,00 euros para o ano de 2018, na ação referida anteriormente, classificação orgânica/económica 07/07010307, verba insuficiente para a despesa que se perspectiva assumir.

Considerando que, na presente data, a verba inscrita nas Grandes Opções do Plano é insuficiente para a despesa que se perspectiva assumir é proposto o reforço de dotação para o ano de 2018, na ação 2016/1/38 para uma dotação total corrigida de 793.364,00 euros na 3.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2017, a ser presente na próxima sessão da Assembleia Municipal.

Considerando que o procedimento de contratação pública para a “*Remodelação do Centro de Saúde da Marinha Grande*” – Concurso Público n.º 30/2017, ultrapassa o valor que determina a fiscalização prévia pelo Tribunal de Contas.

Considerando que o Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho, que aprova as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, alterado pelas Leis n.º 64/2012, de 20 de dezembro, 66-B/2012, de 31 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 99/2015 de 2 de junho, preceitua no seu art.º 12.º que:

“ (...) 1 - Para efeitos de aplicação da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais ou a sua reprogramação pelo órgão deliberativo competente pode ser conferida aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.

2 – Excetuam-se do disposto no número anterior os casos em que a reprogramação dos compromissos plurianuais implique aumento da despesa (...) ”.

Considerando que na sessão da Assembleia Municipal de 29/12/2016 foi concedida autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos aos encargos decorrentes da adjudicação e ou da execução de contratos administrativos de empreitadas de obras públicas, até ao limite do valor que determina a sua sujeição a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, fixado pelo n.º 1 do art.º 130º da Lei do Orçamento de Estado de 2017 em 350.000 euros, e desde que exista dotação suficiente nas Grandes Opções do Plano nos anos em que se pretendem assumir os encargos plurianuais.

Considerando que o procedimento que se pretende iniciar, ultrapassa o valor que determina a fiscalização prévia pelo Tribunal de Contas, pelo que a autorização genérica prévia concedida para a assunção de compromissos plurianuais tomada na sessão da Assembleia Municipal de 29 de dezembro de 2016 não se aplica a este procedimento.

A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, que seja solicitada à Assembleia Municipal da Marinha Grande:

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 07/09/2017.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 23

1. Autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos à *“Requalificação do Centro de Saúde da Marinha Grande”* – Concurso Público n.º 30/2017, até ao valor máximo de 793.364,00 euros, IVA incluído à taxa legal em vigor, no ano de 2018, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual;
2. Autorização para a abertura do procedimento considerando que este consubstancia a assunção de encargos em mais de um ano económico para cumprimento do preceituado na alínea b), do n.º 1 do art.º 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, considerando que os encargos excedem o limite de 99.759,58 euros, no ano de 2018;
3. Que nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, se fixe o limite máximo do encargo em cada um dos anos económicos, conforme indicado no quadro seguinte:

Ano Económico	Valor máximo (com IVA)
2018	793.364,00 €
Total	793.364,00 €

A presente deliberação apenas produz efeitos desde que aprovada a 3.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2017, podendo posteriormente ser tomada a deliberação na Sessão da Assembleia Municipal relativa ao assunto em epígrafe.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

58 - REQUALIFICAÇÃO DA EB GUILHERME STEPHENS - CONCURSO PÚBLICO N.º 16/2017 - PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO

843 - Nos termos do disposto no art.º 22º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, a autorização de despesas que deem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos

em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando que por deliberação camarária de 17 de agosto de 2017 foi adjudicada a empreitada de **"Requalificação da EB Guilherme Stephens" – Concurso Público n.º 16/2016**, à empresa Valeixa – Construção Civil, Lda., pelo montante de 408.833,20 euros, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, com uma execução financeira prevista no ano de 2017 de 62.692,31 euros e de 370.670,89 euros, no ano de 2018, valores com IVA incluído.

Considerando que a despesa a incorrer é suportada por dotação prevista nas classificações orgânica/económica 07/07010305, ação do Plano Plurianual de Investimentos de 2017, 2016/1/32 com a designação *"ESCOLA BÁSICA GUILHERME STEPHENS"*.

Considerando que nos termos do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho, que aprova as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro é preceituado que *"(...) Para efeitos de aplicação da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais pelo órgão deliberativo competente poderá ser dada aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano (...)."*

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que se aplica ao procedimento que se pretende iniciar.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

Considerando que na sessão da Assembleia Municipal de 29 de dezembro de 2016 foi concedida autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos aos encargos decorrentes da adjudicação de contratos administrativos de empreitadas de obras públicas até ao limite do valor que determina a sua sujeição a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, fixado pelo n.º 1 do art.º 130º da Lei do Orçamento de Estado de 2017 em 350.000 euros.

Considerando que na sessão da Assembleia Municipal de 29 de junho de 2017 foi deliberada *"(...) autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos à "Requalificação da EB Guilherme Stephens" – Concurso Público n.º 16/2017, até ao valor máximo de 218.628,00 euros, IVA incluído à taxa legal em vigor, no ano de 2018, para*

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 07/09/2017.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 23

efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual."

Considerando que a execução financeira prevista, para o ano de 2018, com a empreitada **"Requalificação da EB Guilherme Stephens" – Concurso Público n.º 16/2016**, ascende a 370.670,89 euros, IVA incluído, valor superior à autorização concedida na sessão da Assembleia Municipal de 29 de junho de 2017 (218.628,00 euros), e superior à dotação prevista no ano de 2018 na ação 2016/1/32 do Plano Plurianual de Investimentos de 2017 (218.628,00 euros).

Considerando que na 14.ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2017, 3.ª Revisão, é proposto o reforço de dotação para o ano de 2018, na ação referida anteriormente.

A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande:

- 1. Autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais no ano de 2018 no âmbito do procedimento de "Requalificação da EB Guilherme Stephens" – Concurso Público n.º 16/2016, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual;**
- 2. Que nos termos do n.º 2 do art.º 22º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho seja fixado o limite máximo do encargo em 2018 de 402.673,00 euros (quatrocentos e dois mil, seiscentos e setenta e três euros), valor com IVA incluído.**

A presente deliberação apenas produz efeitos desde que aprovada a 3.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2017, podendo posteriormente ser tomada a deliberação na Sessão da Assembleia Municipal relativa ao assunto em epígrafe.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

59 - REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE - P.A. N.º 81/2014-AP/DOT - PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO

844 - Nos termos do disposto no art.º 22º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, a autorização de despesas que deem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano

económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando a adjudicação do **P.A. n.º 81/2014-AP/DOT - "Revisão do Plano Director Municipal da Marinha Grande"**, através do Despacho n.º 574/2014 de 16/12/2014, em que foram assumidos compromissos para o ano de 2015 de 88.560,00 euros, IVA incluído à taxa legal em vigor.

Considerando informação n.º SS/04/2017 de 22/06/2017 da Divisão de Ordenamento do Território, e Despacho do Sr. Presidente aposto na mesma, é necessário proceder à recalendarização do procedimento, sendo necessário assumir encargos adicionais no valor de 35.424,00 euros e 44.200,00 euros, IVA incluído à taxa legal em vigor, nos anos de 2018 e 2019, respetivamente.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que se aplica ao procedimento.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

Considerando que a despesa a incorrer é suportada por dotação na classificação orgânica/económica 05/070113 e ação do Plano Plurianual de Investimentos 2012/I/20 com a designação de "Revisão do Plano Director Municipal" e que aquando da aprovação dos Documentos Previsionais para o ano de 2017, não foi inscrita qualquer dotação para os anos de 2018 e 2019.

Considerando que na 14.ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2017, 3.ª Revisão, é proposto o reforço de dotação para os anos de 2018 e 2019 na ação referida anteriormente.

Considerando que o Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho, que aprova as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, alterado pelas Leis n.º 64/2012, de 20 de dezembro, 66-B/2012, de 31 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 99/2015 de 2 de junho, preceitua no seu art.º 12.º que:

“(…) 1 - Para efeitos de aplicação da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais ou a sua reprogramação pelo órgão deliberativo competente pode ser conferida aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.

2 – Excetuam-se do disposto no número anterior os casos em que a reprogramação dos compromissos plurianuais implique aumento da despesa (...)”.

Considerando que na sessão da Assembleia Municipal de 29/12/2016 foi concedida autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos aos encargos decorrentes da *“(…) reprogramação da execução física e financeira de contratos administrativos já celebrados, desde que a alteração do plano de trabalhos tenha sido aprovado pelo órgão competente (...)”,* e desde que esteja *“(…) previamente assegurada a inclusão das verbas respetivas nas Grandes Opções do Plano nos anos em referência. (...)”.*

Considerando que para a reprogramação do contrato, a dotação existente nas Grandes Opções do Plano é insuficiente para assumir os encargos plurianuais que se pretendem, verifica-se que a autorização genérica prévia concedida para a assunção de compromissos plurianuais tomada na sessão da Assembleia Municipal de 29 de dezembro de 2016 não se pode aplicar a este processo.

A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos ao P.A. n.º 81/2014-AP/DOT - "Revisão do Plano Director Municipal da Marinha Grande", até ao valor máximo de 35.424,00 euros e 44.280,00 euros para os anos de 2018 e 2019, respetivamente, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual.

A presente deliberação apenas produz efeitos desde que aprovada a 3.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2017, podendo posteriormente ser tomada a deliberação na Sessão da Assembleia Municipal relativa ao assunto em epígrafe.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

6o - FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES AOS ALUNOS QUE FREQUENTAM O 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO DA ALBERGARIA E PICASSINOS E JARDIM DE INFÂNCIA DA PEDRULHEIRA, INTEGRADOS NO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS MARINHA GRANDE NASCENTE, PARA OS MESES DE FEVEREIRO A JUNHO DE 2018 - PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO

845 - Nos termos do disposto no art.º 22º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, a autorização de despesas que deem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando que, nos termos da informação n.º 1/2457/2017, datada de 1 de setembro de 2017 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, se pretende celebração de Protocolo com o Agrupamento de Escolas Nascente para o **Fornecimento de refeições aos alunos que frequentam o 1.º Ciclo do Ensino Básico da Albergaria e Picassinos e Jardim de Infância da Pedrulheira, para os meses de fevereiro a junho de 2018**, com um valor global de encargos de cerca de 14.335,86 euros, isentos de IVA.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que se aplica ao procedimento que se pretende iniciar.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, adiante designada por LCPA, determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

Considerando que a despesa a incorrer é suportada por dotação na classificação orgânica/económica 06/020105 e ação do Plano de Atividades Municipais 2015/A/99 - ALIMENTAÇÃO NOUTRAS ESCOLAS - ANO LETIVO 2017/2018. Aquando da aprovação dos Documentos Previsionais para o ano de 2017, foi inscrita a dotação de 42.500,00 euros para o ano de 2018 e com a aprovação da 1.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2017 foi efetuado um reforço para uma dotação total corrigida de 47.950,00 euros.

Considerando que o procedimento de contratação pública para a celebração do Protocolo com o Agrupamento de Escolas Nascente para o **Fornecimento de refeições aos alunos que frequentam o 1.º Ciclo do Ensino Básico da Albergaria e Picassinos e Jardim de Infância da Pedrulheira, para os meses de fevereiro a junho de 2018**, não ultrapassa o valor que determina a fiscalização prévia pelo Tribunal de Contas.

Considerando que o Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho, que aprova as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, alterado pelas Leis n.º 64/2012, de 20 de dezembro, 66-B/2012, de 31 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 99/2015 de 2 de junho, preceitua no seu art.º 12.º que:

“(...) 1 - Para efeitos de aplicação da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais ou a sua reprogramação pelo órgão deliberativo competente pode ser conferida aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.

2 – Excetuam-se do disposto no número anterior os casos em que a reprogramação dos compromissos plurianuais implique aumento da despesa (...)”.

Considerando que na sessão da Assembleia Municipal de 29/12/2016 foi concedida autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos aos encargos decorrentes da adjudicação e ou da execução de contratos administrativos de empreitadas de obras públicas, até ao limite do valor que determina a sua sujeição a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, fixado pelo n.º 1 do art.º 130º da Lei do Orçamento de Estado de 2017 em 350.000 euros, e desde que exista dotação suficiente nas Grandes Opções do Plano nos anos em que se pretendem assumir os encargos plurianuais.

Considerando que o presente procedimento, não ultrapassa o valor que determina a fiscalização prévia pelo Tribunal de Contas, e que a dotação corrigida existente nas Grandes Opções do Plano é insuficiente para assumir os encargos plurianuais que se pretendem, verifica-se que a autorização genérica prévia concedida para a assunção de compromissos plurianuais tomada na sessão da Assembleia Municipal de 29 de dezembro de 2016 não se aplica a este procedimento.

A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos

plurianuais relativos ao Protocolo com o Agrupamento de Escolas Nascente para o Fornecimento de refeições aos alunos que frequentam o 1.º Ciclo do Ensino Básico da Albergaria e Picassinos e Jardim de Infância da Pedrulheira, para os meses de fevereiro a junho de 2018, até ao valor máximo de 14.335,86 euros (catorze mil, trezentos e trinta e cinco euros e oitenta e seis cêntimos) para o ano de 2018, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual.

A presente deliberação apenas produz efeitos desde que aprovada a 3.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2017, podendo posteriormente ser tomada a deliberação na Sessão da Assembleia Municipal relativa ao assunto em epígrafe.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

61 - “REGIÃO DE LEIRIA – REDE CULTURAL” – PROTOCOLO DE PARCERIA CELEBRADO ENTRE A CIMRL E OS MUNICÍPIOS PARA CANDIDATURA AO AVISO N.º CENTRO-14-2016-03 – DOMÍNIO SUSTENTABILIDADE E EFICIÊNCIA NO USO DE RECURSOS - PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO

846 - Nos termos do disposto no art.º 22º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, a autorização de despesas que dêem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) Resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projectos de investimento ou a sua reprogramação, contrato de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Na sessão da Assembleia Municipal de 29 de junho de 2017, e atento o Protocolo de Parceria com a Comunidade Intermunicipal de Região de Leiria e os vários municípios que a integram, na sequência do Aviso de Candidatura n.º CENTRO-14-2016-03 – Domínio Sustentabilidade e Eficiência no uso de Recursos, para ser submetida uma candidatura

conjunta, foi concedida autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais até ao limite máximo de 749,25 euros (setecentos e quarenta e nove euros e vinte e cinco cêntimos) e 666,00 euros (seiscentos e sessenta e seis euros), para os anos de 2018 e 2019, respetivamente.

Considerando a notificação para audiência prévia de proposta de decisão de aprovação da Candidatura “Região de Leiria – Rede Cultural” com o Código Universal de Operação n.º CENTRO-07-2114-FEDER-000018, em que o investimento total a efetuar pela CIMRL se mantém inalterado, e a taxa de comparticipação sofre uma redução determinando um financiamento expectável de 25.474,50 euros.

Considerando que o capital próprio da CIMRL será de 124.375,50 euros, a dividir de forma proporcional por todos os 10 municípios que se constituíram como parceiros beneficiários, cabendo ao Município da Marinha Grande proceder uma quota-parte de 12.437,55 euros, distribuído da seguinte forma:

Comparticipação prevista do Parceiro Beneficiário (CMMG),
considerando Proposta de Decisão de Aprovação da Candidatura n.º
CENTRO-07-2114-FEDER-000018

	2017	2018	2019	TOTAL
06/04050106	4.606,50 €	4.145,85 €	3.685,20 €	12.437,55 €

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que se aplica ao referido protocolo.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual, determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

Considerando que a despesa a incorrer é suportada por dotação na classificação orgânica/económica 06/04050106 e ação do Plano de Atividades Municipal 2017/A/208 com a designação “Candidatura “Região de Leiria - Rede Cultural - CIMRL”, com uma dotação corrigida total de 2.247,75 euros.

Considerando que o Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho, que aprova as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, alterados pelas Leis n.º 64/2012, de 20 de dezembro, 66-B/2012, de 31 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 99/2015 de 2 de junho, preceitua no seu artigo 12.º que:

“(…) 1 – Para efeitos de aplicação da alínea c) do n.º 1 art.º 6º da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais ou a sua reprogramação pelo órgão

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 07/09/2017.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 23

deliberativo competente pode ser conferida aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.

2 – Excetuam-se do disposto no número anterior os casos em que a reprogramação dos compromissos plurianuais implique aumento da despesa. (...)”.

Considerando que o valor da quota-parte do Município da Marinha Grande, apurado em sede de audiência prévia, correspondendo a 4.145,85 euros e 3.685,20 euros para os anos de 2018 e 2019, respetivamente, é superior à autorização concedida na sessão da Assembleia Municipal de 29 de junho de 2017, e superior à dotação prevista nesses mesmos anos, ação 2017/A/208 com a designação “*Candidatura “Região de Leiria - Rede Cultural - CIMRL”*” do Plano de Atividades Municipais de 2017.

Considerando que na 14.ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2017, 3.ª Revisão, é proposto o reforço de dotação para os anos de 2018 e 2019, ação 2017/A/208.

A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 dos art.º 33º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro na sua redação atual, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais relativo ao Protocolo de Parceria com a Comunidade Intermunicipal de Região de Leiria e os vários municípios que a integram, na sequência da Candidatura “Região de Leiria – Rede Cultural” com o Código Universal de Operação n.º CENTRO-07-2114-FEDER-000018, até ao limite máximo de 4.145,85 euros (quatro mil, cento e quarenta e cinco euros e oitenta e cinco centimos) e 3.685,20 euros (três mil, seiscentos e oitenta e cinco euros e vinte centimos), para os anos de 2018 e 2019, respetivamente, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro na sua redação atual.

A presente deliberação apenas produz efeitos desde que aprovada a 3.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2017, podendo posteriormente ser tomada a deliberação na Sessão da Assembleia Municipal relativa ao assunto em epígrafe.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

62 - P.A. N.º 15/2016-AP/DISU - SERVIÇOS DE RECOLHA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS PRODUZIDOS NO CONCELHO DA MARINHA GRANDE PARA O PERÍODO DE 54 MESES - PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – REVISÃO DE PREÇOS

847 - Nos termos do disposto no art.º 22º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, a autorização de despesas que deem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano

económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando a adjudicação do **P.A. n.º 15/2016-AP/DISU - Serviços de Recolha e Transporte de Resíduos Sólidos Urbanos produzidos no concelho da Marinha Grande para o período de 54 meses**, através de deliberação camarária de 23 de junho de 2016 e contrato n.º 52/2016 de 01 de agosto de 2016.

Considerando que nos termos do n.º 1 da cláusula 17.ª do Caderno de Encargos do procedimento *“O contrato fica sujeito a revisão de preços anual a partir do início do segundo ano de vigência do contrato.”*

Considerando que nos termos do n.º 2 da mesma cláusula do Caderno de Encargos do procedimento *“O critério de revisão de preços é o índice de preços no consumidor no período correspondente aos doze meses anteriores (...)”*, e que consultado o Instituto Nacional de Estatística de julho de 2017 verifica-se que o mesmo é o de 1,1%.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que se aplica ao procedimento que se pretende iniciar.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, adiante designada por LCPA, determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

Considerando que a despesa a incorrer é suportada por dotação na classificação orgânica/económica 07/02022509, ação do Plano de Atividades Municipais 2017/A/135 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOLHA DE RESÍDUOS SÓLIDOS e que, aquando da aprovação dos Documentos Previsionais para o ano de 2017, foi inscrita a dotação de 420.000 euros para o ano de 2018, 425.000 euros para o ano de 2019, 429.000 euros para o

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 07/09/2017.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 23

ano de 2020 e 65.000 euros para o ano de 2021, verbas já parcialmente cativas por efeito do contrato celebrado.

Considerando que com a aplicação da revisão de preços o valor dos compromissos a assumir em anos seguintes é superior à dotação inscrita em Documentos Previsionais de 2017, para os anos de 2018 a 2021, na 14.ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2017, 3.ª Revisão, é proposto o reforço de dotação nos anos de 2018 a 2021, na ação 2017/A/135 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOLHA DE RESÍDUOS SÓLIDOS.

Considerando que o Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho, que aprova as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, alterado pelas Leis n.º 64/2012, de 20 de dezembro, 66-B/2012, de 31 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 99/2015 de 2 de junho, preceitua no seu art.º 12.º que:

“(...) 1 - Para efeitos de aplicação da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais ou a sua reprogramação pelo órgão deliberativo competente pode ser conferida aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.

2 - Excetuam-se do disposto no número anterior os casos em que a reprogramação dos compromissos plurianuais implique aumento da despesa (...)”.

Considerando que na sessão da Assembleia Municipal de 29/12/2016 foi concedida autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos aos encargos decorrentes da *“(...) aprovação de revisão de preços ou atualização de contratos já celebrados, desde que resultante de disposições legais e/ou de previsões previamente incluídas no próprio contrato (...)”*, desde que esteja *“(...) previamente assegurada a inclusão das verbas respetivas nas Grandes Opções do Plano nos anos em referência. (...)”*.

Considerando que o aumento do valor do contrato, operado pela aplicação da revisão de preços de 1,1%, ultrapassa a dotação existente nas Grandes Opções do Plano para assumir os encargos plurianuais que se pretendem, verifica-se que a autorização genérica prévia concedida para a assunção de compromissos plurianuais tomada na sessão da Assembleia Municipal de 29 de dezembro de 2016 não se pode aplicar a este processo.

A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos ao P.A. n.º 15/2016-AP/DISU - Serviços de Recolha e Transporte de Resíduos Sólidos Urbanos produzidos no concelho da Marinha Grande para o período de 54 meses, na componente da revisão de preços, até aos valores máximos constantes no quadro seguinte, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 07/09/2017.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 23

	Plurianualidade Aprovada	Reforço	Nova Plurianualidade
2018	420.000,00 €	5.000,00 €	425.000,00 €
2019	425.000,00 €	5.000,00 €	430.000,00 €
2020	429.000,00 €	6.000,00 €	435.000,00 €
2021	65.000,00 €	2.500,00 €	67.500,00 €

A presente deliberação apenas produz efeitos desde que aprovada a 3.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2017, podendo posteriormente ser tomada a deliberação na Sessão da Assembleia Municipal relativa ao assunto em epígrafe.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

63 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ESTERILIZAÇÃO DOS ANIMAIS ALOJADOS NO CENTRO DE RECOLHA OFICIAL DA MARINHA GRANDE PARA O PERÍODO DE 01/10/2017 A 30/09/2018 - PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO

848 - Nos termos do disposto no art.º 22º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, a autorização de despesas que deem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando que, nos termos da informação n.º I/1291/2017, datada de 7 de julho de 2017 da Divisão de Administração e Modernização, se pretende à abertura de procedimento de concurso público para **Prestação de Serviços de Esterilização dos animais alojados no**

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
07/09/2017.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 23

Centro de Recolha Oficial da Marinha Grande para o período de 01/10/2017 a 30/09/2018, com um valor global de encargos de cerca de 32.484,00 euros, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, o que perfaz o montante de 39.955,32 euros.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que se aplica ao procedimento que se pretende iniciar.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, adiante designada por LCPA, determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

Considerando que a despesa a incorrer é suportada por dotação na classificação orgânica/económica 03/020220 e ação do Plano de Atividades Municipais 2017/A/124, com a designação “Prestação de Serviços de Esterilização de Canídeos e Gatídeos”, e que aquando da aprovação dos Documentos Previsionais para o ano de 2017, foi inscrita a dotação de 10.000 euros para o ano de 2018 e com a aprovação da 2.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2017 foi efetuado um reforço para uma dotação total corrigida de 25.000 euros, nesse mesmo ano.

Considerando que o procedimento de contratação pública para a **Prestação de Serviços de Esterilização dos animais alojados no Centro de Recolha Oficial da Marinha Grande para o período de 01/10/2017 a 30/09/2018**, não ultrapassa o valor que determina a fiscalização prévia pelo Tribunal de Contas.

Considerando que o Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho, que aprova as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, alterado pelas Leis n.º 64/2012, de 20 de dezembro, 66-B/2012, de 31 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 99/2015 de 2 de junho, preceitua no seu art.º 12.º que:

“(…) 1 - Para efeitos de aplicação da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais ou a sua reprogramação pelo órgão deliberativo competente pode ser conferida aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.

2 – Excetuam-se do disposto no número anterior os casos em que a reprogramação dos compromissos plurianuais implique aumento da despesa (...)”.

Considerando que na sessão da Assembleia Municipal de 29/12/2016 foi concedida autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos aos encargos decorrentes da adjudicação e ou da execução de contratos administrativos de empreitadas de obras públicas, até ao limite do valor que determina a sua sujeição a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, fixado pelo n.º 1 do art.º 130º da Lei do

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 07/09/2017.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 23

Orçamento de Estado de 2017 em 350.000 euros, e desde que exista dotação suficiente nas Grandes Opções do Plano nos anos em que se pretendem assumir os encargos plurianuais.

Considerando que o presente procedimento, não ultrapassa o valor que determina a fiscalização prévia pelo Tribunal de Contas, que a dotação corrigida existente nas Grandes Opções do Plano é suficiente para assumir os encargos plurianuais que se pretendem, mas que a autorização genérica prévia concedida para a assunção de compromissos plurianuais tomada na sessão da Assembleia Municipal de 29 de dezembro de 2016 não se aplica a este procedimento, pelo facto da dotação inicial ser inferior ao valor do contrato que agora de pretende celebrar.

A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos à Prestação de Serviços de Esterilização dos animais alojados no Centro de Recolha Oficial da Marinha Grande para o período de 01/10/2017 a 30/09/2018, até ao valor máximo de 24.961,62 euros (vinte e quatro mil, novecentos e sessenta e um euros e sessenta e dois cêntimos) para o ano de 2018, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

64 - P.A. N.º 27/2016-AP/DCD - CONFEÇÃO E FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, FORNECIMENTO DE LANCHES E TRANSPORTE DE REFEIÇÕES, PARA O ANO LECTIVO 2016/2017. APROVAÇÃO DE SERVIÇOS A MENOS E LIBERAÇÃO DA CAUÇÃO.

849 - No âmbito do P.A. n.º 27/2016-AP/DCD – Confeção e fornecimento de alimentação escolar, fornecimento de lanches e transporte de refeições, para o ano lectivo 2016/2017, o adjudicatário UNISELF – Sociedade de Restaurantes Públicos e Privados, S.A. NIPC 501 323 325, prestou caução mediante apólice de seguro nº 0080.10.005076 da AGEAS PORTUGAL - COMPANHIA DE SEGUROS, S.A., no valor de 14.448,14 euros (catorze mil, quatrocentos e quarenta e oito euros e catorze cêntimos).

Considerando que a DCD - Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, através de email datado de 31 de agosto de 2017, informou que não existe qualquer impedimento na liberação integral da caução prestada no âmbito do presente processo e que não existindo serviços por faturar se afere que se encontra concluída a execução física do contrato.

A Câmara Municipal, depois de analisado o processo, delibera:

- proceder à aprovação de serviços a menos do P.A. n.º 27/2016-AP/DCD com o objecto de *“Confeção e fornecimento de alimentação escolar, fornecimento de lanches e transporte de refeições, para o ano lectivo 2016/2017”*, no montante de 34.654,13 euros, com IVA incluído à taxa legal em vigor, de acordo com o artigo 379.º, n.º 1 aplicável por remissão do artigo 454.º, n.º 6, ambos do Código dos Contratos Públicos.
- autorizar a liberação da caução prestada pelo co contratante UNISELF – Sociedade de Restaurantes Públicos e Privados, S.A. NIPC 501 323 325 no âmbito do P.A. N.º 27/2016-AP/DCD, no valor de 14.448,14 euros (catorze mil, quatrocentos e quarenta e oito euros e catorze cêntimos), de acordo com o artigo 295.º do Código dos Contratos Públicos.

Mais delibera que a liberação da caução seja comunicada à AGEAS PORTUGAL - COMPANHIA DE SEGUROS, S.A e dessa comunicação seja dado conhecimento ao co contratante.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

65 - P.A. N.º 34/2016-AP/DCD - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO, ACOMPANHAMENTO E DINAMIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO, SOCIOEDUCATIVAS E SOCIOCULTURAIS NAS ESCOLAS DO ENSINO PRÉ-ESCOLAR DO CONCELHO, E APOIO E MONITORIZAÇÃO DE CANTINAS ESCOLARES E REFEIÇÕES NO ANO LETIVO DE 2016/2017. APROVAÇÃO DE SERVIÇOS A MENOS E LIBERAÇÃO DA CAUÇÃO.

850 - No âmbito do P.A. n.º 34/2016-AP/DCD – Prestação de serviços de apoio, acompanhamento e dinamização de atividades de animação, socioeducativas e socioculturais nas escolas do ensino pré-escolar do concelho, e apoio e monitorização de cantinas escolares e refeições no ano letivo de 2016/2017, o adjudicatário JOGO DO RATO - ACTIVIDADES FORMATIVAS E EDUCACIONAIS, LDA (NIPC 503 862 550), prestou caução mediante garantia bancária Noo401222, do NOVO BANCO, S.A., datada de 08/09/2016, no valor de 11.131,07 euros (onze mil, cento e trinta e um euros e sete cêntimos).

Considerando que a DCD - Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, através de email datado de 31 de agosto de 2017, informou que não existe qualquer impedimento na liberação integral da caução prestada no âmbito do presente processo e que não existindo serviços por faturar se afere que se encontra concluída a execução física do contrato.

A Câmara Municipal, depois de analisado o processo, delibera:

- proceder à aprovação de serviços a menos do P.A. n.º 34/2016-AP/DCD com o objecto de *“Prestação de serviços de apoio, acompanhamento e dinamização de*

atividades de animação, socioeducativas e socioculturais nas escolas do ensino pré-escolar do concelho, e apoio e monitorização de cantinas escolares e refeições no ano letivo de 2016/2017”, no montante de 36.570,82 euros, com IVA incluído à taxa legal em vigor, de acordo com o artigo 379.º, n.º 1 aplicável por remissão do artigo 454.º, n.º 6, ambos do Código dos Contratos Públicos.

- autorizar a liberação da caução prestada pelo co contratante JOGO DO RATO - ACTIVIDADES FORMATIVAS E EDUCACIONAIS, LDA no âmbito do P.A. N.º 34/2016-AP/DCD, no valor de 11.131,07 euros (onze mil, cento e trinta e um euros e sete cêntimos), de acordo com o artigo 295.º do Código dos Contratos Públicos.

Mais delibera que a liberação da caução seja comunicada NOVO BANCO, S.A. e dessa comunicação seja dado conhecimento ao co contratante.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

66 - COMUNICAÇÃO DA CELEBRAÇÃO OU RENOVAÇÃO DE CONTRATOS DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO ARTIGO 49.º, N.ºS 4 E 12, DA LEI DO ORÇAMENTO DO ESTADO PARA O ANO DE 2017.

851 - Considerando que nos termos do artigo 49.º, n.º 4, da Lei n.º 42/2016 de 28 de dezembro, que aprova o Orçamento do Estado para o ano de 2017, é preceituado que “(...)A celebração ou renovação de contrato de aquisição de serviços é obrigatoriamente comunicada, no prazo de 30 dias contados da assinatura do contrato, ao membro do Governo responsável pela área das finanças, em termos a fixar por portaria deste(...)” e que nos termos n.º 12 da mesma disposição legal é referido que “(...)Nas autarquias locais e nas entidades do setor empresarial local, a comunicação prevista no n.º 4 é feita ao órgão executivo(...)”.

Considerando a relação dos contratos de prestação de serviços celebrados até 31/08/2017.

A Câmara Municipal delibera, em cumprimento do preceituado nos n.ºs 4 e 12 do artigo 49.º da LOE de 2017, tomar conhecimento da relação dos contratos de prestação de serviços celebrados até 31/08/2017, conforme lista em anexo.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

67 - “TRANSPORTES ESCOLARES E DE INTERESSE MUNICIPAL E RELEVANTE NO ÂMBITO DE PROJETOS EDUCATIVOS, CULTURAIS, SOCIAIS E DESPORTIVOS APOIADOS PELO MUNICÍPIO - ANO 2018”. ABERTURA DE PROCEDIMENTO.

O Sr. Presidente não esteve presente por ter comunicado o seu impedimento, nos termos do previsto no artigo 69.º, n.º 1, alínea a) do Código do Procedimento Administrativo, uma vez que é o Presidente do Conselho de Administração da TUMG – Transportes Urbanos da Marinha Grande E.M. Unipessoal, S.A..

Declarado o impedimento, nos termos do artigo 70.º, n.º 4, do mencionado Código, o Sr. Presidente foi substituído pela Sr.ª Vice-Presidente.

852 - Presentes as informações I/1997/2017 e I/2473/2017, da DCD - Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, na qual se manifesta a necessidade da contratualização dos *“Transportes escolares e de Interesse Municipal e Relevante no Âmbito de Projetos Educativos, Culturais, Sociais e Desportivos Apoiados pelo Município - Ano 2018”*.

Considerando que a contratação do serviço à empresa municipal TUMG-TRANSPORTES URBANOS DA MARINHA GRANDE, E.M. UNIPessoal S.A. não carece de procedimento para a formação de contratos por se tratar de contratação excluída, nos termos do disposto no artigo 5.º, n.º 2 do Código dos Contratos Públicos, que preceitua que:

“(...)a parte II do presente Código não é aplicável à formação de contratos, independentemente do seu objecto, a celebrar por entidades adjudicantes com uma outra entidade, desde que:

- a) A entidade adjudicante exerça sobre a actividade desta, isoladamente ou em conjunto com outras entidades adjudicantes, um controlo análogo ao que exerce sobre os seus próprios serviços.*
- b) Esta entidade desenvolva o essencial da sua actividade em benefício de uma ou várias entidades adjudicantes que exerçam sobre ela o controlo análogo referido na alínea anterior (...).”*

Considerando que, face ao exposto, pode efetuar-se a contratualização da aquisição de serviços diretamente junto da empresa municipal TUMG-TRANSPORTES URBANOS DA MARINHA GRANDE, E.M. UNIPessoal S.A. por reunir cumulativamente os seguintes requisitos:

- O Município exerce sobre a empresa municipal o mesmo tipo de controlo que exerce sobre os seus serviços e no caso em apreço acresce ainda que o Município da Marinha Grande detém 100% do capital social da mesma.
- A empresa municipal TUMG-TRANSPORTES URBANOS DA MARINHA GRANDE, E.M. UNIPessoal S.A. realiza a maior parte dos seus serviços com o Município.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2017 a dotação para a assunção de despesa no ano de 2018 para a contratação dos *“Transportes escolares e de Interesse Municipal e Relevante no Âmbito de Projetos Educativos, Culturais, Sociais e Desportivos Apoiados pelo Município - Ano 2018”*, na classificação orgânica/económica 0103/020210, ação do PAM 2015/A/215, sendo o preço máximo que a

entidade adjudicante se dispõe a pagar, pela execução de todas as prestações de serviços objeto do contrato a celebrar, de 248.657,88 euros, acrescidos de IVA à taxa de 6%.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação actual, determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais, e que a Assembleia Municipal, na sua sessão 29/12/2016, deliberou conceder autorização genérica prévia favorável para a assunção de compromissos plurianuais, em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA e no art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho, nos termos constantes da deliberação anexa ao processo.

Assim, a Câmara Municipal, concordando com a proposta dos serviços, de acordo com o artigo 18º, n.º 1, alínea b), do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de Junho, o artigo 33º, n.º 1, alínea f) e dd) da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, na sua redação atual, e de acordo com o artigo 5.º, n.º 2 do Código dos Contratos Públicos, delibera:

- Autorizar a realização da despesa subjacente ao contrato até ao limite de 248.657,88 euros, acrescidos de IVA à taxa de 6%;
- Tomar a decisão de contratar com vista à satisfação das necessidades identificadas;
- Excluir a celebração do contrato dos *“Transportes escolares e de Interesse Municipal e Relevante no Âmbito de Projetos Educativos, Culturais, Sociais e Desportivos Apoiados pelo Município - Ano 2018”* de procedimento para a formação de contratos, nos termos do artigo 5.º, n.º 2 do Código dos Contratos Públicos.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

68 - PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO: ACESSO AO REFEITÓRIO DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS MARINHA GRANDE POENTE – ANO LETIVO 2017/2018

853 - Considerando que se mantém em funcionamento a Escola Básica do 1.º ciclo Guilherme Stephens, nas instalações do Agrupamento de Escolas da Marinha Grande Poente, a funcionar na Escola Básica 2/3 Guilherme Stephens e a que se pretende continuar a aproximar a cantina escolar aos locais onde são desenvolvidas as aulas;

Considerando que os alunos da Escola Básica do 1.º ciclo Guilherme Stephens, para se deslocarem ao refeitório não necessitam de sair para o exterior da escola, garantindo a segurança dos alunos, evitando-se o recurso a transportes escolares e consequente acréscimo de custos;

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
07/09/2017.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 23

Considerando que desde o ano letivo de 2015/2016, foi melhorado o serviço de alimentação escolar prestado na Cantina de Casal de Malta, com um índice de fornecimento de refeições elevado, passando a ser utilizada uma das Cantinas do Agrupamento Marinha Grande Poente para as refeições dos alunos do jardim-de-infância e do 1.º ciclo do ensino básico da escola da Amieirinha, cujas escolas também não possuem cantinas de gestão municipal.

Considerando que o Agrupamento de Escolas da Marinha Grande Poente possui refeitórios escolares com capacidade para fornecer a totalidade das refeições escolares a estes alunos;

Considerando que o fornecimento de refeições nos refeitórios do Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente é realizado através de uma empresa externa contratada pela DGEstE (Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares), e que por esse motivo o Município da Marinha Grande pretende estabelecer um protocolo com o Agrupamento para fornecimento das refeições aos alunos acima referidos.

Considerando que é competência do Município nos termos da alínea hh), do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, assegurar o fornecimento de refeições escolares;

Considerando que a administração central e as autarquias locais podem estabelecer entre si formas adequadas de parceria para melhor prossecução do interesse público, de acordo com a alínea r) artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

A Câmara delibera de acordo com a competência prevista na alínea hh) do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar o Protocolo de colaboração a celebrar entre o Município da Marinha Grande e o Agrupamento de Escolas da Marinha Grande Poente, que se anexa.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

69 - PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO: ACESSO AO REFEITÓRIO DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS MARINHA GRANDE NASCENTE – SETEMBRO DE 2017 A JANEIRO DE 2018

854 - Considerando a crescente insatisfação por parte dos pais e professores relativas às condições de funcionamento da Cantina de Picassinos, e à manifesta impossibilidade de prestação deste serviço nas cantinas de gestão municipal por falta de espaço e capacidade de resposta.

Considerando que se pretende implementar o serviço de confeção e fornecimento de alimentação escolar aos alunos do 1.º ciclo do ensino básico das escolas do ensino básico de Albergaria e Picassinos e Jardim de Infância da Pedrulheira com qualidade e segurança à semelhança do que acontece com algumas escolas e JI do Agrupamento Marinha Grande Poente.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 07/09/2017.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 23

Considerando que Agrupamento de Escolas Marinha Grande Nascente possui refeitórios escolares com capacidade para fornecer a totalidade das refeições escolares a estes alunos;

Considerando a autorização da DGEsTE, com o registo de entrada E/6261/2017 de 30 de junho de 2017 para que as refeições passem a ser fornecidas no refeitório da Escola Básica Prof. Nery Capucho, ao preço de custo.

Considerando que há viabilidade de alteração dos horários dos transportes escolares para assegurar o transporte destes alunos sem aumento de custos com os meios já contratados.

Considerando que esta é uma necessidade recentemente identificada, a previsão de verbas em PAM, o limite da autorização concedida pela Assembleia Municipal para assunção de compromissos financeiros para 2018 e a inexistência da totalidade da verba necessária para garantir o serviço até final do ano letivo, pretende-se, para já, garantir a confeção e fornecimento de refeições no período de setembro de 2017 a janeiro de 2018.

Considerando que é competência do Município nos termos da alínea hh), do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, assegurar o fornecimento de refeições escolares;

Considerando que a administração central e as autarquias locais podem estabelecer entre si formas adequadas de parceria para melhor prossecução do interesse público, de acordo com a alínea r) artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

A Câmara delibera de acordo com a competência prevista na alínea hh) do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar o Protocolo de colaboração a celebrar entre o Município da Marinha Grande e o Agrupamento de Escolas da Marinha Grande Nascente, que se anexa.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

70 - DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2016 – RETIFICAÇÃO DO VALOR DO ENDIVIDAMENTO REPORTADO A 31.12.2016

855 - Presente informação n.º 33SB/2017 de 22.08.2017 da Área de Finanças, na qual se expõe a necessidade de se proceder à retificação do valor da dívida total do Município da Marinha Grande reportada a 31 de dezembro de 2016, atenta a aprovação das contas das entidades CIMRL, ADAE e Enerdura e atenta a necessidade de retificação do valor dos empréstimos excecionados nos termos do n.º5 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, na sua redação atual.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
07/09/2017.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 23

Considerando que as contas da Câmara Municipal da Marinha Grande foram aprovadas em reunião de câmara de 20 de abril de 2017 e apreciadas em sessão da Assembleia Municipal de 28 de abril de 2017.

Considerando que nos Documentos de Prestação de Contas de 2016 do Município da Marinha Grande foi incluído um capítulo (capítulo 3) referente ao endividamento municipal.

Considerando que na data de encerramento das contas do ano de 2016 do Município da Marinha Grande, as associações de municípios em que a autarquia participa, a saber CIMRL, ADAE e Enerdura, não possuíam as suas contas encerradas pelo que aquando do cálculo da sua contribuição para a dívida bruta municipal foram considerados os elementos provisórios remetidos por estas entidades à autarquia no início do ano de 2017, cujos dados reportavam a 31 de dezembro de 2016.

Considerando que nesta data as associações já possuem as suas contas aprovadas.

Considerando que após consulta dos dados da Prestação de Contas de 2016 do Município da Marinha Grande no SIIAL (anexo I), se verifica a necessidade de retificação do valor dos empréstimos considerados como excecionados nos termos do n.º 5 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, na sua redação atual, atentos esclarecimentos prestados pela DGAL.

A Câmara Municipal, após análise do exposto, e no cumprimento da alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, delibera aprovar a retificação ao valor da dívida total municipal reportada a 31 de dezembro de 2016, constante dos Documentos de Prestação de Contas de 2016, para o montante de 1.457.210 euros e aprovar a nova redação das folhas 125 a 129 constantes dos Documentos de Prestação de Contas de 2016 relativas ao capítulo 3 e que se encontram anexas à presente deliberação (anexo II).

Mais delibera submeter a presente deliberação à apreciação e votação da Assembleia Municipal para cumprimento do preceituado na alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º do mesmo diploma.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

71 - CUMPRIMENTO DO PRECEITUADO NA ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ART.º 15.º DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI N.º 22/2015 DE 17 DE MARÇO – ADENDA À DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTOS EM ATRASO EXISTENTES A 31 DE DEZEMBRO DE 2016 REFERENTES A RECEITAS FISCAIS, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA B) DO N.º 1 DO ART.º 15.º DO MESMO DIPLOMA – RECEITAS FISCAIS

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 07/09/2017.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 23

856 - Presente informação 34SB/2017 de 30 de agosto da Divisão de Tecnologias e Informação, Área de Finanças, a informar que nos termos do preceituado no n.º 4 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na sua redação atual, foi publicado pela Autoridade Tributária e Aduaneira o valor dos recebimentos em atraso existentes a 31 de dezembro de 2016 referente a receitas fiscais.

Considerando que nos termos do preceituado na alínea c) do n.º 2 do art.º 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual, deve ser apresentada à Câmara Municipal e à Assembleia Municipal, até 31.01.2017, declaração dos pagamentos e recebimentos em atraso existentes a 31 de dezembro de 2016, nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 do art.º 15.º do mesmo diploma.

Considerando que à data da deliberação camarária de 31 de janeiro de 2017 a Autoridade Tributária e Aduaneira não tinha publicado o valor dos recebimentos em atraso existentes a 31 de dezembro de 2016, referentes a receitas fiscais, de forma a dar cumprimento ao enunciado na legislação supra.

Considerando a divulgação efetuada pela Autoridade Tributária e Aduaneira, no início do mês de agosto de 2017, foi emitida adenda à Declaração do Sr. Presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande de 30 de agosto de 2017, conforme documento anexo.

A Câmara Municipal, após análise da documentação, delibera tomar conhecimento da adenda à declaração de recebimentos em atraso existentes à data de 31 de dezembro de 2016 e que respeita ao aditamento dos recebimentos em atraso provenientes de receitas fiscais.

Mais delibera submetê-los à apreciação da Assembleia Municipal, para cumprimento do preceituado na alínea c), do n.º 2, do artigo n.º 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual e em cumprimento do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

72 - AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS ATENTO PRECEITUADO NO ARTIGO 12.º DO DECRETO-LEI N.º 127/2012 DE 21 DE JUNHO – INFORMAÇÃO DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS PELA CÂMARA MUNICIPAL, AO ABRIGO DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA, NO PERÍODO DE 1 DE JANEIRO A 31 DE AGOSTO DE 2017

857 - Considerando que a Câmara Municipal em reunião de 22/12/2016, deliberou, de acordo com o artigo 32º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, para os efeitos do artigo 12º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21

de junho, e do artigo 24º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais propor à Assembleia Municipal:

A) A emissão de autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos:

- 1) À reprogramação da execução física e financeira de contratos administrativos já celebrados, desde que a alteração do plano de trabalhos tenha sido aprovado pelo órgão competente, independentemente do valor;
- 2) Aos encargos decorrentes da adjudicação de contratos administrativos de empreitada de obras públicas, de aquisição de bens e de aquisição de serviços, até ao limite do valor que determina a sujeição desses contratos a fiscalização prévia do Tribunal de Contas;
- 3) À aprovação de revisão de preços ou atualização de contratos já celebrados, desde que resultante de disposições legais e/ou de previsões previamente incluídas no próprio contrato;
- 4) À atribuição de benefícios públicos, desde que decorram da aplicação do Regulamento de incentivo à natalidade e apoio à família no concelho da Marinha Grande;

B) Em qualquer dos casos previstos na alínea A), deve estar previamente assegurada a inclusão das verbas respetivas nas Grandes Opções do Plano nos anos em referência.

C) Em qualquer dos casos previstos na alínea A), deve estar assegurado o cumprimento de todas as disposições legais em matéria de realização de despesas públicas, designadamente em matéria de conformidade com as exigências decorrentes da existência de fundos disponíveis para o efeito.

D) Todas as situações abrangidas pela presente autorização genérica devem ser remetidas para conhecimento da Assembleia Municipal.

E) O disposto nas alíneas anteriores vigora no ano económico de 2017.

Considerando que, na sessão ordinária de 29/12/2016, a Assembleia Municipal da Marinha Grande deliberou, por unanimidade, nos termos do artº 12º do Decreto-lei 127/2012, de 21 de junho e do artigo 24º do RJAL - Regime Jurídico das Autarquias Locais, conceder autorização genérica prévia para assunção de compromissos plurianuais para o ano económico de 2017.

Presente informação CS/08/2017 de 31.08.2017, e documentos anexos, referente aos compromissos plurianuais assumidos pela Câmara Municipal da Marinha Grande no período de 1 de janeiro a 31 de agosto de 2017, que foram objeto de autorização prévia genérica pela Assembleia Municipal, na sua sessão de 29/12/2016.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
07/09/2017.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 23

Atenta a informação prestada a Câmara Municipal delibera tomar conhecimento do seu teor e remeter a mesma à Assembleia Municipal, conforme preceituado no ponto D) da deliberação de autorização genérica prévia concedida por este órgão deliberativo na sua sessão de 29.12.2016.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

73 - ATUALIZAÇÃO ANUAL DE RENDAS SOB O REGIME DE ARRENDAMENTO APOIADO PARA ENTRADA EM VIGOR A PARTIR DE NOVEMBRO DE 2017

858 - Presente informação n.º 2435/2017 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento – DCD- datada de 29 de agosto, referente à atualização bianual das rendas de habitação social, localizadas na Rua Júlio Braga Barros, designadamente no Bloco 1 – R/ch Esqº e 2º C.

Considerando que a Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro na sua redação atual estabelece o novo regime do arrendamento apoiado para habitação e revoga a Lei n.º 21/2009, de 20 de maio e os Decretos-Leis n.º 608/73, de 14 de novembro e 166/93, de 7 de maio;

Considerando que a referida Lei, entrou em vigor a 1 de março de 2015;

Considerando que o valor das rendas em regime do arrendamento apoiado é determinado pela aplicação de uma taxa de esforço ao rendimento mensal corrigido do agregado familiar, sendo a taxa de esforço (T) o valor arredondado à milésima, que resulta da seguinte fórmula:

$T = 0,067 \times (RMC/I.A.S.)$ em que:

T= taxa de esforço

RMC = Rendimento Mensal Corrigido do Agregado Familiar

I.A.S. = indexante dos Apoios Sociais (421,32€)

Considerando que nos termos do artigo 3.º da Lei n.º 81/2014 de 19 de dezembro, na sua redação atual, são apresentadas as definições/ponderações, a ter em conta para o cálculo do valor da renda;

Considerando que a renda mensal não pode exceder o duodécimo do produto resultante da aplicação da taxa das rendas condicionadas ao valor patrimonial tributário do fogo, conforme determina o n.º 3 do artigo 1 da referida Lei;

Considerando ainda que nos termos do n.º 2 do artigo 22.º desta Lei, a renda máxima em regime de arrendamento apoiado é a renda máxima aplicável aos contratos de arrendamento para fim habitacional em regime de renda condicionada;

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 07/09/2017.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 23

Considerando que no seu artigo 23º estabelece a forma de atualização e revisão da renda;

Considerando que em 28 de maio de 2015, foi aprovado em reunião de câmara, por unanimidade, a atualização bianual das rendas dos bairros sociais;

Considerando, por fim, os cálculos que se encontram demonstrados nas fichas de atualização de renda e que têm por base os documentos facultados pelos inquilinos.

A Câmara analisou a referida informação e delibera no uso de competência prevista na alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugada com o artigo 23.º da Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº32/2016, de 24 de agosto, proceder à atualização anual das rendas, sendo os valores a aplicar, os constantes nos quadros seguintes:

MORADOR	FOGO	DATA CONTRATO	RENTA/15	RENTA/17
Catarina Solange Soares	2.º C	2014/08/16	4.55€	8.06€

MORADOR	FOGO	DATA CONTRATO	RENTA/15	RENTA/17
Celeste Botas Pereira	R/ch Esqº	01/01/2010	8.94€	31.66€

Mais delibera, que os valores das rendas acima descritas entrem em vigor no 1.º dia útil de novembro de 2017.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

74 - ATUALIZAÇÃO BIANUAL DE RENDAS SOB O REGIME DE ARRENDAMENTO APOIADO PARA ENTRADA EM VIGOR A PARTIR DE NOVEMBRO DE 2017

859 - Presente informação n.º 2446/2017 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento – DCD- datada 31 de agosto, referente à atualização bianual das rendas de habitação social, localizadas na Avenida da Liberdade, Rua Professor Melo Vieira, Rua Adriano Marques Nobre e Rua António Lopes.

Considerando que a Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro na sua redação atual estabelece o novo regime do arrendamento apoiado para habitação e revoga a Lei n.º 21/2009, de 20 de maio e os Decretos-Leis n.º 608/73, de 14 de novembro e 166/93, de 7 de maio;

Considerando que a referida Lei, entrou em vigor a 1 de março de 2015;

Considerando que o valor das rendas em regime do arrendamento apoiado é determinado pela aplicação de uma taxa de esforço ao rendimento mensal corrigido do agregado familiar, sendo a taxa de esforço (T) o valor arredondado à milésima, que resulta da seguinte fórmula:

$T = 0,067 \times (RMC / I.A.S.)$ em que:

T = taxa de esforço

RMC = Rendimento Mensal Corrigido do Agregado Familiar

I.A.S. = Indexante dos Apoios Sociais (421,32€)

Considerando que nos termos do artigo 3.º da Lei n.º 81/2014 de 19 de dezembro, na sua redação atual, são apresentadas as definições/ponderações, a ter em conta para o cálculo do valor da renda;

Considerando que a renda mensal não pode exceder o duodécimo do produto resultante da aplicação da taxa das rendas condicionadas ao valor patrimonial tributário do fogo, conforme determina o n.º 3 do artigo 1 da referida Lei;

Considerando ainda que nos termos do n.º 2 do artigo 22.º desta Lei, a renda máxima em regime de arrendamento apoiado é a renda máxima aplicável aos contratos de arrendamento para fim habitacional em regime de renda condicionada;

Considerando que no seu artigo 23.º estabelece a forma de atualização e revisão da renda;

Considerando que em 28 de maio de 2015, foi aprovado em reunião de câmara, por unanimidade, a atualização bianual das rendas dos bairros sociais;

Considerando, por fim, os cálculos que se encontram demonstrados nas fichas de atualização de renda e que têm por base os documentos facultados pelos inquilinos.

A Câmara analisou a referida informação e delibera no uso de competência prevista na alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugada com o artigo 23.º da Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº32/2016, de 24 de agosto, proceder à atualização anual das rendas, sendo os valores a aplicar, os constantes nos quadros seguintes:

A PARTIR DE NOVEMBRO DE 2017:

Avenida da Liberdade – Bloco L

MORADOR	FOGO	DATA CONTRATO	RENTA/15	RENTA/17
Lucinda de Jesus Rosa	R/C ESQ.º	03/10/2014	15,89€	19,77€

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 07/09/2017.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 23

Rua Professor Melo Vieira – Bloco 5

MORADOR	FOGO	DATA CONTRATO	RENTA/15	RENTA/17
Genoveva Rosa Glória	R/C DTO	16/10/2012	29,69€	36,19€

Rua Adriano M. Nobre

MORADOR	FOGO	DATA CONTRATO	RENTA/15	RENTA/17
Graça Maria Guarda Nascimento	12	04/11/2004	8,92€	46,44€
Rui Ferreira Martins da Silva	45	04/11/2004	92,14€	92,14€
Arminda de Jesus Coutinho Dinis	51	04/11/2014	49,84€	21,01€
M.ª Ascensão Bastos Carmo	76	04/11/2004	42,41€	42,88€
Maria Adelina Alves Veiga	85	04/11/2004	4,19€	46,32€
Lina Alexandra Bessa Pereira	97	04/11/2017	92,70€	84,43€

Rua António Lopes

MORADOR	FOGO	DATA CONTRATO	RENTA/15	RENTA/17
Pedro Manuel Santos Carmo	29	04/11/2004	18,42€	54,66€
Licinia Gomes Cruz	52	04/11/2004	10,30€	9,68€
Maria da Conceição Alvalá	78	21/10/2004	9,99€	5,50€
Amílcar Manuel Matos Saraiva	99	02/01/2007	22,96€	23,23€

Mais delibera, que os valores das rendas acima descritas entrem em vigor no 1.º dia útil de novembro de 2017.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

75 - TRANSMISSÃO DO DIREITO DO ARRENDAMENTO DA HABITAÇÃO SITA NA RUA ANTÓNIO LOPES N.º 81, CAMARNAL, A FAVOR DE DEOLINDA EDUARDO AMARAL FERNANDES, POR MORTE DO TITULAR DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO – RAUL FERNANDES.

860 - Presente informação n.º 2445 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento – D.C.D.- datada de 30 de agosto de 2017, a propor a transmissão do direito de arrendamento da habitação mencionada em epígrafe, para o cônjuge que residia com o primitivo arrendatário.

Considerando que Raul Fernandes, arrendatário do Município da Marinha Grande, era casado em regime de comunhão de adquiridos com Deolinda Eduardo Amaral Fernandes;

Considerando que o mesmo faleceu, no passado dia 12 de julho do corrente ano, conforme documento comprovativo, em anexo.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 07/09/2017.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 23

Considerando que nos termos do n.º 3 do art.º 23.º do Regulamento Municipal de Atribuição e de Utilização das Habitações Sociais do Município da Marinha Grande, a comunicação deve ser efetuada pelo interessado aos serviços municipais até 90 dias sobre a data do óbito.

Considerando que nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 1106.º do Código Civil, o arrendamento para habitação não caduca por morte do arrendatário, quando lhe sobreviva cônjuge com residência no locado;

Considerando a alínea a) do n.º 1 do art.º 23.º do Regulamento Municipal de Atribuição e de Utilização das Habitações Sociais do Município da Marinha Grande, em vigor que determina que: a posição do arrendatário é transmitida nos casos de morte para cônjuge com residência no locado;

A Câmara analisou a referida informação e, delibera no uso de competência prevista na alínea ee) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com a alínea a) do n.º 1 do art.º 23.º do Regulamento Municipal de Atribuição e de Utilização das Habitações Sociais do Município da Marinha Grande em vigor, transmitir o direito de arrendamento para o nome do cônjuge sobrevivente - Deolinda Eduardo Amaral Fernandes.

Mais delibera que, os recibos de renda mensal passem a ser emitidos em nome de Deolinda Eduardo Amaral Fernandes, contribuinte fiscal número 153668788.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

76 - APRECIÇÃO DE CANDIDATURAS APRESENTADAS NO 2º TRIMESTRE DE 2017 e DE CANDIDATURAS APRESENTADAS NO 1º TRIMESTRE DE 2017, SUJEITAS A PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS, RELATIVAS AO INCENTIVO À NATALIDADE E APOIO À FAMÍLIA NO CONCELHO DA MARINHA GRANDE

861 - Presente informação n.º 1/2429/2017 datada de 28 de agosto de 2017 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, dando conta da apreciação de 23 (vinte e três) processos de candidatura no âmbito do Programa de Incentivo à Natalidade e Apoio à família no concelho da Marinha Grande, que deram entrada no 2º Trimestre de 2017, e ainda de 3 (três) processos de candidatura que deram entrada no 1º trimestre de 2017 (aos quais foi solicitado aos requerentes o suprimento de deficiências da candidatura, de acordo com o preceituado no n.º 1 e no n.º 2 do artigo 108º do Código do Procedimento Administrativo publicado em 7 de Janeiro de 2015), conforme estabelece o regulamento de Incentivo à Natalidade e Apoio à Família, aprovado na reunião de Câmara Municipal de 16 de abril de 2014, e em sessão da Assembleia Municipal datada de 30 de abril de 2014.

1. Considerando que dos 23 (vinte e três) processos que deram entrada no 2º trimestre de 2017 ao abrigo da alínea a) ou b) do n. 3 do artigo 2º do citado regulamento, 22 (vinte e duas) candidaturas cumprem as condições de atribuição do incentivo consagradas nas alíneas a) a f), do n. 1 do artigo 3º do regulamento de Incentivo à Natalidade e Apoio à Família no concelho da Marinha Grande, e atendendo ao definido na alínea a) ou b) do artigo 4º do regulamento mencionado, propõe-se a atribuição dos seguintes subsídios aos processos dos requerentes abaixo identificados:

	1º Progenitor (Requerente)	NIF	2º Progenitor (Requerente)	NIF	Pagamento de 1ª tranche em 2017	Pagamento de 2ª tranche em 2017
E/3559/2017	Liliana Abreu Ramusga	239976231	João Vasco Pedrosa Marques	209495545	125€	125€
E/3656/2017	João Renato Santos Duarte	226625087	Micaela Andreia Nunes Casaleiro	250645092	125€	125€
E/4037/2017	Dinis Gonçalo Carvalho Maurício	230280315	Nádia Gomes Gonçalves	244639124	125€	125€
E/4160/2017	Nuno Diogo Fortunato Moita	234090090	Élia Marisa de Jesus Cardoso	220524203	125€	125€
E/4358/2017	Albano Gaspar Alexandre	212623010	Verónica Ferreira Rodrigues	232537488	125€	125€
E/4359/2017	Magda Sofia Rosa Gomes	219641595	Emanuel Tojeira de Almeida	247869724	125€	125€
E/4519/2017	Ana Vanessa de Jesus Correia Sardinha	190045370	Nelson Alexandre Gaspar Figueiredo	21171838	125€	125€
E/4531/2017	Catarina Alexandra Santos Almeida	222285168	Nuno Miguel Tavares Barbeiro	232236895	125€	125€
E/5166/2017	Pavel Bargan	272280445	Tatiana Bargan	267867441	125€	125€
E/5477/2017	Vera Lúcia Dias Brazão	229277500	Rui Emanuel Borges Rodrigues	229251412	500€	500€
E/5567/2017	Catarina Eufémia Coelho	220136521	Ricardo Jorge Fernandes Coelho	206634560	125€	125€
E/6197/2017	Ângela Sofia Gonçalves Simões	211404870	João Ricardo Marques Mendes	210036249	500€	500€
E/7381/2017	Cátia Patrícia Rodrigues de Sousa	238124312	Francisco José Martins Ferreira	198252021	500€	500€
E/5600/2017	Susana Patrícia Pedrosa Miguel	220720754	Luís Alexandre Correia Deodato Soares	235090379	125€	125€
E/6005/2017	Vânia Micaela de Sousa Domingues	262605511	Marco António de Jesus	204562473	500€	500€
E/5739/2017	Sara Conde Pedrosa	225775867	Marco António da Silva Alves	196968496	125€	125€
E/5826/2017	Mónica Sofia Grácio da Fonte	240186800	Pedro Daniel Costa Ferreira	223764965	125€	125€
E/6433/2017	Sara Margarida Gomes Coutinho	206173768	Sandro Luís Martinez	234744529	500€	500€
E/6521/2017	Sandra Maria de Sousa Pereira	213771586	Nelson Miguel da Silva Gomes	209616571	125€	125€
E/6430/2017	Margarida Isabel Rodrigues Neto	214251730	Daniel Mendes Leal	221790063	125€	125€
E/6522/2017	Andreia Sofia Duarte Lima	223918822	Sandeep Singh	285493574	500€	500€
E/4646/2017	Nadine Luísa Ferreira Marques Duarte de Sousa	209339420	----- ---	----- ---	500€	500€

2. Dos 23 (vinte e três) processos que deram entrada no 2º trimestre de 2017 ao abrigo da alínea a) ou b) do n. 3 do artigo 2º do citado regulamento, 1 (uma) candidatura, abaixo identificada, não cumpre as condições de atribuição do incentivo consagradas nas alíneas a) a f), do n. 1 do artigo 3.º do regulamento de Incentivo à Natalidade e Apoio à Família no concelho da Marinha Grande, uma vez que o rendimento global mensal do agregado familiar excede o valor equivalente a 4 (quatro) salários mínimos nacionais (SMN's), pelo que havendo intenção de indeferimento, se propõe a realização da audiência prévia de acordo com o preceituado no nº 1 e no nº 2 do artigo 121º do Código do Procedimento Administrativo publicado em 7 de janeiro de 2015:

Processo com o registo de entrada	1º Progenitor (Requerente)	NIF	2º Progenitor (Requerente)	NIF
E/6426/2017	Daniela Filipa Rebola Montijo Franco de Sousa	228615410	João Miguel Foral Pedroso Rodrigues	234631465

3. Dos 3 (três) processos que deram entrada no 1º trimestre de 2017, ao abrigo da alínea a) do n. 3 do artigo 2º do citado regulamento, aos quais foi solicitado aos requerentes o suprimento de deficiências da candidatura, de acordo com o preceituado no n. 1 e no n. 2 do artigo 108º do Código do Procedimento Administrativo publicado em 7 de Janeiro de 2015, em 2 (dois) processos abaixo identificados, foi efetuado o suprimento das deficiências do processo pelos requerentes, mas as candidaturas não cumprem as condições de atribuição do incentivo, consagradas na alínea f) do artigo 3º do regulamento de Incentivo à Natalidade e Apoio à Família no concelho da Marinha Grande, uma vez que o rendimento global mensal do agregado familiar excede o valor equivalente a 4 (quatro) salários mínimos nacionais (SMN's), pelo que havendo intenção de indeferimento, propõe-se a realização da audiência prévia de acordo com o preceituado no nº 1 e no nº 2 do artigo 121º do Código do Procedimento Administrativo publicado em 7 de janeiro de 2015:

Processo com o registo de entrada	1º Progenitor (Requerente)	NIF	2º Progenitor (Requerente)	NIF
E/212/2017	Patrícia Isabel dias Lourenço	233951369	Pedro José Faustino Alfaiate	209897287
E/1783/2017	Pedro Miguel de Lancastre Alves	225266784	Patrícia Carla de Carvalho Fernandes	166361526

4. Dos 3 (três) processos, que deram entrada no 1º trimestre de 2017, ao abrigo da alínea a) do n. 3 do artigo 2º do citado regulamento, aos quais foi solicitado aos requerentes o suprimento de deficiências da candidatura, de acordo com o preceituado no n. 1 e no n. 2 do artigo 108º do Código do Procedimento Administrativo publicado em 7 de Janeiro de 2015, relativamente a 1 (um) processo que deu entrada no 1º trimestre de 2017, ao abrigo da alínea a) do n. 3 do artigo 2º do citado regulamento, foi efetuado o

suprimento das deficiências do processo pelos requerentes, e a candidatura cumpre as condições de atribuição do incentivo consagradas nas alíneas a) a f), do n. 1 do artigo 3.º do regulamento de Incentivo à Natalidade e Apoio à Família no concelho da Marinha Grande, e atendendo ao definido na alínea a) ou b) do artigo 4.º do regulamento mencionado, propõe-se a atribuição do seguinte subsídio ao processo dos requerentes abaixo identificados:

Processo com o registo de entrada	1º Progenitor (Requerente)	NIF	2º Progenitor (Requerente)	NIF	Pagamento de 1ª tranche em 2017	Pagamento de 2ª tranche em 2017
E/828/2017	Liliya Paser Shymanskyj	242214363	Ruslan Shymanskyj	238031586	500€	500€

5. Deste modo e atendendo a que:

- Os processos originais a que se refere a informação se encontram na Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, com a respetiva documentação;
- A dotação financeira necessária está prevista na Ação 2014/A/75.

A Câmara Municipal analisou a presente informação e delibera, ao abrigo da alínea v) do n.º 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e de acordo com o disposto no artigo 9.º do regulamento de Incentivo à Natalidade e Apoio à Família no concelho da Marinha Grande, deferir 23 (vinte e três) candidaturas, mencionadas nesta deliberação, constantes nos documentos em anexo, e proceder ao pagamento do incentivo à natalidade ao primeiro progenitor requerente, nos processos abaixo identificados, calculado com base na alínea a) ou b) do artigo 4.º do Regulamento de Incentivo à Natalidade e Apoio à Família no Concelho da Marinha Grande, nomeadamente:

	1º Progenitor (Requerente)	NIF	2º Progenitor (Requerente)	NIF	Pagamento de 1ª tranche em 2017	Pagamento de 2ª tranche em 2017
E/3559/2017	Liliana Abreu Ramusga	239976231	João Vasco Pedrosa Marques	209495545	125€	125€
E/3656/2017	João Renato Santos Duarte	226625087	Micaela Andreia Nunes Casaleiro	250645092	125€	125€
E/4037/2017	Dinis Gonçalo Carvalho Maurício	230280315	Nádia Gomes Gonçalves	244639124	125€	125€
E/4160/2017	Nuno Diogo Fortunato Moita	234090090	Élia Marisa de Jesus Cardoso	220524203	125€	125€
E/4358/2017	Albano Gaspar Alexandre	212623010	Verónica Ferreira Rodrigues	232537488	125€	125€
E/4359/2017	Magda Sofia Rosa Gomes	219641595	Emanuel Tojeira de Almeida	247869724	125€	125€
E/4519/2017	Ana Vanessa de Jesus Correia Sardinha	190045370	Nelson Alexandre Gaspar Figueiredo	211171838	125€	125€
E/4531/2017	Catarina Alexandra Santos Almeida	222285168	Nuno Miguel Tavares Barbeiro	232236895	125€	125€
E/5166/2017	Pavel Bargin	272280445	Tatiana Bargin	267867441	125€	125€
E/5477/2017	Vera Lúcia Dias Brazão	229277500	Rui Emanuel Borges Rodrigues	229251412	500€	500€
E/5567/2017	Catarina Eufémia Coelho	220136521	Ricardo Jorge Fernandes Coelho	206634560	125€	125€

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 07/09/2017.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 23

E/6197/2017	Ângela Sofia Gonçalves Simões	211404870	João Ricardo Marques Mendes	210036249	500€	500€
E/7381/2017	Cátia Patrícia Rodrigues de Sousa	238124312	Francisco José Martins Ferreira	198252021	500€	500€
E/5600/2017	Susana Patrícia Pedrosa Miguel	220720754	Luís Alexandre Correia Deodato Soares	235090379	125€	125€
E/6005/2017	Vânia Micaela de Sousa Domingues	262605511	Marco António de Jesus	204562473	500€	500€
E/5739/2017	Sara Conde Pedrosa	225775867	Marco António da Silva Alves	196968496	125€	125€
E/5826/2017	Mónica Sofia Grácio da Fonte	240186800	Pedro Daniel Costa Ferreira	223764965	125€	125€
E/6433/2017	Sara Margarida Gomes Coutinho	206173768	Sandro luís Martinez	234744529	500€	500€
E/6521/2017	Sandra Maria de Sousa Pereira	213771586	Nelson Miguel da Silva Gomes	209616571	125€	125€
E/6430/2017	Margarida Isabel Rodrigues Neto	214251730	Daniel Mendes Leal	221790063	125€	125€
E/6522/2017	Andreia Sofia Duarte Lima	223918822	Sandeep Singh	285493574	500€	500€
E/4646/2017	Nadine Luísa Ferreira Marques Duarte de Sousa	209339420	-----	-----	500€	500€
E/828/2017	Liliya Paser Shymanskyj	242214363	Ruslan Shymanskyj	238031586	500€	500€
Total					5875€	5875€

Delibera ainda a realização da audiência prévia de acordo com o preceituado no nº 1 e no nº 2 do artigo 121º do Código do Procedimento Administrativo publicado em 7 de janeiro de 2015, a 3 (três) candidaturas pelos motivos acima mencionados:

Processo com o registo de entrada	1º Progenitor (Requerente)	NIF	2º Progenitor (Requerente)	NIF
E/6426/2017	Daniela Filipa Rebola Montijo Franco de Sousa	228615410	João Miguel Foral Pedroso Rodrigues	234631465
E/212/2017	Patrícia Isabel dias Lourenço	233951369	Pedro José Faustino Alfaiate	209897287
E/1783/2017	Pedro Miguel de Lancastre Alves	225266784	Patrícia Carla de Carvalho Fernandes	166361526

Mais delibera definir as datas limite de entrega dos documentos comprovativos de despesa, a saber:

Data limite de entrega de documentos para 1.ª Tranche	Até 12/10/2017
Data limite de entrega de documentos para 2.ª Tranche	Até 12/11/2017

Por fim, delibera que a não apresentação dos referidos documentos dentro dos prazos estabelecidos, determina a caducidade automática da presente deliberação.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira votou a favor, por concordar com a medida na generalidade, e proferiu a seguinte declaração de voto:

“Entendo que os critérios de atribuição previstos no artigo 4.º não são ajustados. Partem de um rendimento mensal dos agregados familiares e não consideram um rendimento per capita (por cabeça) aquele que permite perceber a relação do rendimento do agregado por cada elemento que o constitui. Ora, 1.000 € de rendimento de um agregado pode ser um rendimento razoável se ele for constituído apenas por duas pessoas mas será seguramente baixo se ele tiver oito pessoas. A análise da condição económica do agregado, que determinará o valor do apoio, será desajustada, injusta. Contudo, apesar destes pontos, considera-se favorável que a proposta agora apresentada pelo executivo permanente, contemple a noção de discriminação positiva na aplicação desta medida política que era uma das críticas que o Movimento pela Marinha sempre fez ao anterior regulamento.”

77 - ANÁLISE, CLASSIFICAÇÃO E PROPOSTA DE ADMISSÃO DE CANDIDATURAS PARA ATRIBUIÇÃO DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA CULTURAL EM 2017 – SPM – ASSOCIAÇÃO PARA A PROMOÇÃO DO TURISMO DE S. PEDRO DE MUEL

862 - Presente informação n.º2431/2017 da DCD, datada de 29 de agosto de 2017, bem como relatório da comissão de apreciação das candidaturas a apoios ou benefícios a entidades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra, nomeada através do Despacho do Presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande n.º 525/2015, datado de 12 de novembro, relativa à proposta de admissão da candidatura da SPM - Associação para a Promoção do Turismo de S. Pedro de Muel, nos termos do artigo 13.º e 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, adiante designado por regulamento.

A classificação das candidaturas apenas releva para efeitos da avaliação do pedido de apoio e consequente admissão ou exclusão, não interferindo na definição dos apoios ou benefícios a conceder, conforme definido no nº 4 e 5 do artigo 13º do regulamento.

Nos termos do n.º 6 do artigo 13.º do regulamento, só são admitidas as candidaturas que tiverem obtido uma pontuação global igual ou superior a 25 pontos.

Após a avaliação efetuada, foi obtido o seguinte resultado:

REGISTO	NIF	ENTIDADE	OBJETIVO	CLASSIFICAÇÃO
E/7516/2017	510447562	SPM – Associação para a Promoção do Turismo de S. Pedro de Muel	Passagem de Ano 2017/2018	32,4

Atendendo a que nos termos do n.º 4 do artigo 14.º do regulamento, a decisão final sobre a exclusão e admissão de candidaturas é tomada pela Câmara Municipal propõe-se, em função da classificação final obtida em sede de avaliação, a admissão da candidatura apresentada pela SPM - Associação para a Promoção do Turismo de S. Pedro de Muel.

As candidaturas admitidas ficam selecionadas para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente conforme disposto pelo n.º 5 do artigo 14.º e n.º 1 do artigo 15.º do regulamento, estando o mesmo limitado pela previsão em rubrica orçamental própria e pelas disponibilidades financeiras reais, em função dos compromissos totais assumidos pela entidade concedente, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro.

Em anexo é apresentado o relatório da comissão de apreciação das candidaturas a Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, a respetiva grelha de avaliação, com a pontuação parcial e classificação final, bem como cópia do despacho de nomeação da comissão de avaliação.

A Câmara Municipal analisou a proposta e delibera ao abrigo da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na redação atual, e do n.º 4 e 6 do artigo 13.º e ainda do n.º 4 do artigo 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, admitir a candidatura abaixo indicada, ficando a mesma selecionada para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente

Atividades Pontuais

REGISTO	NIF	ENTIDADE	OBJETIVO	CLASSIFICAÇÃO	PROPOSTA
E/7516/2017	510447562	SPM – Associação para a Promoção do Turismo de S. Pedro de Muel	Passagem de Ano 2017/2018	32,4	Admitir

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

78 - RESUMO DE TESOURARIA

Presente resumo da Tesouraria Municipal, referente ao dia seis de setembro de dois mil e dezassete, o qual apresenta o seguinte valor na rubrica **“Total de Disponibilidades”**: **14.070.419,41 €** (catorze milhões, setenta mil, quatrocentos e dezanove euros e quarenta e um cêntimos).

A Câmara tomou conhecimento.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 07/09/2017.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 23

79 - PROCESSO DE AQUISIÇÃO Nº 90/2017 – AP/DFTI – CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS DO MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE E RESPECTIVO PARECER A EMITIR POR AUDITOR EXTERNO PARA O ANO DE 2017 – PROPOSTA A REMETER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE PARA EFEITOS DO CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO ART.º 77.º, N.º 1 DA LEI N.º 73/2013 DE 3 DE SETEMBRO.

863 - Presente informação da DFTI relativa à necessidade de se proceder à contratação de serviços de certificação legal das contas do Município da Marinha Grande e respetivo parecer a emitir por auditor externo para o ano de 2017.

Considerando que nos termos do disposto no n.º 3 do art.º 76.º da Lei n.º 73/2013 de 03 de setembro, a qual estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, “(...) *Os documentos de prestação de contas das entidades referidas no n.º 1, (...), são remetidos ao órgão deliberativo para apreciação juntamente com a certificação legal das contas e o parecer sobre as mesmas apresentados pelo revisor oficial de contas ou sociedade de revisores oficiais de contas, nos termos previstos no artigo seguinte.*”

Nos termos do disposto no n.º 1 do art.º 77.º da mesma lei, as contas dos municípios devem ser verificadas por auditor externo, o qual é nomeado por deliberação de Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, de entre revisores oficiais de contas ou sociedades de revisores oficiais de contas.

Considerando o exposto, encontra-se legalmente justificada a necessidade da contratualização de serviços de certificação legal das contas do Município da Marinha Grande e respetivo parecer a emitir por auditor externo para o ano de 2017.

A Câmara Municipal delibera, nos termos do art.º 77.º, n.º 1 da Lei n.º 73/2013 de 3 de Setembro, propor à Assembleia Municipal da Marinha Grande que seja convidada, para efeitos de nomeação do auditor externo no âmbito da contratação de serviços de certificação legal das contas do Município da Marinha Grande e respetivo parecer a emitir para o ano de 2017, a entidade APPM – Ana Calado Pinto, Pedro de Campos Machado, Ilídio César Ferreira & Associados, SROC, Lda, representada pela Doutora Ana Calado Pinto, ROC n.º 1103, sendo que o preço base do procedimento de contratação pública a adotar não pode exceder os 10.493,33 euros, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
07/09/2017.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 23

ATRIBUIÇÃO DE HABITAÇÃO A VÍTIMA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

A **Sr.ª Vereadora Cidália Ferreira** pediu a inclusão de um novo ponto, referente ao processo de atribuição de habitação a vítima de violência doméstica.

O processo tinha sido enviado antecipadamente a todos os Srs. Vereadores.

Contudo, estes colocaram algumas questões, que foram esclarecidas pela Sr.ª Vereadora e pela **Chefe da DCD, Dr.ª Catarina Carvalho**.

Depois da discussão, foi decidido retirar a proposta, por fundamentação insuficiente.

⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA

864 - Por último, a Câmara delibera por unanimidade aprovar esta ata em minuta, nos termos e para os efeitos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

E nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a reunião eram 15:35 horas.

No final foi elaborada esta ata, que eu, Maria Fernanda Carvalho Vaz, Coordenadora Técnica, vou assinar, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

O Presidente

A Secretária da reunião

O conteúdo da presente reunião fica integralmente registado em suporte digital.
